

200206763

SHARYSE PIROUPO DO AMARAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Uma nação por fazer
escravos, mulheres e educação nos romances de Joaquim Manuel de Macedo

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas.

Orientador: Profa. Dra. Célia Maria Marinho de Azevedo

Campinas, 2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Sharyse Piroupo do Amaral

Uma nação por fazer – escravos, mulheres e educação nos romances de Joaquim Manuel de Macedo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob orientação da Profa. Dra. Célia Maria Marinho de Azevedo.

Este exemplar corresponde à Redação final da dissertação defendida e aprovada pela comissão julgadora em 11/ 12/ 2001.

BANCA

Profa. Dra. Célia Maria Marinho de Azevedo (orientador)

Profa. Dra. Márcia Regina Capelari Naxara (membro)

Profa. Dra. Izabel Andrade Marson (membro)

Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari (suplente)

DEZEMBRO/ 2001

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA	UNICAMP
Am 13 n	
V	47633
P	837102
C	11.00
DATA	07-02-02
CPD	

CM00163712-4

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Amaral, Sharyse Piroupo do
Am 13 n **Uma nação por fazer: escravos, mulheres e educação nos romances de Joaquim Manuel de Macedo / Sharyse Piroupo do Amaral. - - Campinas, SP : [s.n.], 2001.**

Orientador: Célia Maria Marinho de Azevedo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Macedo, Joaquim Manuel de, 1820-1882. 2. Nacionalismo. 3. Educação feminina. 4. Escravidão. I. Azevedo, Célia Maria Marinho. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

RESUMO

Esta dissertação aborda as representações do escravo e da mulher de elite, construídas na obra de Joaquim Manuel de Macedo, escrita entre 1844 e 1882.

Partimos da hipótese de que estas representações fundavam um projeto reformador da sociedade brasileira. Para corrigir o caráter do cidadão brasileiro, de acordo com Macedo influenciado nocivamente por séculos de escravidão, seria necessário não só civilizar o escravo, como também educar moralmente a mulher, de forma que esta tivesse condições de educar seus filhos e estes, por sua vez, se tornassem melhores cidadãos.

A preocupação com o direcionamento moral da sociedade brasileira estava inserida no contexto de formação da nacionalidade, quando era patente a necessidade e a vontade da elite brasileira de construir uma civilização cujos modelos eram fornecidos pelas grandes nações européias.

ABSTRACT

This dissertation explores Joaquim Manuel de Macedo's representations of slaves and women in works written between 1844 and 1882.

Its hypothesis is that these representations laid the foundation for a project that would reform Brazilian society. According to Macedo, who had been negatively influenced by centuries of slavery, it would be necessary not only to civilize slaves, but also to teach morals to women, so that the latter could educate their children to become better citizens.

Concerns about morality in Brazilian society were linked to the formation of nationality at a moment when Brazil's elite viewed it as both admirable and necessary to construct a civilization whose models were furnished by European nations.

*Para minha mãe, que nunca mediu
sacrifícios para dar a seus filhos uma
boa educação.*

Agradecimentos

Dentre as várias pessoas que contribuíram para a execução desta dissertação de mestrado, agradeço de forma especial a minha orientadora, Profa. Célia Maria Marinho de Azevedo, e aos demais membros da banca examinadora: Izabel Andrade Marson, Márcia Regina Capelari Naxara e Pedro Paulo de Abreu Funari.

Aos meus professores de graduação devo o desenvolvimento do pensamento crítico e o aprendizado sobre as várias formas de escrita da História. Entre eles não posso deixar de citar Leila Algranti, Robert Slenes, Margareth Rago, Eliane Moura Silva, Sidney Chalhoub, Silvia Lara, Vavy Pacheco Borges, Stella Bresciani, Paulo Miceli e Héctor Bruit.

Agradeço também ao CNPq que, através da concessão da bolsa de mestrado, tornou esse trabalho possível.

Não poderia deixar de agradecer as minhas amigas de graduação- Alessandra Zorzeto, Cláudia R. Ferreira Santos, Cristiany Miranda Rocha, Deborah D'Almeida Leanza, Endrica Geraldo, Laila Brichta, Luciene Torino e Priscila Nucci -que cada qual a sua maneira e em diferentes momentos, tentaram me mostrar que a execução do trabalho era não só uma tarefa possível como não deveria ser tão árdua quanto a mim parecia. Amizades sólidas o suficiente para superarem a distância física.

A Deborah também não poderia deixar de agradecer a hospitalidade, fundamental no momento de finalização do trabalho.

A Laila devo também as discussões sobre as relações entre Literatura e História.

A Wlamyra Albuquerque, Myra- amiga soteropolitana que ganhei durante o mestrado-, sempre disposta a atender meus telefonemas aflitos, contribuiu com o ombro amigo e com conselhos de quem já tem “bagagem”.

A Michael e Beto pelos auxílios e conselhos prestados.

A Quinho, companheiro que não deixou de acompanhar a feitura de cada trechinho desta dissertação. Aturou meus mau-humores, bem como me socorreu nos diversos momentos em que o computador adquiria autonomia e não colaborava. De sua boca palavras de incentivo nunca faltaram...

A Kiko, meu irmão, no qual durante o período de mestrado descobri um amigo.

A Luís e Dete, meus pais, que carinhosamente souberam compreender e respeitar as minhas escolhas. A eles devo muito, muito mais do que a realização desta dissertação.

ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo I – Sentimento de nação.....	7
-A necessidade de se construir uma nação.....	9
-A nacionalidade como um tema da Literatura e da História.....	28
-Macedo e o sentido da história nacional.....	39
-A solução para o problema nacional.....	47
Capítulo II- Vítima e Algoz: as representações do escravo na obra de Macedo.....	57
-As Vítimas-Algozes e as intenções de Macedo.....	59
-Ingratidão, selvageria e perniciosidade: os males da escravidão.....	70
-A representação do escravo como algoz e a nacionalidade brasileira.....	89
Capítulo III- Instruir a mulher.....	101
-A mulher nos romances românticos.....	108
-A mulher no romance político.....	121
-A mulher no romance histórico.....	127
-A função social da mulher nas obras de encomenda.....	132
Conclusão.....	139
Fontes primárias.....	143
Fontes secundárias.....	145

INTRODUÇÃO

O movimento romântico teve seu início ainda no século XVIII, na Inglaterra e na Alemanha, estendendo-se depois – durante a primeira metade do século XIX- pelas outras literaturas, européias e americanas. De acordo com Otto Maria Carpeaux, devido as diferentes características assumidas nas várias nacionalidades, em geral decorrentes da situação política e social, é melhor falar em “romantismos” do que em romantismo¹. Entretanto, duas características permeiam todos os “romantismos”: o nacionalismo e o individualismo.

A época do domínio do romantismo coincidiu com os movimentos nacionalistas tanto das nações européias quanto das americanas. Foi portanto, a manifestação literária do nacionalismo, através da tentativa de abandonar a tradição greco-latina para fundar uma tradição com origens no próprio país. Paradoxalmente, é essa individualidade nacional que fez com que o movimento romântico fosse o mais internacional existente até então, na medida em que os literatos de cada país forneciam modelos, que imitados combinavam as diversas literaturas nacionais².

No Brasil, a implantação do romantismo foi tardia, surgindo nas décadas de 1830 e 1840 como uma necessidade de afirmação da nacionalidade no período posterior à independência política. Um dos principais autores do nascente romantismo brasileiro foi Joaquim Manuel de Macedo, ao lado de Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e Porto-Alegre.

¹ Otto Maria Carpeaux, “O Romantismo” in *História da Literatura Ocidental*, vol. V, Parte VII, Rio de Janeiro, Alhambra, 1981, p.1108.

² Ibid.

A obra de Macedo, na qual constam romances, peças teatrais, artigos de revistas e obras não ficcionais, foi publicada entre 1844 e 1882, acompanhando todo o romantismo brasileiro, bem como o desenvolvimento da escola realista, na década de 1860.

Sylvio Romero, na sua *História da literatura Brasileira*, fez uma separação da obra teatral de Macedo em uma fase Romântica e outra Realista. Tânia Serra, autora de mais recente biografia de Macedo, retomou essa classificação sugerindo que os romances de Macedo também poderiam ser divididos em duas fases: uma fase romântica, de 1844 a 1855; e uma fase de transição para o realismo/naturalismo, de 1867 em diante. A autora afirma que a crítica literária e os historiadores da literatura teriam deixado de lado esta segunda fase da produção macediana, que corresponderia à sua transição para o realismo, como em *Memórias do Sobrinho do meu Tio*, ou para o naturalismo, como em *As Vitimas Algozes- Quadros da Escravidão*, e que significaria um certo rompimento do autor com a produção de uma literatura em que o público gostava de se reconhecer³.

Dessa forma, Tânia Serra nos mostra que a imagem de Macedo que permaneceu na nossa história da literatura foi a de um escritor conformista, perpetuada por críticos como Astrogildo Pereira e Antônio Cândido. Este último, por exemplo, definiu os livros de Macedo como “romances da mesa de chá”⁴. A autora mostra que esta imagem da obra de Macedo teria sido criada ainda no século XIX por Joaquim Nabuco, quando este em um discurso proferido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, classificara a obra de Macedo como “banal”⁵. Esta imagem teria sido perpetuada por vários críticos literários, persistindo até recentemente.

³ Tânia Serra, *Joaquim Manuel de Macedo ou Os dois Macedos; A lúmen Mágica do segundo Reinado*, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 1994, pp.227-241.

⁴ Antônio Cândido, “O Nosso Romance antes de 1920” In *Diário de São Paulo*, 1946.

⁵ Tânia Serra, *idem*.

Um artigo decisivo que começaria a reverter essa avaliação foi escrito por Temístocles Linhares⁶. Nesse artigo Linhares tenta resgatar a importância e a riqueza documental da obra de Macedo como crítica dos costumes da sociedade da Corte do Segundo Reinado.

Longe de poder ser considerada banal, a obra de Macedo deixa transparecer uma forte preocupação com a formação do caráter do cidadão brasileiro, bem como com a constituição de nacionalidade. Pretendemos mostrar que é em decorrência disso que emergem da sua obra tanto aspectos moralizantes e nacionalistas quanto temas como a educação feminina e a escravidão.

O fato de Macedo pretender em sua obra não só representar a sociedade em que vivia, mas também modificá-la nos remete às relações entre História e Literatura. Nicolau Sevcenko em seu livro *Literatura como Missão* nos mostra o papel do literato na construção da história. Para ele a literatura representa, enquanto “fronteira extrema do discurso”, não apenas um reflexo da sociedade, como também o embate de projetos que não obrigatoriamente se realizaram. Dessa forma ele afirma que “enquanto a historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma perspectiva do seu vir-a-ser”⁷. A literatura seria, portanto, uma fonte que permitiria ao historiador conhecer as diversas possibilidades da história em um dado momento. Portanto, para entendermos as propostas reformadoras de Macedo deveremos levar em conta não só a meta do seu discurso, mas também com quem ele dialoga, ou ainda que outras propostas existiam que não as dele.

Ao escrever sobre a forma como o ato da leitura deve ser abordado, Roger Chartier nos mostra a necessidade de se considerar tanto a liberdade de interpretação dos leitores das

⁶ Temístocles Linhares, “Macedo e o Romance Brasileiro” In *Revista do Livro*, MEC/INL, n.10, 1959; n.14, 1959; n.17, 1960.

obras analisadas quanto os condicionamentos, impostos pelo autor ou pelo editor, para limitar essa liberdade⁸. Aplicando essa forma de abordagem da leitura na obra de Macedo, percebemos que este autor tenta, na medida do possível, direcionar a interpretação do seu leitor, lançando mão, para isso, tanto de um uso estratégico do discurso direto (não só nos prefácios, mas também através de interrupções do narrador durante o livro) quanto do recurso de concluir cada obra com uma lição moral. Estas intervenções limitam as possibilidades interpretativas do leitor, fazendo com que a obra atinja, mais facilmente, o objetivo pretendido pelo autor da obra.

Além disso, tentamos levar em conta não só o que o autor pretendia comunicar objetivamente, como também o que ele deixou transparecer de forma involuntária através da linguagem, da imagem transmitida e do vocabulário utilizados.

Ao analisarmos a obra de Macedo também utilizamos como metodologia a abordagem historiográfica para a literatura tal como a propõe Dominick LaCapra no texto "História e Romance"⁹. LaCapra critica o uso puramente documental do texto literário, que levaria a uma abordagem positivista do documento. Ele propõe que os textos literários sejam entendidos "como usos variáveis da linguagem que chegam a um acordo com ou - "registram" contextos de várias maneiras- maneiras que comprometem o intérprete como historiador e crítico em uma troca literária com o passado através de uma leitura dos textos"¹⁰. A partir disso Lacapra distingue três contextos de interpretação.

⁷ Nicolau Sevcenko, *Literatura como Missão-Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983, pp. 20-21.

⁸ Roger Chartier, "Textos, impressos, leituras" In *A História Cultural - Entre Práticas e Representações*, Rio de Janeiro, Difel, 1990.

⁹ Dominick LaCapra, "História e Romance" in *Revista de História Unicamp, Dossiê História/Narrativa*, Campinas, 1991, pp. 107-124.

¹⁰ Ibid.

O primeiro deles seria o "contexto da escrita" onde são analisadas as condições sócio-culturais, políticas, ideológicas e biográficas do momento da produção do texto. Essa análise permitiria ao historiador compreender como um texto chega a um acordo com o seu contexto.

O segundo deles seria o "contexto de recepção", que serviria para compreender como os textos foram recebidos, explorados e violados pela sociedade. Nesse sentido, são muito importantes as críticas literárias, pois estas podem funcionar tanto como um reflexo da leitura da sociedade sobre um determinado texto quanto como direcionadores dessa leitura.

Por fim, o terceiro contexto, o da "leitura crítica", permitiria ao historiador perceber, através da análise dos contextos de recepção, a mentalidade de uma época e o debate entre diferentes discursos do passado.

Nosso objetivo nesta pesquisa foi, portanto, o de analisar as representações do escravo e da mulher construídas na obra de Macedo, através da hipótese de que estas fundavam um projeto reformador da sociedade brasileira. Para corrigir o caráter do cidadão brasileiro, de acordo com o autor influenciado nocivamente por anos de escravidão, era necessário não só civilizar o negro, como também educar moralmente a mulher para que esta tivesse condições de educar seus filhos e, desse modo, estes se tornassem melhores cidadãos.

Para a execução da proposta descrita acima, o trabalho foi dividido em três partes.

No primeiro capítulo tentei primeiramente demonstrar o ambiente literário do qual Macedo fazia parte, o qual tentava provar a existência de um povo brasileiro para a partir daí apontar um caminho para a construção de uma literatura e uma história próprias. Uma segunda intenção deste capítulo foi mostrar que tanto a literatura quanto a história que

deveriam ser produzidas trilhavam o caminho de defesa de uma monarquia brasileira e do que ela representava, um império uno e progressista.

No segundo capítulo desta tese pretendi mostrar as representações elaboradas por Macedo dos escravos, bem como da escravidão. Para isso, optei por analisar a obra *Vítimas-algozes-quadros da escravidão*, por ser uma obra em que a principal temática é a escravidão e a influência nociva desta instituição para a sociedade brasileira, cotejando-a com outras obras do autor.

Já na terceira parte desta tese trabalhei com as representações feitas pelo autor acerca da mulher de elite. Como este tema foi abordado em praticamente todos os romances de Macedo, não optei pela análise de nenhum romance específico, tentei perceber que tipo de educação ele projetava para a mulher de elite através de sua obra como um todo. Macedo criticava o casamento por interesse e o direcionamento da educação feminina para prendas domésticas. Para o autor, mulheres sem instrução, sem convívio social ou com uma educação voltada que incentivava a vaidade não teriam condições de educar moralmente o cidadão brasileiro. Busquei mostrar como através da construção de personagens exemplares que deveriam ser rejeitados em contraste com aqueles que deveriam ser copiados, Macedo tentava modificar o ambiente em que vivia, contribuindo para a formação da sociedade que idealizava.

Capítulo I

Uma nação por fazer

“(...)Macedo fazia parte do grupo mais íntimo do monarca, ao lado do autor dos Suspiros Poéticos e Saudades, do das Brasileanas e do dos Primeiros Cantos. (...) A cordialidade era completa quando D.Pedro de Alcântara estava a sós com o escritor da Moreninha e o poeta dos Timbiras; Alencar era arredio; não freqüentava a roda. Tinha-se malquistado com todos, por causa da crítica feroz que escreveu contra a Confederação dos Tamoios (...) Macedo era o inverso; brincalhão, conversador, despretenso e simples, facilmente se tornou popular: era o Macedinho, como lhe chamavam.”
(Sílvio Romero)

- A necessidade de se construir uma nação
- A nacionalidade como tema da Literatura e da História
- Macedo e o sentido da história nacional
- A solução para o problema nacional

Ao escrever seu primeiro romance, em 1844, Joaquim Manuel de Macedo contava com apenas 24 anos, recém formado na Escola de Medicina do Rio de Janeiro, profissão que no decorrer de sua vida pouco exerceria. Seus anos de formação ocorreram, portanto, ainda no primeiro reinado, tendo vivenciado o período turbulento das regências, com todas as suas rebeliões e indefinições políticas, além da antecipação da maioridade de Pedro II.

Sendo a sua última obra de 1881, vemos que Macedo acompanhou de perto quase todas as transformações ocorridas no II reinado. Fez parte, juntamente com Gonçalves Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre, Gonçalves Dias, Adolfo Varnhagen e Joaquim Noberto de Souza Silva (só para citar alguns nomes) de uma geração de intelectuais que contribuiu diretamente para a consolidação de uma Monarquia Brasileira, fosse através da atuação em instituições imperiais, fosse através do debate de idéias na imprensa periódica. A produção intelectual dessa geração, por ser a primeira tentativa de formação de uma cultura brasileira, independente de Portugal, funcionou como uma espécie de paradigma para as gerações posteriores como a de José de Alencar e a de Machado de Assis, concordassem essas novas gerações com os ideais da geração anterior ou não.

A necessidade de se construir uma nação

De acordo com José Murilo de Carvalho¹, a concretização da Monarquia brasileira foi, antes de tudo, uma escolha política da elite brasileira. Segundo o autor, essa escolha só teria sido possível devido à existência, no Brasil, de uma elite homogênea- uma

¹ José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p.214

homogeneidade ideológica e não social -, devidamente treinada para exercer as tarefas do governo². Essa homogeneidade teria sido gerada pela política colonial portuguesa e existiria já na época da independência³.

Ilmar R. de Mattos, em sua obra *Tempo Saquarema*, ressalta que esta unificação da elite só existira na medida em que se criara uma hierarquia entre “saquaremas” e “luzias” dentro do mundo do governo⁴. Para o autor, se no segundo reinado os “luzias” se pareciam com os “saquaremas” foi devido ao fato destes últimos conseguirem impor uma direção à política imperial, em parte devido à dificuldade de coesão de liberais de todo o Império, mas, principalmente, pelo fato de os saquaremas terem conseguido “destacar” a posição da coroa como neutra, acima das facções. Na medida que o projeto saquarema era centralizador, defendendo um executivo forte para deste modo manter a ordem no Império, todos os liberais que se identificavam com a Monarquia acabavam por se tornar parecidos com os saquaremas.

Mattos mostra que na época da maioridade, os liberais acabaram por aderir ao “princípio da Ordem”, pois embora não divergissem dos conservadores quanto à

² De acordo com Carvalho, na América espanhola, apesar de existir uma certa homogeneidade social na elite, isso não foi suficiente para mantê-la unida. Para a manutenção da unidade, a homogeneidade ideológica se mostrava mais eficaz, existindo devido à socialização, ao treinamento e à carreira. A elite brasileira da primeira metade do século XIX era ideologicamente homogênea “devido à sua formação jurídica em Portugal, a seu treinamento no funcionalismo público e ao isolamento ideológico em relação a doutrinas revolucionárias.” Este último aspecto teria sido possibilitado pelo caráter reformista do Iluminismo tardio de Portugal. Idem, pp.30-34.

³ Para uma visão crítica em relação à tese de José Murilo de Carvalho de coesão da elite imperial ver Valéria Aparecida Rocha Torres, “Justiniano José da Rocha e a Memória do Período Regencial”, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998, pp.35-39.

⁴ Ilmar R. de Mattos, *Tempo Saquarema*, São Paulo, Hucitec/INL, 1987, cap.2. Sobre as denominações “Luzias” e “Saquaremas”, Mattos explica que “Luzias” foi a forma como ficaram conhecidos os liberais de todo o Império após a derrota dos movimentos liberais de 1842, o nome fazia menção ao local da derrota dos liberais mineiros: Santa Luzia. Enquanto que “saquaremas” foi a denominação dada aos conservadores de todo Império, cuja direção era dada pelo núcleo fluminense, dirigido por Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Souza e Eusébio de Queirós, a “trindade saquarema”.

manutenção da monarquia, temiam pelo impedimento desse sistema de governo, quando lhes parecia que as agitações políticas e sociais ocorridas na Regência, que muitas vezes atrelavam o conteúdo democrático ao princípio republicano, ameaçavam tanto a unidade territorial quanto a própria Monarquia⁵. Temia-se então que o Brasil tivesse o mesmo destino da América espanhola, a fragmentação em diversos países com o regime republicano. Isso quando o temor não era ainda maior, como durante as revoltas baianas, em que se temia uma total subversão da ordem como a que ocorrera em São Domingos⁶.

A época do romantismo brasileiro - década de 1840 à década de 1870- coincidiu com o momento de construção das bases da nacionalidade brasileira e de consolidação da Monarquia. Fazia-se então, necessário para a elite brasileira, criar condições tanto para o desenvolvimento do progresso brasileiro quanto para se adquirir um padrão de civilização cujos modelos eram fornecidos pelas grandes nações européias. Os literatos eram parte importante desse processo de construção da nação, que objetivava de um lado a consolidação da instituição monárquica e de outro a difusão de uma Civilização, cujo principal significado era o de fazer com que os indivíduos de diferentes pontos do Império se sentissem como parte de um mesmo corpo, aderindo à ordem monárquica. De acordo com Mattos a individualidade da sociedade brasileira foi ressaltada pelo romantismo:

“(...)ao recuperar criativamente as características raciais, a língua, os costumes e as instituições que distinguiam o Brasil (...) diferente daquelas da Europa por se apresentar tendendo à desagregação e anomia, e assim motivando naqueles que a dominavam e pretendiam dirigi-la, ao lado de medidas estritamente políticas, a criação de imagens, logo traduzidas em ações, objetivando a preservação da coesão de seu conteúdo- um território unificado, num continente sem comoções, a sua continuidade- na figura do

⁵ Ibid., p. 141.

⁶ Ver Célia Marinho de Azevedo, *Onda negra, medo branco*, São Paulo, Ed.Paz e Terra, 1987, p.34; Eduardo Silva e João José Reis, *Negociação e Conflito- resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, cap. 5 e 6.

Imperador, e na existência fraterna dos seus elementos constitutivos- a miscigenação e a confraternização racial."⁷

É nesse contexto que devemos entender as intenções da publicação da *Revista Guanabara*, um importante veículo das novas idéias, divulgando tanto o que vinha sendo publicado na Europa quanto o que estava sendo produzido no Brasil.

"A época atual, em face dos acontecimentos recentes, já provados por nós em dias calamitosos, parece que convence os espíritos de que nada mais nos resta a experimentar, e que devemos concentrar todas as nossas forças para o desenvolvimento moral e intelectual, única base de um seguro e permanente progresso. (...) A nossa literatura terá as bases monumentais que esse país lhe proporciona, terá o seu cunho de nacionalidade, o seu caráter próprio(...) Eis os pontos cardeais de nossa fé, eis o espírito que anima a todos os redatores do Guanabara(...)"⁸

Esse trecho faz parte do prólogo da *Revista Guanabara*, fundada em 1849 e "redigida por uma associação de literatos" sob a direção de Manuel de Araújo Porto Alegre, Antônio Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo. Escrito no ano de 1849, nele transparece a função a que se atribuíram os literatos em um Brasil a ser constituído: explicitamente, nele aparece a preocupação com a constituição de um Brasil moral e intelectual; implicitamente, está a preocupação com a constituição e manutenção de um Brasil territorial.

De fato, o período regencial foi uma experiência traumática tanto para liberais quanto para conservadores, quando lhes parecia que "nada mais restava experimentar": a criação da lei da Regência em 1831 lhes pareceu uma "experiência parlamentar", na medida em que os regentes estavam subordinados à assembléia; a criação do ato adicional em 1834, lhes

⁷ Mattos, *O tempo saquarema*, pp.127-128. Sobre a preocupação do século XIX com a constituição da nação ver também Márcia Regina Capelari Naxara, *Estrangeiro em sua Própria Terra*, São Paulo, Annablume/FAPESP, 1998.

⁸ "Prólogo" in *Guanabara. Revista Artística, Científica e Literária*, Tomo I, p.2, Rio de Janeiro, Typographia Guanabarensis de L.A.F. de Menezes, 1849.

pareceu uma “experiência federalista”; por fim, o voto direto para regente único lhes pareceu vivenciar uma “experiência republicana”. O pior de tudo isso era que nenhuma dessas “experiências” se mostrara eficiente para acalmar os ânimos e conter as rebeliões que despontavam em toda parte. Essa insegurança sobre o *devir* do país, fez com que parte da elite brasileira se comprometesse com a manutenção da ordem⁹, vista enquanto ordem monárquica e centralizadora.

A preocupação com a manutenção da integridade do território nacional fica clara ao atentarmos para as rebeliões provinciais a que a expressão “dias calamitosos” parece se referir. Afinal estamos no ano de 1849 e devemos nos lembrar que a Revolução Praieira – rebelião separatista que fracionara a classe proprietária pernambucana – fora derrotada nesse ano e que o perigo de outras rebeliões era iminente para os contemporâneos de Macedo.¹⁰

Em um país recém-saído da era colonial, vemos, portanto, a necessidade premente dos letrados da época de constituir as bases de uma nação tanto através da exposição de um sentimento patriótico e nativista quanto através da criação da imagem de um país coeso. A essa imagem de um Brasil único – porque indiviso e singular – correspondeu a criação de uma história, de uma língua e literatura brasileira, além de um saber oficial, que encontraram espaço de expressão através da fundação de instituições nacionais e da imprensa periódica¹¹.

No livro *Estilo Tropical*¹², Roberto Ventura mostra como, com a independência política, surge no Brasil a necessidade de se escrever uma história nacional ao mesmo tempo em que se tentava, com o romantismo, escrever uma literatura brasileira. De certo modo, no

⁹ Paulo Pereira de Castro, “A Experiência Republicana” in *História da Civilização Brasileira*, Tomo II, Vol. 2, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1995.

¹⁰ Sobre a Revolução Praieira ver Izabel Marson, *Movimento Praieiro – Imprensa, Ideologia e Poder Político*, São Paulo, Ed. Moderna, 1980, e *O Império do Progresso*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

¹¹ Sobre a representação de um Brasil coeso pelos literatos do século XIX ver Flora Süssekind, *O Brasil não é longe daqui*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

século XIX a separação entre a profissão do historiador e a do literato não eram tão estanques como é hoje, fazendo ambas parte das Belas Letras¹³.

Ventura defende a idéia de que a literatura e a história nacional são constituídas através de uma tensão resultante da tentativa de se conciliar o problema da origem e do telos histórico, este identificado com a civilização européia e a cultura ilustrada. Dito de outra forma, a literatura e a história nacional se colocavam na marcha da civilização a partir da descoberta e valorização de suas especificidades.

Vemos, portanto, que no seu nascimento, a literatura nacional identifica-se com o destino da elite brasileira e com a fundação do Estado nacional. Aos literatos coube o papel de adaptar a cultura européia para a formação da nacionalidade brasileira e ainda corrigir os males da sociedade, de forma a atingir um padrão de civilização cujo paradigma era a Europa. É nesse sentido que os literatos tornavam-se críticos da sociedade em que viviam, de modo a contribuir para a formação da sociedade que idealizavam.

Tânia Serra, ao escrever a mais recente biografia sobre Macedo¹⁴, fez uma análise detalhada da apreciação crítica da obra desse autor, concluindo que a crítica brasileira negligenciou grande parte da sua obra. Em consequência disso, a parte da obra de Macedo posterior a 1867, a qual, segundo a autora, marcou a sua transição para o realismo/naturalismo e que continha uma crítica mais patente de sua sociedade, permaneceu, em sua maioria, desconhecida do público atual.

¹² Roberto Ventura, *Estilo Tropical*, Companhia das Letras, São Paulo, 1988, cap.1.

¹³ Maria Beatriz Nizza da Silva, *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977, p.192.

¹⁴ Tânia Rebelo Costa Serra, *Joaquim Manuel de Macedo ou Os Dois Macedos - A Luneta Mágica do II Reinado*, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

Para a autora, apesar de ter adquirido espaço na história da literatura brasileira por suas obras românticas, Macedo se situava, no contexto geral de sua produção, em um meio termo entre o romantismo e o realismo¹⁵. Na sua fase realista ele teria sido um profundo crítico da sociedade em que vivia sem, todavia, ter abandonado o idealismo dos românticos.

Contudo, é justamente devido ao seu “idealismo romântico”, que o levava a ter uma postura reformista em relação à sociedade, que podemos afirmar que a crítica social de Macedo já estava presente desde o início de sua carreira de escritor. O que pode ser facilmente percebido pelas temáticas por ele abordadas, tais como: a necessidade da educação feminina, a crítica ao casamento por dinheiro e a crítica à existência da escravidão e de sua influência no interior da família. Esse último aspecto foi abordado já no romance *Rosa*, publicado em 1849. Mesmo a crítica política já havia sido abordada antes de 1867, com a publicação de *A carteira do meu tio*, escrito em 1855, romance com continuação em *Memórias do sobrinho do meu tio*, de 1868. Muitas dessas temáticas foram depois abordadas por José de Alencar e por Machado de Assis.

Ao trabalharmos com as representações feitas por Joaquim Manuel de Macedo nas suas obras literárias, devemos ter em conta as atividades exercidas pelo autor para, através de uma identificação do seu papel social, tentarmos compreender as intenções e motivações do autor na construção dessas representações.

Macedo, na posição de um letrado conceituado na sociedade da Corte do Rio de Janeiro do século XIX, possuía uma vida intelectual extremamente diversificada. Em 1844, formou-se na faculdade de medicina do Rio de Janeiro com a tese “Considerações sobre a

¹⁵ Ibidem, p.119.

nostalgia”, publicando também nesse ano o romance *A Moreninha*, considerado pela crítica literária o primeiro romance brasileiro¹⁶.

Em 1849, o autor, juntamente com Manuel de Araújo Porto Alegre e Gonçalves Dias, fundou a Revista *Guanabara*, que foi editada durante sete anos, de dezembro de 1849 a fevereiro de 1856. Também neste ano recebeu a nomeação para professor da 2ª cadeira de História e Geografia do Colégio Pedro II, passando a ocupar a 1ª cadeira a partir de 1850.

Já em 1845, Macedo, através da apresentação de Porto Alegre é convidado a tornar-se sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro(IHGB). Em 1851, foi eleito secretário desse mesmo instituto, sendo reeleito para o cargo até 1856, quando então foi eleito orador, permanecendo no cargo até 1881. Além dessas atividades no IHGB, ainda ocupou a presidência do Instituto em 1856 (interinamente) e a vice-presidência de 1876 à 1878.

Além de ter sido um dos fundadores da Revista *Guanabara*, Joaquim Manuel de Macedo trabalhou como jornalista e como cronista na imprensa carioca; entre as publicações em que ele colaborou podemos citar os jornais *A Reforma*, a *Minerva Brasiliense* e o *Jornal do Commercio*. Na sua carreira literária publicou ao todo dezesseis romances e dezesseis peças de teatro, além de ter sido autor de diversas obras didáticas. Teve também ampla

¹⁶ Antes de *A Moreninha*, outros romances foram publicados, tais como: o romance histórico *O aniversário de D.Miguel de 1828*, publicado em 1838 e *Jerônimo Corte-Real*, em 1839, ambos de João Manuel Pereira da Silva; *Os assassinos misteriosos*, em 1839, de Justiniano José da Rocha e *O filho do pescador*, de Teixeira e Souza, em 1843. Apesar de existirem, tais obras não são consideradas pela crítica como iniciadoras do romance brasileiro. A esse respeito, chama a atenção Luís Felipe Ribeiro “Resta saber se podem ou devem ser avaliadas com o mesmo metro usado para analisar produções já engajadas na plataforma do Romantismo, ou, se avaliadas a partir de outros critérios, alcançariam uma importância até aqui despercebida.”in *Mulheres de Papel – um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*, Niterói, EDUFF, 1996, p. 61.

atuação na carreira política, tendo sido deputado provincial pelo Partido Liberal quatro vezes e deputado federal, pelo mesmo partido, três vezes¹⁷.

Ao se referir às atividades intelectuais exercidas por Macedo, Soares Amora afirmou que este autor chegara à década de 1870 como o escritor e intelectual de maior popularidade do país, sendo bem relacionado tanto nos meios literários quanto nos políticos e sociais.¹⁸

Esta influência teria sido, segundo Amora, o motivo que levou D. Pedro II a incumbir Macedo de coordenar e redigir dois livros sobre a realidade brasileira. O autor se refere ao *Ano Biográfico Brasileiro* e à *Noções de Corografia do Brasil*¹⁹.

Cabe ressaltar que, fazendo parte da elite letrada do país, as críticas sociais de Macedo tinham por base os ideais ilustrados de liberdade e igualdade jurídica. As críticas de costumes contidas em sua obra revelam uma postura moralista e reformista do autor. Essa postura, da qual emergem as suas imagens a respeito do escravo e da mulher, inseria-se no próprio contexto do romantismo brasileiro, quando era patente a necessidade e a vontade por parte das elites de formar uma nacionalidade em um país recentemente independente. Uma das grandes preocupações dos letrados do período era o que fazer com a influência do elemento negro na formação da sociedade brasileira, considerada fonte de degradação. Para Macedo a solução estaria no direcionamento dado à educação feminina, a mulher deveria ser

¹⁷ Essas informações biográficas foram extraídas de Franklin Távora, "Discurso" in *RIHGB*, Tomo 45, 1882 (discurso proferido por ocasião da morte de Macedo); Tânia Rabelo Costa Serra, *Joaquim Manuel de Macedo ou Os Dois Macedos - A Luneta Mágica do II Reinado*, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 1994; e de Flora Süssekind, "Cronologia" in Joaquim Manuel de Macedo, *Memórias do Sobrinho do Meu Tio*, São Paulo, Cia. Das Letras, 1995.

¹⁸ Soares Amora, *A Literatura Brasileira*, Vol. II, O Romantismo, São Paulo, Editora Cultrix, 1973, p.213.

¹⁹ *Noções de Corografia do Brasil* foi um livro escrito por Macedo, então Membro da Comissão Superior da Exposição Nacional de 1873, e que se destinava à Exposição Nacional de Viena, enquanto que o *Ano Biográfico Brasileiro* se destinava à Exposição Nacional da Filadélfia, em 1875.

preparada para reverter o processo de desmoralização através da educação de seu filho, futuro cidadão.

Ao escrever sobre o nascimento da idéia de “nação”, Eric Hobsbawm²⁰ mostrou que esta idéia foi uma construção historicamente datada, que começou a surgir no século XVIII e que se formou através da associação do conceito de “povo” com o de “Estado”. A partir disso o autor sugere que o nascimento de um Estado e o desenvolvimento de um sentimento nacionalista possam ser vistos como condições necessárias para que uma nação seja formada.

Nesse sentido, podemos afirmar que é no início do século XIX, ou seja, após a independência política, que começa a se desenvolver no Brasil o sentimento nacionalista, através de uma pluralidade de projetos que buscavam validar o Brasil enquanto uma nação apta ao progresso. A tentativa de formação de uma nacionalidade se acentuou a partir de 1849, quando a última grande revolta que punha em risco a unidade do país foi controlada. A importância dessa “paz” para a criação e divulgação de um sentimento nacionalista não passou despercebida por Macedo, que em 1856, escrevia:

“Estimada desde muito pelos sábios mais distintos do velho mundo, e por todos os homens ilustrados do nosso país, consegue enfim a nossa revista ir conquistando pouco a pouco as simpatias da população, que, como ninguém ignorou, até uma época ainda não muito afastada, toda entregue às lutas dos partidos, e às ardentes emoções da política, não podia apreciar devidamente as publicações literárias e científicas.”²¹

Constituir uma nação brasileira não devia ser tarefa das mais simples para os letrados brasileiros, se levarmos em conta que a “nação” do modo como era discutida pelos teóricos do século XIX pressupunha critérios nos quais dificilmente o caso brasileiro se encaixaria,

²⁰ Eric Hobsbawm, *Nações e Nacionalismo desde 1780*, São Paulo, Paz e Terra, 1991, pp. 27-56.

²¹ Macedo, “Relatório do 1º secretário” in *RIHGB*, vol. 19, 1856, Suplemento, p. 97.

tais como: língua, etnicidade, religião, território e memória histórica comuns. Isso porque, diferentemente do conceito de nação estabelecido pela Revolução Francesa - segundo o qual o que tornava um cidadão francês era o desejo de compactuar com os princípios da França -, o que marcava o Estado-nação do século XIX eram justamente os critérios acima²².

Aos intelectuais, portanto, caberia o papel de provar que as corrupções à língua portuguesa, por índios e africanos, teriam dado origem a uma língua brasileira; que do contato entre brancos, negros e índios surgiria um povo brasileiro, com o predomínio do elemento europeu; que o Estado brasileiro era católico apesar da presença atuante de religiões africanas e indígenas na seu território; que o território brasileiro não estava constantemente ameaçado de se fragmentar devido a conflitos internos; além de que a nação teria uma história e literatura próprias, diferentes da de Portugal. Ou seja, era necessário provar às nações civilizadas européias que o Brasil era uma nação apta ao progresso. Além disso havia a dura tarefa de se fazer aceitar como nação não só aos olhos europeus como também aos próprios olhos, tentando criar para si próprio o sentimento de nacionalidade através da exaltação das especificidades culturais brasileiras, que por sua vez deveriam se desenvolver à luz da intelectualidade, moralidade e progresso "espírito que anima todos os redatores do Guanabara". Nesse sentido, a literatura desempenhava um papel primordial devido à sua capacidade de abranger um público cada vez maior, fosse através da sua publicação em jornais ou ainda de sua oralidade²³.

²² Eric Hobsbawm, *Nações e Nacionalismos desde 1870*, São Paulo, Ed. Paz e Terra, pp.34-37.

²³ Antônio Cândido mostrou como em decorrência da existência de uma sociedade iletrada, ou pouco afeita à leitura, foi criada no Brasil uma platéia de auditores, que acabou influenciando o modo de escrever dos literatos brasileiros: "a grande maioria dos nossos escritores, em prosa e verso, fala de pena em punho e prefigura um leitor que ouve o som da sua voz brotar a cada passo por entre as linhas". "O escritor e o público" in *Literatura e Sociedade*, São Paulo, T.AQueiroz/Publifolha, 2000, pp.71-72.

Marlyse Meyer, tendo como fonte um artigo de 1882, acrescenta um outro hábito social do nosso público que facilitava ainda mais a circulação de idéias. Diz o artigo:

“(...)não há talvez país nenhum no mundo em que se emprestem livros e jornais com tamanha profusão do que entre nós. O tendeiro que assina o jornal do comércio, não julgue a leitora que o faça para recreio seu, mas sim para emprestar a vinte ou trinta famílias que o reclamam 20 ou 30 mil vezes na roda do dia.”²⁴

Meyer mostrou no seu trabalho que a constituição de um público consumidor de novelas se deu entre 1840 e 1850. Esse público teria sido ampliado significativamente nas décadas posteriores, quando há uma abundância de livreiros e editores. Apesar da ampliação do público leitor, este ainda era pequeno se atentarmos para o fato de ainda não ter ocorrido no Brasil um processo de alfabetização em massa. Menor ainda era o público comprador, como podemos perceber através do comentário do Visconde de Taunay:

“(...) então reuniam-se muitos e muitos estudantes numa república, em que houvesse qualquer feliz assinante do *Diário do Rio*, para ouvirem, absortos e sacudidos, de vez em quando, por elétrico frêmito, a leitura feita em voz alta por alguns deles, que tivesse órgão mais forte.”²⁵

Ou seja, ainda que poucos comprassem, muitos tinham acesso ao que estava sendo escrito na imprensa. Os romances, jornais e revistas tinham, portanto, ampla divulgação, ainda que esta não fosse proporcional ao lucro dos editores.

É justamente nessas décadas que o público assiste ao nascimento de uma profusão de revistas dedicadas à divulgação das artes e ciências no nosso país. Em meio a todas as dificuldades advindas da falta de um público interessado em assuntos diferentes de política, essa geração de literatos utilizou as revistas como meio de divulgar tanto a produção européia quanto a produção nacional.

²⁴Marlyse Meyer, *Folhetim-uma história*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p.292. O artigo citado pela autora foi publicado no jornal *A Estação*, de 28 de fevereiro de 1882.

Motivos como falta de compradores, de patrocínio e, até mesmo, de colaboradores, fizeram com que essas revistas tivessem vida curta, com exceção da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Como exemplos podemos citar a *Revista da Sociedade Filomática* (1833), a *Niterói- revista brasiliense*(1836), *O cronista* (1836-1839), *Revista Nacional e Estrangeira*(1839-1840), *Minerva Brasiliense*(1843-1845), *A Nova Minerva*(1845-1846), *Iris*(1848-1849), *O beija-flor*(1849-1850 e *O Guanabara* (1849-1856). Revistas surgiam e terminavam e na maioria das vezes os colaboradores continuavam os mesmos²⁶. Ao constatarmos a efemeridade dessas revistas e a repetição da lista de colaboradores o que transparece é a incansável vontade desses literatos de produzir um conhecimento nacional e de educar o povo de forma que as gerações futuras soubessem apreciar as " coisas do espírito", já que aquela geração só se interessava por política e por negócios. É esse o teor do comentário, um tanto desanimado, de Joaquim Manuel de Macedo na revista *Guanabara*:

" Vivemos em uma época de pasmosa esterilidade(...) uma indiferença desesperadora para tudo o que não é comércio ou política; uma indiferença capaz de enregelar o coração mais ardente(...)o artista é a abnegação(...) ele sabe que não trabalha para si; mas trabalha sempre, afim de que a estrada fique aberta para o artista de amanhã" ²⁷

Dentre as revistas produzidas no período, vamos destacar *O Guanabara*, não só por Macedo ter sido um de seus fundadores, mas principalmente por esta revista ter pretendido dar continuidade ao trabalho começado nas revistas *Niterói* e na *Minerva Brasiliense*, completando a implantação do romantismo brasileiro e, junto com este, definindo os contornos da nacionalidade brasileira. À frente da *Guanabara* estavam Joaquim Manuel de

²⁵Visconde de Taunay, *Reminiscências*, São Paulo: [s.n.], 1923, apud, Ribeiro, *Mulheres de Papel*, p.65.

Macedo, Gonçalves Dias e Manuel de Araújo Porto-Alegre, que logo na primeira página da revista fazem questão de mostrar a filiação de pensamento:

"Debaixo deste título (Guanabara) (...) oferecemos ao público esta revista mensal. É ainda a continuação do pensamento que presidiu à publicação do Niterói e da Minerva(...)"²⁶

A revista *Niterói*, publicada em Paris por Porto-Alegre, Gonçalves de Magalhães e Salles Torres Homem, tinha o intuito de prestar um serviço à Pátria diminuindo a distância que separava a cultura no Brasil das velhas nações européias.²⁷ Mas, é na *Minerva Brasiliense*- fundada por Salles Torres Homem e a partir do segundo ano continuada por Santiago Nunes Ribeiro- que pela primeira vez vêm à tona a discussão sobre a existência de uma literatura brasileira.

É no artigo "Da Nacionalidade da literatura Brasileira", escrito por Santiago Nunes Ribeiro para a *Minerva Brasiliense* que percebemos a intenção manifesta de estudar o passado de forma a provar a existência de uma literatura nacional, o que implicava necessariamente em provar a existência de uma nacionalidade brasileira. Nesse artigo, Nunes Ribeiro argumenta que a igualdade da língua não corresponde obrigatoriamente a uma identidade na literatura; outros fatores como as condições sociais, culturais e geográficas devem ser levados em consideração:

"Este princípio literário e artístico é o resultado das crenças, dos costumes e hábitos peculiares a um certo número de homens, que estão em determinadas relações e que podem ser muito diferentes entre alguns povos, embora falem a mesma língua. As condições sociais e o clima do novo mundo

²⁶ Sobre os colaboradores nas revistas do período estudado, ver Hélió Lopes, *A Divisão das Águas*, São Paulo, 1978.

²⁷ Macedo, " Observatório de Música" in *Guanabara*, Tomo I, n.5, 1850, pp.166-167.

²⁸ *Guanabara*, Tomo I, n.1, 1849, p.1.

²⁹ Maria Orlanda Pinassi, *Três Devotos, uma Fé, nenhum Milagre*, São Paulo, ed.Unesp, 1998, "Introdução".

necessariamente devem modificar as obras nele escritas nesta ou naquela língua da velha Europa^{29,30}

Ou seja, para o autor a literatura e a arte em geral expressam o caráter do povo que as produziu, este por sua vez resulta da influência do meio e das condições sociais, e como estes elementos são diferentes dos europeus, temos que qualquer tipo de arte produzida no Brasil é nacional. A partir desse ponto de vista o passado passa a ser investigado na tentativa de demonstrar como vinha se formando o caráter nacional mesmo antes da independência.³¹

Em sintonia com a argumentação de Nunes Ribeiro estava Joaquim Noberto de Souza e Silva que assina o artigo “Estudos sobre a literatura brasileira durante o século XVII”, publicado em 1 de novembro de 1843 na *Minerva Brasiliense*. Basta o título do artigo para perceber que o autor reconhece como nacional a literatura produzida no Brasil antes da independência.

É importante destacarmos essas teses presentes na *Minerva Brasiliense*, porque uma vez demonstrada nessa revista a existência de uma literatura nacional, essa questão não seria mais retomada, nem na *Minerva Brasiliense*, nem na revista *Guanabara*. A partir de então todo artigo sobre arte e literatura traria implícita a idéia irrefutável da existência de um caráter nacional.

No período compreendido entre a fundação da *Minerva* e o término da *Guanabara*, o público assimilou a existência de uma literatura nacional. Para isso muito contribuiu a publicação do romance *A Moreninha*, que apesar de não ter sido o primeiro romance

³⁰ Santiago Nunes Ribeiro, “Da Nacionalidade da Literatura Brasileira” in *Minerva Brasiliense*, n.1, 1843.

³¹ É interessante perceber que a argumentação de Santiago Nunes Ribeiro difere muito da de Ferdinand Denis e da de Garret, pois para estes a literatura nacional só poderia existir após a independência política. A esse respeito ver Maria Helena Rouanet, *Eternamente em Berço Esplêndido- a fundação de uma literatura nacional*, São Paulo, Siciliano, 1991.

nacional teve importância decisiva para a época por conseguir cair no gosto do público, ao criar personagens e situações com as quais este se identificava bem como identificava a sociedade da qual fazia parte. Com *A Moreninha*, Macedo conseguiu um fato até então inédito no Brasil, a necessidade de reeditar uma obra literária; a segunda edição saiu já em 1845.³²

Contribuiu para o sucesso de *A Moreninha*, a crítica favorável de Dutra e Mello escrita na *Minerva Brasiliense*. Nas cinco páginas que compõe o artigo, o crítico e poeta faz um breve histórico sobre o surgimento do romance e o sucesso deste na Europa para depois mostrar que, no Brasil, este "começa a despontar", e o exemplo seria *A moreninha*. Dutra e Mello leva três páginas e meia tecendo elogios ao romance de Macedo e analisando suas principais partes. Quanto ao estilo do autor, o crítico elogia a simplicidade, relacionando esta característica com uma "cor" nacional:

"Entendamo-nos: não fazemos disto [a simplicidade do enredo] motivo de censura, se não louvamos o autor por nos ter poupado a um labirinto de fatos. Simples ou não o seu plano foi bem executado, o que já não é pouco mérito. (...)O disforme e o horroroso são alheios ao plano(...) reinam em toda parte a jovialidade e a harmonia(...) O estilo é fino, irônico e singelo. (...) feriu-nos sobretudo a profundidade de observação que por aqui e por ali se nota, a finura de tato na apreciação dos costumes e o particular frisante da cor. O autor retrata bem o país no que descreve - sabe ver, sabe exprimir."³³

Com *A Moreninha* estava fundado o romance tipicamente nacional, pelas descrições, pelo estilo, pela linguagem - mais próxima à palavra falada do que à escrita³⁴, pelos personagens e, sobretudo, como ressaltou Dutra e Mello, pela "jovialidade". Palavra esta

³² Hélio Lopes, *A divisão das Águas*. São Paulo, 1978.

³³ Dutra e Mello, "A Moreninha" in *Minerva Brasiliense*, vol.II, n.23, 01-10-1844, pp.746-751.

³⁴ Naquela época a linguagem falada já possuía características nacionais, enquanto que a palavra escrita seguia o padrão lusitano. A esse respeito, Cavalcanti Proença ressaltou a importância documental da obra de Macedo como possuidora de formas de linguagem tipicamente brasileiras, afirmando que a linguagem oral

bastante usada por aquela geração para se referir ao Brasil, sempre apresentado como um país jovem frente à "velha Europa", governado por um imperador jovem e amante das artes, e possuidor de uma juventude de literatos que buscavam difundir a nacionalidade, de modo a preparar o progresso do país, como podemos perceber pelo texto extraído de *Guanabara*:

" (...) à nova geração é que cabe todo esse brilhante futuro, que há de triunfar quando a geração que cresceu em 1825 tomar posse da alta administração, e o Soberano governar com os homens de sua idade"³⁵

Com o augusto apoio do Imperador Pedro II, as instituições imperiais responsáveis pela cultura nacional vão se desenvolver em torno desse grupo ligado à *Niterói*, à *Minerva Brasiliense* e à *Guanabara*, constituindo a chamada "primeira geração romântica". Fazem parte desse grupo: Porto-Alegre, Salles Homem, Gonçalves de Magalhães, Joaquim Manuel de Macedo, Gonçalves Dias, Santiago Nunes Ribeiro, Joaquim Noberto de Souza, Cônego Fernandes Pinheiro e Joaquim Caetano da Silva. Além de marcarem presença na imprensa periódica, já que colaboravam com diversos jornais e revistas, essas pessoas fizeram parte do IHGB, do Colégio Pedro II, do Conservatório Dramático e muitas vezes seguiram também a carreira política. Essa penetração em amplos setores da elite facilitou a divulgação em todo o território nacional dos valores defendidos por este grupo, contribuindo de forma decisiva na constituição de um sentimento nacionalista na elite brasileira através da entronização desses valores.

naquele momento se diferenciava muito do padrão lusitano. In *Estudos Literários*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1971.

³⁵ *O Guanabara*, n.1, p.1., 1849.

Quando a *Guanabara* foi fundada, em 1849, a sua chegada já havia sido noticiada por pequenas revistas e, dada a popularidade dos fundadores, dela muito se esperava, como podemos observar pela nota publicada na revista *O beija-flor*:

"A publicação do *Guanabara* (...) é pois o sinal da revolução das letras. Este jornal, redigido pelos três distintos literatos(...) promete muito, ou, para melhor dizer, promete tudo."³⁶

No seu primeiro ano, a revista *Guanabara*- publicada pela "Tipografia Guanabareense de L.A.F. de Menezes"- era composta por poemas e artigos. Esses últimos versavam sobre todo tipo de assunto: Belas-artes, Química, Botânica, Zoologia, Etnologia, Economia política, Música, História Européia e do Brasil, Matemática, Meditação, Noticiário, Crítica Literária, etc...³⁷ A partir do segundo ano, quando passa a ser publicada pela Tipografia de Dois de Dezembro- de Paula Brito- é criada a "Biblioteca Guanabareense", que consistia na publicação de obras de autores nacionais. Assim como a *Guanabara*, a *Minerva Brasiliense* também era impressa na tipografia de Paula Brito e, se a primeira possuía a "Biblioteca Guanabareense", a segunda havia lançado a "Biblioteca Brasílica", ambas iniciativas do editor Paula Brito de publicar obras nacionais inteiras, consistindo em um grande incentivo aos jovens literatos brasileiros.³⁸

O papel de Paula Brito como incentivador e difusor de conhecimento foi destacado por Macedo na pequena biografia escrita para o *Ano Biográfico Brasileiro*:

³⁶ B.J.Borges, "O jornalismo" in Revista *O Beija-flor*, v.1, n.40, 1850.

³⁷ Como exemplos da diversidade de temas dos artigos da *Guanabara*, podemos citar os seguintes títulos: "Botânica: Ophthalmoblaton Macrophylum, vulgo Santa Luzia"; "Chimica: Analyses de moedas"; "Conservatório de Música"; "História Preta- Anaes do Maranhão"; "Matemática"; "Meditação:ensaio estilo bíblico"; "Economia política: ensaio econômico sobre o influxo da intelligencia humana na riqueza e prosperidade das nações", "A velhice e a mocidade"; etc.

³⁸ Sobre o papel de Paula Brito como incentivador dos literatos brasileiros ver Eunice Ribeiro Gondim, *Vida e Obra de Paula Brito*, Rio de Janeiro, Livraria Brasileira Editora, 1965 e Marlyse Meyer, *Folhetim- uma história*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p.332. Macedo foi um dos literatos que obteve grande incentivo de Paula Brito, cuja tipografia publicou ao todo dez obras do romancista, entre romances, peças teatrais e discursos.

"A loja de Paula Brito na Praça da Constituição(...)ficou sendo um dos pontos mais freqüentados e de mais amena reunião diária e constante da cidade do Rio de Janeiro. (...) Com sua infatigável atividade e tendo estabelecido relações ou correspondentes em quase todas as províncias do Brasil, por estas espalhava numerosas publicações saídas de suas oficinas, tornando-se verdadeiro elemento de civilização.(...) Como editor soube animar a juventude talentosa(...)publicou as primícias de inteligências que ensaiavam seus primeiros vôos."

Macedo se referia às reuniões da "Sociedade Petalógica", que congregava pessoas tanto do partido liberal quanto do partido conservador³⁹, bem como literatos já renomados com aqueles ainda desconhecidos. Nessas reuniões discutia-se de tudo um pouco, como podemos perceber através do comentário de Machado de Assis:

"(...) cada qual tinha a sua família em casa; aquela era a família da rua(...)Queríeis saber do último acontecimento parlamentar?(...)Da nova ópera italiana? Do novo livro publicado(...)Da última peça de Macedo ou Alencar? Do estado da praça? (...) Não se precisava ir muito longe, era ir à Petalógica"⁴⁰

De fato, Paula Brito conseguira estabelecer muitas relações, o que facilitava a divulgação das revistas publicadas em sua editora. Lê-se na *Minerva Brasiliense* que a revista encontrava-se à venda na Corte, Niterói, Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará, Santos, além de Coimbra, Porto e Lisboa.

Apesar de tão esperada, a revista *Guanabara* não deixou de enfrentar dificuldades que acometiam as outras revistas daquele tempo. Inicia-se em 1849 tendo como redatores Macedo, Porto-Alegre e Gonçalves Dias. A partir do II tomo (cada tomo continha 12 números), Gonçalves Dias se afasta e a redação fica entregue a Macedo e Porto-Alegre. Há então uma interrupção na publicação da revista entre 1853 e setembro de 1854. Quando

³⁹ De acordo com Macedo, Paula Brito havia sido "exaltado" e depois de 1837 tornara-se conservador, sendo bem relacionado com pessoas de ambos os partidos. Macedo, *Ano Biográfico Brasileiro*, Tomo 3, p.545.

⁴⁰ Machado de Assis in *Diário do Rio de Janeiro*, 03-01-1865, apud Eunice Gondim, *idem*, p.61.

volta a ser publicada, em 1854, o Imperador coloca a revista sob sua proteção. A partir daí Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro junta-se à redação e a revista consegue enfim completar o seu segundo tomo em 1855. No III tomo, Macedo e Porto-Alegre se afastam da redação, ficando esta entregue à Fernandes Pinheiro, auxiliado por Joaquim Noberto de Souza Silva.

Sofrendo com a falta de colaboradores, cada vez mais a revista completaria a escassez de artigos com as publicações da "Biblioteca Guanabarensis" e com os trabalhos da "Sociedade Velosiana" (que publicava trabalhos de Geografia e Paleontologia) - publicações que já vinham ocorrendo desde 1850. Desta forma prosseguiu a *Guanabara* até 1856, quando sua publicação foi encerrada.⁴¹

O ano de 1856 seria um marco do romantismo brasileiro- foi o ano da publicação do poema de Gonçalves de Magalhães *A Confederação dos Tamoios*, cuja confecção já vinha sendo noticiada por Porto-Alegre nas páginas da *Guanabara*, e que seria criticado por José de Alencar, abrindo caminho para a publicação de *O Guarani* no ano seguinte. Esse ano marcaria portanto o fim do predomínio do que, nos compêndios de literatura, foi chamado de " primeira geração romântica". A partir de então, os romances de Alencar passavam a disputar com os de Macedo a preferência nacional.

A nacionalidade como um tema da História e da Literatura

De fundamental importância para a formação do "cunho de nacionalidade" proclamado pela *Guanabara* era a constituição de uma memória nacional. Com esse intuito, em 1838 foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que através do incentivo

aos estudos históricos, literários, etnológicos, corográficos e da coleta de fontes, pretendia dar os primeiros passos em direção à construção de uma memória nacional. Essa foi uma das instituições do II Reinado em que Macedo teve grande participação, e que, sem dúvida, surtiu muita influência no pensamento de nosso escritor, na medida em que era um espaço de debate de idéias.

Nesse Instituto, Macedo desempenhou um papel fundamental, tendo contribuído como membro de várias comissões de estudos através de seus pareceres; como secretário, com artigos, com memórias e com relatórios e, com discursos, quando fora orador. Essa contribuição não passou despercebida aos membros do IHGB, como podemos perceber por dois comentários de sócios do instituto, por ocasião de Macedo e Joaquim Noberto de S. e Silva receberem o título de Sócio Honorário do Instituto:

"Atendendo que o segundo, o Dr. Joaquim M. de Macedo, além de haver lido memórias e entrado sempre nas comissões do Instituto, há exercido os cargos de 1º secretário durante 4 anos, e de 3º vice-presidente durante três anos, o de orador durante 13 anos e o de 2º vice-presidente desde 1858 até hoje, propomos os mesmos senhores para sócios Honorários deste Instituto."
-Sr. Dr. José Ribeiro de Souza Fontes.

"Recebem o título de Sócio Honorário Macedo e Joaquim Noberto S. e S.- são nomes muito conhecidos por sua ilustração, habilitações literárias e serviços prestados às letras e ao instituto, e por isso a comissão se abstém de entrar em pormenores a seu respeito"-27 de agosto de 1869. A.M.Perdigão Malheiro.⁴²

Devemos ressaltar que é a partir da fundação do IHGB que temos a formação de um *locus* específico para a produção, a circulação e o debate de idéias sobre a história do Brasil,

⁴¹ O estudo profundo das revistas *Guanabara* e *Minerva Brasiliense* foi realizado por Hélio Lopes, *A Divisão das Águas*, São Paulo, 1978.

⁴² Revista do IHGB, tomo 32, 1869, p.92.

sendo, sobretudo, um espaço de reconhecimento⁴³. No ensaio "Como se escreve a história?"⁴⁴, Nelson Schapochnik destaca o porquê do IHGB ser considerado referência para a escrita da história do Brasil:

"Ao reordenar o passado em função do presente, o debate sobre a história do Brasil nascia com um imperativo político: a construção de uma "memória nacional".⁴⁵

Sendo o objetivo político da história da época criar uma memória nacional, nada mais coerente do que essa história ser produzida em uma instituição criada com a finalidade de "coligir, metodizar, publicar ou arquivar documentos necessários à história e geografia do Brasil"⁴⁶.

Aliás um dos principais interesses dos letrados brasileiros eram os relatos das descobertas e as expedições de demarcação do território nacional. Ao mesmo tempo em que buscava-se o povo brasileiro na tentativa de se escrever a história do Brasil, buscava-se uma literatura brasileira, demarcando suas origens nos tempos coloniais⁴⁷.

Com a intenção de direcionar a escrita de uma história nacional, o IHGB, em 1844, lançou o concurso "como se deve escrever a história do Brasil". A dissertação *Plano para se escrever a História Antiga e Moderna do Brasil, abrangendo as suas partes política, civil, eclesiástica e literária* valeu à Carl F. P. von Martius o prêmio do IHGB.

Sendo um concurso, a primeira coisa a saber era quem fazia parte do júri e o que eles viram na proposta de Martius para que este ganhasse o concurso.

⁴³ Lília Schwartz, "O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" in *O Espetáculo da Raça- Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

⁴⁴ Nelson Schapochnik, "Como se escreve a história?" in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 13, n 25/26, setembro 92/ agosto93. Ver também Manuel Salgado Guimarães, "Nação e Civilização nos Trópicos: O IHGB e o projeto de uma História Nacional" in *Estudos Históricos* (1), pp.5-21.

⁴⁵ Ibid., p.69.

⁴⁶ Schwartz, "O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", p.7.

A comissão julgadora era formada por Joaquim Caetano da Silva, Francisco Salles Torres Homem, Fr. Rodrigo de São José, Manuel de Araújo Porto-Alegre e Francisco Manuel Raposo de Almeida. É bastante significativo que das cinco pessoas que compunham a comissão, três, naquele momento, fizessem parte da *Minerva Brasiliense* (Torres-Homem, Porto-Alegre e Joaquim Caetano da Silva).

Mais do que um plano para uma obra de história, Martius forneceu um programa de interpretação da realidade brasileira que incentivou profundamente os trabalhos do IHGB, e não só os de história. Ao que parece a escolha do plano de Martius deveu-se ao fato deste estar em sintonia com o que defendiam os literatos da *Niterói* e da *Minerva Brasiliense*: a defesa da ordem monárquica, a idealização do índio como representante do elemento nacional e a existência de um povo brasileiro.

Martius começa a sua dissertação ressaltando que a História do Brasil será muito particular pelo fato de sua população ser formada por três raças.

“(...)do encontro, da mescla das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população.”⁴⁸

Devido a essa especificidade, para se escrever a história do Brasil seria necessário estudar o movimento histórico de cada uma dessas raças, percebendo a influências de uma raça sobre outra. A influência de cada raça teria uma relação direta com a “índole inata” e com a “energia, número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças”⁴⁹. Para Martius, o povo brasileiro seria resultante da reação das raças negra e indígena sobre a raça branca. Ou seja, o povo brasileiro já vinha sendo formado desde antes da independência

⁴⁷ Süsskind, “O escritor como genealogista”, p.477.

⁴⁸ Carl F.P. von Martius, “Como se deve escrever a História do Brasil” in *O Estado do direito entre os autóctones do Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia/ São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1982 p. 87.

política, argumento que servia para reforçar a tese da existência de uma literatura nacional.

Para o estudo da influência das raças, Martius propõe o estudo dos hábitos indígenas antes e depois da conquista portuguesa, mas, em momento algum propõe o conhecimento do passado do negro antes da escravidão. Isso talvez indique que para Martius a escravidão teria marcado a própria índole do negro, e explique o porquê de uma gradação de valores entre as raças indígena e negra, com prejuízo desta última.

A escolha de um projeto de construção da história nacional que idealizava o indígena (para Martius os indígenas brasileiros tinham uma ascendência comum e eram restos de uma grande civilização) se enquadrava perfeitamente com o projeto indianista da literatura romântica, no qual o índio era representado como símbolo da identidade nacional.

Por fim, o projeto de Martius servia ao intuito de fortalecimento da monarquia na medida em que buscava diluir as cores locais, em nome da execução de uma história nacional. Dessa forma, criticava as histórias provinciais não só por essas se aproximarem mais do estilo das crônicas do que do propriamente histórico, como também pelo fato destas representarem uma ameaça à execução de uma história nacional, na medida em que reafirmavam as disparidades físicas e culturais do país. Contudo, reconhece a importância do historiador trabalhar também com as particularidades de cada região, incentivando desta forma o interesse do seu leitor. Propõe, então, uma vinculação das histórias provinciais com a nacional, ressaltando-se as particularidades das províncias - essas reagrupadas em regiões que tivessem valor significativo para a História. Desse modo, o discurso histórico se prestaria ao papel de construção de um Brasil coeso através da exaltação do nacional ao mesmo tempo em que se pretendia a diluição do regional. O principal objetivo dessa história

⁴⁹Ibid., p.87.

era o de imprimir um sentimento de nacionalidade no povo brasileiro, construindo um discurso que mostrasse a viabilidade da nação e a idéia de um país coeso.

Concorria com a tese de Martius apenas um outro trabalho, a tese de J. Wallestein. Na sua *Memória sobre o plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil*, Wallestein propunha uma história política dividida em décadas, que corresponderiam aos capítulos, com um apêndice, ao final de cada capítulo, contendo as “partes civil, eclesiástica e literária”.

Podemos perceber que Martius, ao propor uma história filosófica, em contraste com a história política sugerida por Wallestein, caminhava no sentido de resolução de um problema que afligia bastante aquela geração de intelectuais brasileiros e mesmo a anterior a ela, ou seja, a existência de um povo brasileiro diferente do português e a viabilidade desse povo frente aos parâmetros de civilidade europeus⁵⁰.

A finalidade filosófica da história foi o que levou a comissão julgadora do concurso a abraçar o projeto de Martius e descartar o de Wallestein. Parecer que, em relação ao trabalho de Wallestein, se resumiu a um único parágrafo:

“Parece que o autor dessa memória não compreendeu bem o pensamento de vosso programa, porquanto as vistas desse instituto não se podiam contentar com a simples distribuição da matérias, e isto por um método puramente fictício ou artificial, que poderá ser cômodo para o historiador, mas de modo algum apto a produzir uma história no gênero filosófico, como se deve exigir atualmente.”⁵¹

⁵⁰ Preocupação já demonstrada por José Bonifácio na época da Independência: “(...)amalgamação muito difficil será a liga de tanto material heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, etc., em um sólido corpo político (...)”. José Bonifácio de Andrada e Silva, “Representação à Assembléia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura”, *Projetos para o Brasil*, São Paulo, Cia das Letras/Publifolha, 2000.

⁵¹ “Parecer sobre o plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil, organizada com tal sistema que nela se compreendam as suas partes política, civil, eclesiástica e literária” in *RIHGB*, 1847, Tomo 9, p.279.

A escolha do projeto de Martius pela comissão julgadora mostra que os literatos brasileiros, também reunidos no IHGB, estavam em sintonia com as transformações pelas quais passava a história na Europa, na sua trajetória de constituição enquanto disciplina e profissão. A história produzida no século XIX é a história filosófica do século XVIII, “uma reflexão sobre a evolução dos povos e das civilizações”, só que voltada para o estado-nação. Seu objetivo político é estudar o passado para mostrar o progresso da civilização de que a nação é portadora.⁵²

Uma das tarefas do historiador filosófico, segundo Martius, era conhecer bem o seu país, para que desse modo pudesse perceber quais as particularidades realmente importantes de cada região. Só através desse conhecimento, o historiador seria capaz de selecionar os fatos que tivessem importância na composição de uma história nacional.

“Só assim poderá ser apto para avaliar devidamente todos os acontecimentos históricos que tiveram lugar em qualquer das partes do Império, explicá-los pela particularidade do solo que o homem habita ; e colocá-lo em um verdadeiro nexu pragmático para com os acontecimentos da vizinhança.”⁵³

Podemos perceber que historiadores e literatos no Brasil do II Reinado trilhavam o mesmo caminho na formação do sentimento de nacionalidade. Afinal a necessidade de conhecimento do país era também apregoada pelos literatos, o que os levavam a criticar os relatos de viajantes⁵⁴.

Era muito freqüente tanto na literatura quanto na imprensa periódica, as críticas aos viajantes que não descreviam devidamente o país ou ainda dos viajantes que falavam dos

⁵² François Furet, “O nascimento da História” In *A Oficina da História*, Lisboa, Gradiva, s.d., pp.128-135.

⁵³ Martius, idem, p.105.

costumes da Corte como se refletissem os costumes do Brasil. É esse o teor da crítica de Macedo na crônica "Costumes Campestres do Brasil":

"Eu não quero falar dos *Suzanets*: quando se trata de historiadores, devem ser postos à margem os charlatães da história. Refiro-me aos homens honestos, aos escritores públicos; reporto-me a esses viajantes sinceros, mas pouco prudentes, que tendo estudado, escrupulosamente mesmo, os costumes de uma capital, vão depois atribuir à nação inteira os usos que observaram na grande cidade. (...) uma nação não tem nada em si de mais cambiante e de menos nacional, do que sua capital. (...) Ponto de reunião de cem diplomatas representantes de governos, que se dizem amigos, centro para onde convergem milhares e milhares de estrangeiros, que falam vinte línguas diversas, que trazem consigo os usos, as virtudes, os vícios, a religião(...) enxerta nos pátrios hábitos todas essas importações morais, e torna-se pois em vaso brilhante (...) ou em finalmente em uma verdadeira babel de costumes." ⁵⁵

Vemos que Macedo, assim como Martius, defendia a necessidade de um maior conhecimento do país, acreditando que, para isso, era preciso viajar, sair das fronteiras da capital e dos grandes centros. Através desse trecho é possível perceber que Macedo tentava salvaguardar os costumes brasileiros que, segundo o autor, na Corte se achava perdido em meio a tantas diversidades culturais. E que mesmo sendo honestos, os viajantes estrangeiros teriam mais facilidade em cometerem imprudências por não conhecerem o país. Logo, a tarefa de descrição poderia ser melhor executada se realizada por brasileiros.

Não obstante, nesse mesmo trecho, ao ressaltar que ele está a falar dos "viajantes sinceros", Macedo deixa claro a existência de viajantes não sinceros. Essa crítica, tão comum aos seus contemporâneos - e que por isso recheia as páginas da literatura e da imprensa periódica do Brasil oitocentista-, é reveladora de um forte sentimento nacionalista por parte dos escritores brasileiros. Ao acusarem muitos dos viajantes estrangeiros de virem

⁵⁴ Sobre as relações entre a produção dos literatos e dos viajantes ver Flora Süssekind, *O Brasil não é Longe Daqui*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

ao Brasil e de, ao voltarem para Europa, escreverem sobre o país de forma leviana, os literatos brasileiros, mais uma vez, justificavam a atitude de tomarem para si a função de estudar o próprio país, bem como a de fiscalizar os trabalhos descritivos do Brasil escritos por estrangeiros. Desse modo, lemos em Macedo:

"menti como um viajante francês"⁵⁶

Ou ainda,

"Um francês (viajante charlatão) passou pela cidade do Rio de Janeiro, e demorando-se nela alguns dias, ouviu aos patrícios da rua do Ouvidor queixas dos incômodos tigres que freqüentes passavam ali de noite. Sábio e consciencioso observador que era, o viajante tomou nota do fato, e poucos anos depois publicou, no seu livro de viagens, esta famosa notícia: Na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil, feras terríveis, os tigres vagam, durante a noite, pelas ruas, etc. etc.!!!E é assim que se escreve a História!"⁵⁷

Apesar das críticas tão comuns aos viajantes, nossos literatos reconheciam a importância dos relatos de viagens como o primeiro passo em direção à busca de uma memória nacional. Assim lemos no prólogo da comédia "A estátua amazônica", publicada na Revista *Guanabara* :

"O Brasil tem tido a glória de ser visitado por viajantes franceses dignos de todo o respeito e veneração, como sejam os senhores Auguste de Saint-Hilaire, Ferdinand Denis e Debret, que estão longe da classe dos Jacquemonts, Arsennes, Araigos, Suzanets e outros muitos miseráveis mentirosos, que - *visant à l'effet* - escrevem o que não viram e degeneram o que viram. Aos primeiros é do nosso dever tributar veneração, respeito e gratidão; mas aos segundos desprezo, e só desprezo".⁵⁸

⁵⁵ Macedo, "Costumes Campestres do Brasil - parte I, introdução" in *Guanabara*, Tomo I, n.7, pp. 256-258.

⁵⁶ Macedo, *Memórias do Sobrinho do Meu Tio*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p.324.

⁵⁷ Macedo, *Memórias da Rua do Ouvidor*, Brasília, Editora UNB, 1988, p.99. De acordo com o próprio Macedo "tigres" era como então se chamavam os barris de despejos das casas, levados pelos escravos entre as oito e dez horas da noite: "A esses barris asquerosos o povo deu a denominação geralmente adotada de - *tigres*- pelo medo explicável com que todos fugiam deles", *ibid*.

Tomando Suzannet como exemplo, o que ele poderia ter escrito para atrair a crítica de diferentes literatos? Talvez tenha, no seu *O Brasil de 1845*, detratado o país como sugeriu Macedo e Porto-Alegre. Ou tenha, tão somente, extrapolado os limites da descrição, caindo na crítica de costumes - o que contrariaria a imagem que circulava na nossa literatura de um país belo e promissor. Ou ainda, o motivo poderia estar no fato de Suzannet ter registrado que no Brasil não existia unidade, já que todas as províncias queriam se tornar independentes.⁵⁹ Afirmação que contrariava tudo o que aqueles românticos queriam provar.

Portanto, viajantes como Saint-Hilaire, Debret e Ferdinand Denis eram bem vindos, enquanto aos outros só restaria o desprezo. A essa lista poderíamos acrescentar o nome de Martius e de Spix, que de acordo com o próprio Macedo:

“Não eram desses viajantes romanescos, improvisadores sem consciência, que, farejando os lucros da edição de um livro novo, simulam peregrinações que não fizeram, observações que não viram, inventam costumes que não existem(...)”⁶⁰

Se, para Martius, criar um discurso capaz de incutir o sentimento de nação na população brasileira deveria ser tarefa do historiador, ao que parece, para Macedo - assim como para outros escritores da época -, a naturalização e divulgação desse sentimento, fornecido pelo discurso histórico, deveria ser tarefa do literato, fossem através dos romances históricos, dos contos e novelas e também de obras didáticas. Mas nada impedia que o literato fosse também historiador e o historiador fosse também literato, exemplo disso é próprio Macedo.

Nesse contexto de fundação de uma nacionalidade, a importância dos romances e das obras didáticas deve ter sido bastante significativa, pois devemos considerar que o

⁵⁹ “Prólogo” de *A Estátua Amazônica in Guanabara*, Tomo IV. Essa comédia foi dedicada ao presidente do IHGB, Manuel Ferreira Lagos, que também era o diretor da sessão de arqueologia e etnologia brasileira.

conhecimento produzido no IHGB, e divulgado através de sua revista, possuía uma circulação bastante restrita. Nesse caso podemos pensar que era função do literato fazer a ponte entre o conhecimento “erudito” do IHGB e o restante da população do país.

Às vezes essa intenção é patente, como no caso do romance histórico *As Mulheres de Mantilha*, onde, já na introdução, Macedo busca esclarecer o caráter didático do romance, ao afirmar que:

“Como escrevemos sempre e somente para aqueles que sabem tão pouco que ainda sabem menos do que nós, e não para aqueles que nos podem ensinar, vamos, porque isso é preciso, dizer o que era e o que podia naqueles tempos o ajudante oficial-de-sala do vice-rei”⁶¹

Na mesma obra, Macedo tenta demonstrar essa função do literato em sua relação com o trabalho do historiador, onde podemos perceber além da intenção de divulgar a história pátria, a intenção de fornecer fontes para historiadores futuros:

“Tenho quase certeza de que hoje haverá de sobre quem me censure por estas explicações do que todos sabem, visto que ainda atualmente existe o cancro da escravidão, ainda há população escrava, e portanto, ainda há também nas famílias - *nhonhês e sinhás*, ou senhoras mães de - *sinhazinhas*, mas no século vigésimo os romancistas historiadores, que são os professores de história do povo, hão de agradecer estes e outros esclarecimentos da vida íntima das famílias do nosso tempo.”⁶²

Através da leitura de outro texto – “Dúvidas sobre alguns pontos da história pátria” foi possível perceber que, para Macedo, a escrita da história é feita a partir de uma relação dialógica entre historiadores e fontes, onde um historiador escreve para que outro leia e faça a crítica. Nesse texto, publicado na Revista do IHGB, Macedo fez uma comparação entre

⁵⁹ Suzanet, *O Brasil em 1845*, pp.86-87.

⁶⁰ Macedo, “Discurso” in *RIHGB*, Tomo 32, 1869. Discurso proferido por ocasião da morte de Martius.

⁶¹ Macedo, *As Mulheres de Mantilha*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1965, p.7.

⁶² *Ibid.*, p.36, grifo nosso.

todos os escritos sobre a história da invasão holandesa no Brasil, comparando as interpretações dos autores e as fontes utilizadas- era uma discussão feita para “profissionais”⁶³. Já a história para o povo deveria ser ensinada, como percebemos na citação de *As Mulheres de Mantilha*, pelos romancistas.

Mas, se a literatura poderia servir para divulgar a história e o sentido político que ela tinha, de formação da nacionalidade, a história também poderia ser útil à literatura na construção de uma literatura genuinamente nacional. Como podemos perceber através de um comentário de um dos sócios do IHGB:

“delas [das bandeiras] nasceram esses contos fabulosos sobre riquezas subterrâneas(...) uma circunstância notável, e que deve ser investigada, é quanto as raças preta e americana concorreram à sua maneira para modificar essas narrações(...) Nestes contos acharão os poetas brasileiros uma fonte abundante de ficções para uma poesia romanesca nacional.”⁶⁴

Como podemos perceber, no processo de formação da nacionalidade brasileira, a história e a literatura caminhavam juntas na tentativa de escolher e fixar na população brasileira valores nacionais.

Macedo e o sentido da História Nacional

Escolhido o plano de Martius, faltava alguém que se propusesse ao empreendimento de escrever a primeira História do Brasil. De acordo com Nilo Odália, a este papel se

⁶³ Macedo, “Dúvidas sobre alguns pontos da história Pátria” in *RIHGB*, Tomo 25, 1862, p.3.

⁶⁴ “Parecer sobre o plano de se escrever a história política e moderna do Brasil...”, p.285.

submeteu Adolfo Varnhagen, realizando um trabalho que se apoiou na seriedade e na erudição ⁶⁵.

O livro de Varnhagen foi muito bem recebido pelo IHGB, como se pode perceber pelo comentário de Macedo, então secretário nesse instituto:

“No nosso país ainda tão novo, e que apenas agora começa a abrir as asas, e a ensaiar vôos que um dia o devem levar arrojados à uma posição alterosa e brilhante que lhe destina a providência (...) é um dever mais do que em qualquer outro animar e honrar aqueles que dão à pátria um livro útil e precioso”⁶⁶

Nesse fragmento, em que a “juventude” do país é a explicação para a inferioridade frente à Europa, vemos refletido o pensamento ilustrado europeu de que, contanto que houvesse um projeto, a história se encarregaria de trazer a civilização.⁶⁷ O projeto de formação da nacionalidade brasileira, escolhido e aprovado pelos letrados reunidos no IHGB, era o de Martius, o qual Varnhagen tentava executar em sua história do Brasil. Divulgar o sentimento nacional no brasileiro, através da pedagogia, e ajudar na difícil tarefa de trazer a civilização, eis a “utilidade” e “preciosidade” que Macedo vira no livro de Varnhagen.

Com esse intuito Varnhagen seguiu os passos traçados por Martius, tentando mostrar o papel de cada raça na constituição da história e realidade nacional. Apesar de concordar com Martius em relação à formação de um povo brasileiro, Varnhagen acatava a escravização de índios e negros como método de civilizar. Para o autor, o contato com os

⁶⁵ Nilo Odália, “Biografia” In *Varnhagen*, São Paulo, Ática, 1996, p.11.

⁶⁶ Macedo, “Relatório do 1º secretário” in *RIHGB*, vol.19, 1856, suplemento, pp.95-96 [grifo nosso].

⁶⁷ François Furet, “Duas legitimações históricas da sociedade francesa no século XVIII” in *A Oficina da História*, op. cit., p.175. O autor mostra que, com o Iluminismo, “civilização” representa “os progressos do espírito humano”, sendo também a meta das sociedades que ainda não a atingiram: “mas de qualquer modo, mais cedo ou mais tarde, a história constitui a sua garantia para todos, desde o momento em que tem um sentido”.

indígenas, enquanto elemento nativo, estava inscrito em uma ordem natural das coisas, enquanto que a introdução do elemento negro fora fruto de um " erro histórico". Este deveria ser reparado através da miscigenação, onde haveria o predomínio da civilização superior (branca) em detrimento da inferior (negra) . Desse modo, afirma Varnhagen :

"(...) fazemos votos para que chegue um dia em que as cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo os característicos da origem africana, e por conseguinte a acusação da procedência de uma geração(...)"⁶⁸

Observamos através dessa passagem que Varnhagen é um dos primeiros ideólogos a sugerir a possibilidade do branqueamento da população, teoria desenvolvida e muito utilizada posteriormente.

As idéias de Martius e de Varnhagen a respeito da história nacional e da constituição de um povo brasileiro, foram compartilhadas e debatidas por Macedo e por aquela geração de literatos que se reunia no IHGB.

Em 1861, Macedo publicou a sua própria história do Brasil, que seria adotada no Colégio Pedro II, então modelo educacional do Império e instituição na qual o autor lecionava a disciplina História.

As referências encontradas sobre esta obra sugerem ser ela uma adaptação da obra de História de Varnhagen⁶⁹ De acordo com Wilson Martins⁷⁰, ao escrever as suas *Lições de História do Brasil*, Macedo apenas transpusera para o plano didático a História do Brasil de Varnhagen. Informação que provavelmente assimilara de Capistrano de Abreu – que substituiu Macedo como professor de história do Brasil no Colégio Pedro II. Como

⁶⁸ Varnhagen, idem, p.73.

⁶⁹ Como exemplo podemos citar Capistrano de Abreu, Wilson Martins e, mais recentemente, Selma Rinaldi de Mattos.

podemos perceber através da carta escrita por Capistrano ao seu amigo Rio Branco, referindo-se à obra de história que estava escrevendo:

“Parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebro os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino.”⁷¹

De fato, Macedo não era como Varnhagen, e o próprio Capistrano, um pesquisador que se debruçava sobre as fontes primárias. Provavelmente nem lhe sobrava tempo para isso, se levarmos em conta a sua intensa produção ficcional. Nesse aspecto, suas obras não ficcionais que tratam da história e da realidade brasileira podem ser vistas como frutos de uma seleção feita pelo autor do que havia sido escrito até então, acrescida de uma interpretação própria. Macedo deixa isso claro no prefácio à *Noções de Corografia do Brasil*:

“No estudo do Brasil em geral, como no particular das províncias do Império foram postos em escrupuloso tributo numerosas obras, e compêndios de Geografia, importantes trabalhos de engenheiros, e sábios viajantes naturalistas nacionais e estrangeiros (...) [esses] deram com a mais obsequiosa vontade ao inoportuno e enfadonho autor desse livro esclarecimentos e noções de máximo proveito.”⁷²

Dentre as obras de História do Brasil produzidas até então, a obra de Varnhagen era, de acordo com Macedo, a mais completa. Como podemos verificar pelo relatório escrito pelo nosso literato, então secretário do IHGB, quando da publicação da obra de Varnhagen:

“O nosso digno colega vem com este seu importantíssimo trabalho satisfazer uma necessidade que altamente se fazia sentir(...) temos para estudar a história pátria fontes inestimáveis, cronistas de sabido mérito(...) temos longas e minuciosas memórias sobre muitas de nossas províncias(...)mas nada disso é uma história regular e completa; e ainda quando não fossem raros

⁷⁰Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, São Paulo, Cultrix/USP, Vol. III, p.132.

⁷¹Carta à Rio Branco, de 17 de abril de 1890 apud prefácio de José Honório Rodrigues à edição de 1953, “Como nasceram os Capítulos de História Colonial”, in Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, São Paulo, Publifolha/Itatiaia, 2000, p.3.

⁷²Macedo, *Noções de Corografia do Brasil*, p.1.

esses cronistas , e essas fontes, teriam todos bastante tempo para folhear tantos e tão corpulentos volumes?(...) E seriam eles suficientes para contentar as exigências da civilização? Southey, apesar do muito que vale não nos basta hoje; outros valem por certo menos que Southey. Beauchamp sujeita repetidas vezes a razão à imaginação(...) e os copistas de Beauchamp (...) valem menos que ele”⁷³

Pelo fato de a *História Geral do Brasil*, de Varnhagen ter sido considerada por Macedo a obra mais completa produzida até o momento sobre a história nacional, parece-nos óbvio que a sua influência tenha sido maior do que as outras. O que não significa dizer que Macedo acatara as opiniões de Varnhagen passivamente, ou ainda que concordara com elas. Caso contrário, qual seria a necessidade de Macedo de escrever sua própria história do Brasil? Por que ele não simplesmente adotara a obra de Varnhagen no Colégio Pedro II?

Se por um lado Macedo seguia a cronologia e a seleção de fatos de Varnhagen ao tratar da história do Brasil, por outro discordava deste em alguns pontos cruciais Assim, se para Varnhagen o intuito de civilizar servia como justificativa à escravização dos negros, para Macedo a continuidade da escravidão não se justificaria, pois segundo este, para civilizar e educar moralmente os negros, era preciso antes libertá-los, criando nos libertos uma ética para o trabalho⁷⁴.

Outra discordância diz respeito ao que Varnhagen escrevera sobre a escravidão indígena, que levava Macedo a posteriormente criticar a sua obra:

“Como zeloso investigador de fatos e elucidador de datas, nenhum dos escritores e cronistas antigos e modernos pode competir com o autor da *História Geral do Brasil*, não há porém obra humana que de sua essência não traga o senão indeclinável da imperfectibilidade. Varnhagen desde que, exposta a narração, se eleva a filósofo julgador e doutrinário, peca por anacrônico em idéias; contrariando os poetizadores do índio, cai na

⁷³ Macedo, “Relatório do 1º secretário” in *RIHGB*, vol.19, 1856, suplemento, pp.92-152.

⁷⁴ Essa idéia será desenvolvida no II capítulo desta tese, onde trataremos das representações do escravo, elaboradas por Macedo.

exageração condenável dos desumanizadores do selvagem, aplaudindo as bandeiras assassinas, que os destruíam em hecatombes terríveis, ou legitimando a escravidão das miséras vítimas escapadas à morte como feras”⁷⁵

Ao ser contra a escravidão, fosse ela negra ou indígena, Macedo se afasta das teorias de Varnhagen, aproximando-se das de Martius, segundo o qual deveria o historiador contribuir na educação moral e civil dos negros e índios, pois

“um historiador que mostra desconfiar da perfectibilidade de uma parte do gênero humano autoriza o leitor a desconfiar que ele não sabe colocar-se acima das vistas parciais ou odiosas”⁷⁶

Mais um ponto de discordância entre os autores, e que tocava diretamente na questão da nacionalidade, é a interpretação dada por eles à conjuração mineira e à Independência do Brasil.

Se para Varnhagen a Conjuração mineira é apresentada como o resultado de um “conluio” formado por “patriotas, por ambiciosos e por aqueles que não queriam pagar a derrama” e que destes, “apenas o Tiradentes queria a revolução”⁷⁷, para Macedo ela já era uma demonstração de independência da pátria:

⁷⁵ Macedo, “Discurso” in *RIHGB*, Tomo 41, II parte, 1878, pp.487-488. Discurso proferido como orador do IHGB por ocasião da morte de Varnhagen.

⁷⁶ Martius, *idem*, p. 89.

⁷⁷ Varnhagen, *idem*, pp.133-138.

“O Brasil saía de uma época de florescimento em que começava a sentir e a reconhecer os elementos naturais de sua grandeza futura: a revolução e a independência dos EUA Norte-Americanos, e as idéias e aspirações regeneradoras ensinadas pelos escritores da França faziam palpitar esperançosos os corações dos brasileiros. Sonhada por estudantes, afagada por poetas, foi urdida generosa, mas precoce a primeira conspiração de emancipadora da colônia portuguesa da América(...) Entretanto o fato incontestável e de ponderação histórica é que desde alguns anos antes e ainda mais depois, artistas e poetas brasileiros empenhavam-se em dar às suas obras cores e caráter marcadamente do seu país: era já o sentimento de independência da pátria que estava nos espíritos e nos corações. Napoleão veio precipitar os acontecimentos.”⁷⁸

Já em relação à Independência, o que a legitimava, para Varnhagen, era a atuação de Pedro I enquanto para Macedo era a vontade e o patriotismo do povo. Em Varnhagen todo o peso da independência é colocado nas mãos de Pedro I :

“Não lhe restava, pois, mais que uma de duas resoluções a tomar: ou proclamar de todo a independência, para ser herói, ou submeter-se a cumprir e fazer cumprir os novos decretos das Cortes(...)”⁷⁹

Enquanto que, em Macedo, a Independência é apresentada como um direito da nação:

“A um povo pode-se negar por muito tempo direitos de elevação e de hierarquia, cujo gozo ele nunca provará; mas tomar-lhe o que já desfruta é erro que raramente fica impune(...)”⁸⁰

Esses pontos de discordância revelam uma profunda diferença nas intenções desses dois membros do IHGB ao falar sobre a história do Brasil. Para Varnhagen o principal ator da história brasileira era o Estado: este devia guiar todo o processo de formação da nação. Deste modo, repudia o movimento mineiro por este se opor ao Estado, ser subversivo, do

⁷⁸ Macedo, “Esboço Histórico do Brasil” in *Noções de Corografia do Brasil*, p.17. Esse “esboço” é a matéria do primeiro capítulo deste livro, que é um resumo da edição de 1863 de suas *Lições de História do Brasil*. Utilizaremos esse “esboço” por nele estar contido de forma mais sucinta as mesmas interpretações da História de *Lições de História do Brasil*.

⁷⁹ Varnhagen, *História Geral do Brasil*, p.160.

⁸⁰ Macedo, *Noções de Corografia do Brasil*, p.21.

mesmo modo que consideraria a independência ilegítima se não tivesse sido feita por Pedro I⁸¹.

Já Macedo era um liberal e, para este, a nação precedia a própria existência do Estado. Ao tratar o movimento mineiro como uma manifestação da nacionalidade brasileira, Macedo mostra que este sentimento já estava sendo criado e que a independência era uma questão de tempo, o que se fazia necessário para amadurecer uma idéia. Neste sentido, a história é vista como um processo onde a nacionalidade foi sendo aos poucos constituída até culminar na independência. Do mesmo modo a abdicação é vista como o resultado da ação despótica de Pedro I :

“O povo acolheu com entusiasmo o novo príncipe. Mas este logo em 1823 comprometeu o seu reinado com a dissolução da 1ª constituinte brasileira.”⁸²

Essas diferenças evidenciam duas histórias representativas das divergências entre a elite brasileira do II reinado. A história escrita por Varnhagen estaria de acordo com o projeto conservador de centralização do poder e a história de Macedo estaria de acordo com o ideal liberal de nação, no qual o Império era visto como a associação política do povo (entendido como conjunto de cidadãos).⁸³ A sociedade se dividia hierarquicamente entre o povo, a plebe e a massa de escravos.

Quanto a esses últimos, são muitos os exemplos na obra de Macedo da má influência dos escravos na formação moral dos filhos dos senhores, bem como da corrupção dos costumes da sociedade branca pelos escravos.⁸⁴ Ou seja, se caberia ao historiador julgar a

⁸¹ Sobre a ideologia de Varnhagen ver prefácio de Nilo Odália ao volume *Varnhagen*, p.14

⁸² Macedo, *idem*, p. 22.

⁸³ Sobre o ideal liberal de nação ver Mattos, *op. cit.*, p.139.

⁸⁴ Outros exemplos dessa mesma concepção podem ser tirados da obra de outros romancistas do mesmo período, tais como: *O Demônio Familiar*, de José de Alencar; *A carne*, de Júlio Ribeiro.

influência africana na sociedade brasileira, e se a esse papel se incumbiu Varnhagen - concluindo que essa influência seria nociva e fruto de um "erro histórico"-, parece ter cabido a Macedo o papel de tentar reverter esse "erro", utilizando a literatura como fim moralizante e reformador da sociedade. Esse fim moralizante, objetivo claro de todos os seus romances, foi percebido por um redator da *Guanabara* no seu comentário acerca do romance *Vicentina*, de Macedo, publicado em 1853:

"Por seu intermédio pode-se moralizar e instruir o povo, fazendo-lhe chegar ao conhecimento de algumas verdades metafísicas, que aliás escapariam à sua compreensão(...) Se o teatro foi justamente chamado a escola dos costumes, o romance é a moral em ação (...)"⁸⁵

A solução para o problema nacional

Entre as obras produzidas no período, que tratam da história e da realidade brasileira, *Noções de Corografia do Brasil* deve ser destacada. Composta de 14 capítulos sobre o Brasil em geral e mais 21 capítulos onde trata de cada província e do município neutro, esta obra pretendia divulgar na Europa os conhecimentos acerca do Brasil, "considerado política, moral, econômica e fisicamente"⁸⁶.

Escrita por encomenda do governo para representar o Brasil na Exposição Nacional de Viena, em 1873, nela Macedo tentava construir para o público europeu a imagem de um Brasil promissor, que caminhava a passos largos rumo ao progresso. Mas, mais do que

⁸⁵ *Guanabara*, Tomo III, pp.17-20.

⁸⁶ Macedo, *Noções de Corografia do Brasil*, "prólogo", p.I. Os catorze capítulos que compõem a Primeira parte- "O Brasil em Geral"- são os seguintes: "Esboço Histórico do Brasil"; "Posição astronômica e física do Brasil"; "Clima"; "Ilhas principais"; "Estreitos e cabos principais"; "Bahias e Portos"; "Sistema orográfico brasileiro"; "Sistema hidrográfico brasileiro"; "Produções naturais do Brasil"; "Indústria, agricultura, comércio e progresso material do país"; "Sistema de governo e administração"; "Suplementar do precedente"; "Civilização e população" e "Colonização e catequese".

simplesmente querer mostrar o estado de civilização que o país já teria atingido, podemos perceber nesse livro a intenção do autor de ajudar a promover a imigração européia para o Brasil. Para atingir esse objetivo, Macedo se utiliza de dois eixos de argumentação: primeiro, a propaganda de valores nacionais construídos e/ou repetidos com exaustão pela geração romântica; segundo, a propaganda da monarquia brasileira.

Entre os valores alardeados pela geração de literatos da qual Macedo fazia parte, podemos citar a vastidão do território nacional e a abundância e riqueza dos recursos naturais. O que pode ser constatado pelo próprio formato do livro, pois dos 14 capítulos dedicados ao “Brasil em Geral”, sete deles tratam dos limites, rios, ilhas, estreitos, cabos, baías, portos e recursos naturais.

Também é realizada nessa obra uma verdadeira apologia da monarquia brasileira. Apologia por ser um discurso que servia ao mesmo tempo para justificar e defender esse regime de governo- uma defesa que vinha a calhar se atentarmos para o surgimento do partido republicano um ano antes.⁸⁷ Para isso, Macedo se utiliza dos mais variados argumentos: da paz conseguida por D. Pedro II após o turbulento período regencial; do incentivo às instituições nacionais; da liberdade de imprensa; do progresso material do Brasil, principalmente após a proibição do tráfico; da tolerância religiosa do governo brasileiro; além da igualdade jurídica dos cidadãos, independente de sua ascendência.

D. Pedro II é apresentado como o monarca que teve a capacidade de se colocar acima das lutas políticas e dessa forma teria trazido a paz necessária ao desenvolvimento do país:

“ De 1840 a 1872 no atual reinado extinguiu-se a rebelião do Rio Grande do Sul e o bálsamo da anistia geral curou as feridas que a guerra civil abrira: em

⁸⁷ O primeiro manifesto republicano brasileiro é feito no jornal *A República*, de 3 de dezembro de 1870. Esse manifesto foi a base para a fundação do Partido republicano em 17 de janeiro de 1872. Lília Schuwarcz, *As Barbas do Imperador*, São Paulo, editora Companhia das Letras, 1999, p.320.

1842 nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, e em 1848 na de Pernambuco declararam-se revoltas que foram vencidas, sendo no fim de dois e de poucos mais anos anistiados todos os chefes delas.”⁸⁸

Uma paz e estabilidade que era necessário propagandear, se levarmos em conta o quadro de instabilidade política dos países latino-americanos⁸⁹ e as inúmeras modificações por qual passara a Europa. Desse modo escreve Macedo:

“(...) o suave e risonho quadro da tranqüilidade interna em perto de ¼ de século, em que não tem havido uma só revolta ou pronunciamento armado, estão dizendo e proclamando o grau de civilização a que atingiu o país.”⁹⁰

Entretanto, o autor ressalta que essa civilização ainda é pouca perante o que deve atingir no futuro:

“(...) a vaidade fora de mau conselho para o Brasil, a cujo governo e população cumpre cuidar muito mais em haver e conquistar os elementos e fontes de progresso e de civilização que ainda não tem, do que jactar-se do pouco ou relativamente muito, que para o seu arrojado engrandecimento já possui.”⁹¹

E, dentro deste discurso, para atingir a tão almejada civilização o mais rapidamente possível, a vinda de imigrantes era imprescindível, bem como a descentralização administrativa- por qual os liberais lutavam desde a lei de interpretação do ato adicional de 1834. Nesse sentido, o autor afirma que o fim do tráfico de escravos e o progresso material decorrente do deslocamento do investimento do capital ainda era pouco frente ao percurso que ainda restava o Brasil percorrer rumo ao progresso⁹²:

⁸⁸ *Noções de Corografia do Brasil*, p.24.

⁸⁹ José Murilo de Carvalho, *idem*, p.35. De acordo com o autor, o único país latino-americano que conseguiu uma estabilidade após a independência foi o Chile, cujo sistema político se manteve estável no período de 1829 a 1891.

⁹⁰ *Noções de Corografia do Brasil*, p.203.

⁹¹ *Noções de Corografia do Brasil*, pp.204-205.

⁹² *Noções de Corografia do Brasil*, p.25 [grifo nosso].

“ É pouco, muito pouco ainda no cálculo justíssimo do que é preciso e urgente fazer ; mas sobretudo nas duas questões de cuja solução depende notavelmente o desenvolvimento, a riqueza e o futuro do País – a emigração européia e a descentralização administrativa das províncias(...) que bem cedo a ação legislativa satisfará, com reformas prudentes e com adequadas leis, essas transcendentais necessidades públicas”⁹³

Podemos perceber através desse trecho que a emigração européia é apresentada como a principal solução para o problema da substituição ao braço escravo. Entretanto, a defesa do imigratismo, neste caso, não decorre só da comiserção em relação ao escravo, mas também, e principalmente, da necessidade de afastar da sociedade os males advindos deste regime de trabalho. Deste modo, explica Macedo a necessidade da substituição:

“ As grandiosas e por certo graves providências que têm preparado a extinção do elemento escravo, e que suscitam temerosas apreensões em alguns, são fundamentos seguros da prosperidade agrícola do País. (...) a emigração européia há de natural e, portanto, forçosamente, trazer no Império americano mais e melhores, mais nobres, inteligentes e produtivos agricultores, do que os rudes, indiferentes, materiais, e muitas vezes inimigos escravos, que só por medo trabalham e que não podem amar a colheita, porque nem perdem nem ganham com ela.”⁹⁴

Vemos que nesse livro, Macedo fez uma defesa da imigração européia para o Brasil, utilizando para isso o argumento da necessidade de um trabalhador que já tivesse em si desenvolvida uma ética para o trabalho. Ética que o escravo não possuía em decorrência da própria escravidão. Essa é a intenção que o autor explicita ao escrever o livro.

Mas é preciso sugerir aqui que além desse motivo, o autor tivesse outro, este velado, para a necessidade tão “urgente” da vinda de europeus para o Brasil. Essa intenção implícita seria a de promover o branqueamento da população. Indício disto seria a classificação, elaborada por Macedo, para as “variedades” da população do Brasil:

⁹³ *Noções de Corografia do Brasil*, p.26 [grifo nosso]

⁹⁴ *Noções de Corografia do Brasil*, pp.157-158.

A população do Brasil oferece tipos e variedades distintas: o índio (...) o europeu ou branco e seus descendentes; o mameluco, proveniente da geração mista do branco e do índio; o negro africano(...) o mulato ou pardo, provindo da geração mista do branco e do negro, e dos descendentes desta, que se apuram progressivamente. O gentio é como dantes refratário à civilização; os negros da África também o são: mas os crioulos, filhos destes, já apresentam notável inteligência, e os mestiços igualam o europeu e sua descendência em capacidade, força e extensão das faculdades intelectuais.”⁹⁵

Ou seja, se negros e índios são “refratários” à civilização - diferentemente dos mestiços-, e se atingir à civilização é a meta da nação, a solução implícita neste problema seria trazer para o país um novo influxo branco e, desse modo, “apurar progressivamente” os mestiços.

Por outro lado, essa miscigenação só seria possível devido à igualdade jurídica de todos os cidadãos brasileiros, prevista na Constituição:

“ Nesta justa e constitucional igualdade, satisfaz-se no Brasil o sagrado princípio do direito de todos, do desprezo de acidentes, que não importam, nem determinam qualidades, e firma-se a harmonia geral e a paz pública, pela segurança de que não há na população classes privilegiadas(...)”⁹⁶

Percebemos através desse parágrafo que Macedo tentava transmitir ao europeu uma imagem do Brasil como um país em que existia uma harmonia sócio-racial, na qual os “acidentes” deveriam ser desprezados. “Acidentes”, para Macedo, “erro histórico” para Varnhagen, o fato é que para eles o elemento negro não deveria compor o povo brasileiro. Entretanto, para Macedo a ascendência negra no mestiço não importava porque não “determinavam qualidades” já que o mestiço se igualava ao europeu nas faculdades intelectuais.

Além disso, apesar da heterogeneidade racial, no Brasil predominava a “ paz pública”. É interessante observar que essa imagem de harmonia racial é bastante contraditória com as

⁹⁵ *Noções de Corografia do Brasil*, p.207 [grifo nosso].

⁹⁶ *Noções de Corografia do Brasil*, p.207.

idéias contidas no livro *As Vítimas-Algozes – quadros da escravidão*, conforme veremos no segundo capítulo.

Por se tratar de uma obra de propaganda nacional, em *Noções de Corografia do Brasil* Macedo não tratou de uma questão que parecia afligi-lo desde o começo de sua carreira de escritor: a desmoralização da sociedade brasileira devido ao contato com a escravidão. Já em *Rosa*, romance publicado em 1849 nas páginas da *Biblioteca Guanabarensis*, o assunto vinha sendo abordado:

“Sim, é necessário também dizer que, se a missão da mãe de família é árdua em toda a parte do mundo, no Brasil é particularmente muito mais espinhosa, porque no Brasil cada homem guarda dentro de sua própria casa um inimigo no coração de seus filhos, um poderoso elemento de desmoralização; em uma palavra, porque no Brasil existe a escravatura.”⁹⁷

As mazelas da escravidão, foram detalhadamente demonstradas pelo autor no romance *As Vítimas-Algozes-quadros da escravidão*, escrito quatro anos antes de *Noções de Corografia do Brasil*. Se por um lado, Macedo não abordara nesta última obra o tema da influência da escravidão sobre a família branca, por outro dedica grande parte do capítulo “Civilização e população” à exaltação da mulher brasileira, de suas virtudes e principalmente de sua inabalável moralidade⁹⁸. Qualidade imprescindível para que a mulher pudesse cumprir a sua missão de moralizadora da sociedade, papel social já apontado por Macedo em *Rosa*. Ao que parece Macedo tentava fazer a defesa de um problema, sem que fosse necessário expô-lo. Chegou a afirmar nesta obra que os escravos eram, muitas vezes, inimigos, mas evitou entrar em detalhes sobre estas inimizades, como fez em *As Vítimas-*

⁹⁷ Macedo, *Rosa*, São Paulo, Livraria Martins Editora, s.d., p.12.

⁹⁸ Esse capítulo de *Noções de Corografia do Brasil* será analisado no terceiro capítulo desta dissertação, onde será abordada as representações da mulher brasileira nos romances de Macedo.

Algozes. Se nesta última o escravo era apontado como inimigo doméstico, em *Noções de Corografia do Brasil* era apenas um inimigo do trabalho, espécie de homem-máquina.

No que diz respeito a uma necessidade de mudança nos padrões de civilidade dos negros, Macedo parece que seguiu a risca o que afirmou Varnhagen- quando esse afirmara a necessidade de que “as cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo os característicos da raça africana”⁹⁹-, já que para Macedo os mestiços se igualavam ao europeu em “capacidade, força e extensão das faculdades intelectuais” e os negros da África eram “refratários à civilização” .

Se por um lado, em suas obras ficcionais (como em *Rosa*), Macedo denuncia a degradação dos costumes na sociedade brasileira culpando em parte a escravidão, por outro enaltece e até reconhece como nacional, tradições brasileiras de clara influência negra. Um exemplo disso é o que Macedo diz acerca dos lundus no romance *As Mulheres de Mantilha*, defendendo-os de serem , necessariamente, imorais:

"Nem todos os lundus eram assim e pelo contrário alguns ostentavam a graça especial desse gênero de música sem de leve ofender o pudor de uma donzela, e tinham o grande merecimento de possuir certo caráter nacional(...)"¹⁰⁰

Em relação à formação de uma cultura brasileira, o autor se aproxima das idéias de Martius, quando esse afirmou que a atual população deveria ser formada da mescla e das mudanças das três raças que formavam a população brasileira.¹⁰¹ Nesse aspecto, esse lundu “moralizado” de que fala Macedo seria um exemplo de formação de uma cultura brasileira, e portanto mestiça, ao unir uma música de origem angolana com a moralidade exigida pela família branca.

⁹⁹ Varnhagen, *História Geral do Brasil*, p.73.

¹⁰⁰ *As Mulheres de Mantilha*, op. cit., p.93.

¹⁰¹ Martius, *idem*, p. 87.

Nos seus romances, ao descrever uma sociedade desmoralizada e corrupta, Macedo constrói personagens exemplares, contrastando exemplos que deveriam ser imitados com aqueles que deveriam ser repudiados pelo povo brasileiro. Conforme veremos no terceiro capítulo, nessa sua tarefa de reformar os costumes, Macedo escolhe a mulher como um dos pilares da sociedade, cabendo a ela o papel de educar, de incutir no cidadão - filho e esposo - uma moral superior, capaz de reverter esse processo de desmoralização decorrente da escravidão e do contato da sociedade brasileira com maus costumes de outras sociedades.

Vimos nesse capítulo como a atuação de um mesmo grupo de homens de letras expressou um esforço de formação de uma nacionalidade brasileira, fosse através de poemas, artigos ou romances saídos na imprensa periódica, ou através da escolha de um plano para a escrita da história nacional. Plano este em perfeita sintonia com o que buscavam os literatos através da literatura: provar a existência de um povo brasileiro, para a partir daí defender a existência de uma literatura e uma história nacionais.

Essa história nacional deveria servir às necessidades do Estado Monárquico, imprimindo no brasileiro o sentimento de pertencimento a um corpo único, para desse modo afastar os perigos que representaram as revoltas separatistas do período regencial para a consolidação da monarquia.

Nesse sentido, *Lições de História do Brasil* e *Noções de Corografia do Brasil*, de Macedo, devem ser vistas como obras que tentavam defender a monarquia brasileira e o que ela representava para a nação: a representação de um Império grandioso que progredia rapidamente rumo à civilização.

Se nas *Lições de História do Brasil*, Macedo tentava mostrar que a monarquia constitucional era fruto da luta de um povo brasileiro, que já estaria se constituindo deste antes da independência política, nas *Noções de Corografia do Brasil* ele queria provar a viabilidade desta nação construída pelos brasileiros e representada pelo Imperador.

Capítulo II

Vítima e Algoz: as representações do escravo na obra de Macedo

“Espírito esclarecido e humanitário, compreendeu facilmente que a escravidão era uma moda que enlameava a nossa civilização, e para apagá-la empregou o concurso de sua pena, escrevendo As Vítimas-algozes, aquele arranco heróico do pulso contra as cadeias. Era abolicionista antes mesmo de se ter manifestado o movimento emancipador que atualmente se nota.”
(Inocência Silva, Dicionário Bibliográfico Português, 1884)

- As Vítimas-Algozes e as intenções de Macedo
- Ingratidão, selvageria e perniciosidade: os males da escravidão
- A representação do escravo como algoz e a nacionalidade brasileira

Neste capítulo pretendemos abordar as representações do escravo na obra de Macedo. Com esse fim, analisaremos detalhadamente o romance *As Vítimas-Algozes - Quadros da Escravidão*¹, por se tratar de um romance cuja principal temática é a escravidão. Tentaremos mostrar como essa obra literária pode ser lida como um importante testemunho da época em que foi escrita, já que nela transparece o debate sobre a formação da nacionalidade brasileira e sobre o problema da contribuição do elemento negro na constituição do povo brasileiro. Ao analisarmos esta obra, levaremos em conta não só o que o autor pretendia comunicar objetivamente, como também o que ele deixa transparecer de forma involuntária através da linguagem, da imagem transmitida, do vocabulário utilizado e mesmo daqueles pontos em que ele silencia.

As Vítimas Algozes e as intenções de Macedo

O romance *As Vítimas-Algozes - Quadros da Escravidão*, publicado em 1869, constitui uma obra de cunho emancipacionista que narra histórias de escravos de confiança que traíram os seus senhores e senhoras, roubando, assassinando, envenenando e corrompendo. Nas três novelas que compõem o livro – “Simeão, o crioulo”, “Pai-Raiol, o feiticeiro” e “Lucinda, a mucama” – Macedo tenta mostrar como a escravidão pode transformar as vítimas (escravos) em algozes dos senhores, e os algozes (senhores), em vítimas dos seus escravos.

De acordo com David Brookshaw, tendo por base um artigo publicado em *A Província de São Paulo* (10.01.1880), era provável que esta tivesse sido uma obra de encomenda, pedida pelo Imperador D. Pedro II, cujo objetivo seria o de preparar o “espírito” dos senhores para a lei do

¹Joaquim Manuel de Macedo, *As Vítimas-Algozes-quadros da escravidão*, São Paulo, Ed.Scipione/Fundação Casa de

Ventre Livre (1871) ². No artigo a que Brookshaw se refere, o autor critica o hábito de se produzir obras por encomenda. Diz o artigo:

"Dizem que quando o Imperador empenhava-se pela libertação do *ventre escravo* pediu a um afamado escritor de seu tempo para escrever alguma coisa em favor dessa idéia. *As vítimas e algozes* do sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo assinalaram essa aspiração da Monarquia que pretendia viajar com o *ventre livre* pela Europa. É um fato notável esse apelo aos *homens de letras* de que temos visto nas épocas *progressistas* do segundo reinado!"³

Escrito por encomenda ou não, Macedo fez uma explícita propaganda das idéias que viriam a fazer parte da Lei do ventre livre. Como veremos, há nele a defesa da proposta da libertação do ventre escravo e da indenização dos senhores e a clara intenção do autor em colaborar, enquanto romancista, para o convencimento dos proprietários de escravos quanto à necessidade da emancipação:

"(...) o governo e a imprensa devem esforçar-se por iluminar os proprietários de escravos e convencê-los de que está em seus próprios interesses auxiliar o Estado na obra imensa e escabrosa da emancipação, para que ela, que é infalível, se efetue com a menor sombra possível de sacrifícios. (...) Como, porém, é dever de cada um concorrer a seu modo (...) pagaremos o nosso tributo nas proporções da nossa pobreza, escrevendo ligeiros romances."⁴

Essa obra, que Macedo logo no prefácio diz ser indicada aos senhores de escravos, tenta convencer o leitor a abolir a escravidão, mostrando que esta, ao corromper o negro, traria danos irreversíveis à sociedade brasileira como um todo, e mais especificamente à família do senhor. Desse modo, escreve Macedo no referido texto:

"(...) A sífilis moral da escravidão infeccionando a casa, a fazenda, a família dos senhores, e sua raiva concentrada, mas sempre em conspiração latente atentando contra a fortuna, a vida e a honra de seus incôscios opressores"⁵

Rui Barbosa, 1991, 1ª edição 1869.

² David Brookshaw, *Raça e Cor na Literatura Brasileira*, Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, 1983, p.33.

³ "A nova geração do sr. Machado de Assis" in *A Província de São Paulo*, 10-01-1880.

⁴ Ibid., p.4.

⁵ Ibid., p.5.

É significativo o fato de Macedo chamar os senhores de “incôscios”, pois o seu objetivo, ao escrever esse livro, é justamente o de conscientizar os senhores de escravos da necessidade de se acabar com a escravidão. Para isso, segundo o autor, o literato disporia de duas alternativas. A primeira delas seria a de expor o sofrimento dos escravos:

“Um desses caminhos se estende por entre as misérias tristíssimas , e os incalculáveis sofrimentos do escravo(...). É o quadro do mal que o senhor, ainda sem o querer, faz ao escravo.”

Enquanto que a segunda seria a de mostrar a perversão dos valores da sociedade branca devido ao contato com a escravidão:

“Trabalhar no sentido de tornar bem manifesta e clara a torpeza da escravidão, sua influência malvada, suas deformidades morais e congênicas, seus instintos ruins, seu horror, seus perigos (...), é também contribuir para condená-la e para fazer mais suave e simpática a idéia da emancipação que a aniquila.”⁶

Pelo título da obra , a escolha do nosso literato é clara, mas o autor explicita a sua intenção: “preferimos este segundo caminho: é o que mais convém ao nosso empenho.”⁷ Seguindo sua intenção, Macedo tenta expor ao seu leitor “os vícios ignóbeis, a perversão, os ódios, os ferozes instintos do escravo...”. O que o autor não deixa claro é o motivo pelo qual ele acreditava ser esse o melhor caminho para o seu empenho, sendo este o de convencer os senhores da necessidade da emancipação. É provável que dada a forma como Macedo entendera que as relações entre senhores e escravos foram estabelecidas no Brasil, ele não acreditasse em verdadeira mudança no quadro social apenas apelando para a humanidade dos senhores. Afinal, a justificativa ideológica para a manutenção da escravidão no Brasil era a necessidade de civilizar os escravos através do ensinamento da moral católica e da constituição de uma ética para o

⁶ Ibid, pp.4-5.

trabalho. Objetivos que, para a sociedade da época, não haviam sido atingidos e prova disto era a discussão sobre uma legislação que obrigasse o liberto a tomar contrato de trabalho, bem como a existência das alforrias condicionais, que demonstravam o pensamento senhorial de que os forros- despreparados para a liberdade – deveriam passar de escravos a homens livres dependentes.⁸ Portanto, parece óbvio que o autor seria muito mais persuasivo se apelasse para o próprio egoísmo do senhor, mostrando que o escravo não seria o único prejudicado pela perpetuação da escravidão no Brasil.

Ao narrar histórias de escravos dissimulados, ladrões e assassinos, à primeira vista pode nos parecer que o autor está carregando nas características pejorativas do negro, porém, em uma leitura mais atenta, fica claro que Macedo descreve pejorativamente a figura do escravo. Desse modo escreve que:

“(...) o escravo que vamos expor a vossos olhos é o escravo das nossas casas e de nossas fazendas, o homem que nasceu homem e que a escravidão tornou peste ou fera”⁹

Ou seja, Macedo afirmava que a degeneração do negro não era inerente a ele, o que o tornava desumano era a escravidão. Essa idéia é repetida com exaustão praticamente ao final de cada capítulo das três novelas que compõem *As Vítimas-Algozes*.

Essa é a tese fundamental na tentativa de Macedo de formar uma nacionalidade. Isto porque, se o que corrompia o negro era a escravidão, só quando esta cessasse, poderia se iniciar um processo de regeneração do negro através do ensinamento da moral católica, do nascimento de negros que não teriam sido marcados pela experiência do cativo e também pela

⁷ *As Vítimas-Algozes...*, p.5.

⁸ Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade*, p.135.

⁹ *As Vítimas-Algozes...* p.5.

miscigenação com o branco¹⁰. Desse modo poderia haver uma contribuição do negro na formação de um povo brasileiro, sem que esta contribuição representasse um empecilho no processo civilizatório brasileiro.

Para confirmar essa interpretação de *As Vítimas - Algozes*, é importante percebermos a visão que Macedo tinha do escravo em um discurso proferido no IHGB, em 1871, onde o autor comenta a Lei do Ventre Livre:

“Em nossa pátria, o céu quase sempre tão brando é toldado por nuvens escuras, que se aproximam e se misturam; as questões de política interna se resolvem e se agravam com a inexorável questão social, que aliás, para a glória do Brasil, foi em sua moderada e prudente resolução iniciada nobre e santamente, com a purificação da inocência, até bem pouco maculada pelo selo negro da escravidão, imposto duas vezes: uma ao feto, no ventre da mãe escrava; outra ao brasileiro recém-nascido às portas da vida, predestinada inferno”¹¹

Portanto, nesse discurso, em que Macedo denomina de brasileiro aquele que nascia escravo, e a Lei do Ventre Livre, de “purificação da inocência”, fica claro que, acabada a escravidão, o negro, ou melhor, o crioulo, poderia vir a integrar a sociedade brasileira. Ao se referir ao escravo como brasileiro, Macedo tem uma visão distinta do conceito de nacionalidade estabelecido pela Constituição Brasileira de 1824, segundo a qual só eram considerados brasileiros aqueles que:

“(...) no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua nação”¹²

Ou seja, se podemos perceber na obra de Macedo um fundo moralista, é certo que não podemos considerá-la conservadora. O autor tentava, então, fornecer, no âmbito político e social

¹⁰ O tema da defesa de Macedo da imigração européia para o Brasil e da miscigenação foi desenvolvido no primeiro capítulo desta tese.

¹¹ Joaquim Manuel de Macedo, “Discurso” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol.34, 1871.

¹² José Antônio Pimenta Bueno, *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, Senado Federal, Brasília, 1978, Apêndice, Primeira Parte, Título II, Art.6.

do país, um modelo a ser seguido, tanto pelo cidadão comum quanto pelo político brasileiro. Nesse modelo, o negro – ainda que escravo – era enquadrado como compatriota. Nesse sentido, ao argumentar a favor da emancipação escrava, Macedo apelava para o sentimento de nacionalidade da elite brasileira, já que de acordo com o autor, a escravidão era imposta “ao brasileiro recém-nascido às portas da vida”, o que equivalia a dizer que a perpetuação da escravidão no Brasil implicava na constante escravização de brasileiros.

As Vítimas- Algozes é, portanto, uma obra de tese, onde o autor, manipulando o “imaginário do medo”¹³ da classe senhorial, tenta convencer o leitor da necessidade da emancipação gradual dos escravos, sem que isso acarretasse prejuízo à lavoura, haja vista que o autor defendia também a indenização dos senhores de escravos pelo governo, o que procura deixar claro logo no prefácio do livro:

Como quer que seja, mau grado os interesses que hão de padecer, a despeito da oposições que se fazem e se farão sentir, em balde as fáceis objeções denunciadoras de indubitáveis inconveniências e senões em quantos projetos e imagináveis planos se engendrarem para que menos violenta e dolorosa se resolva a questão social, é positivo que tocamos às vésperas da emancipação dos escravos. Ninguém se iluda, ninguém se deixe iludir. Não há combinação de interesses, não há partido político, não há governo, por mais forte que se presuma, que possa impedir o proceloso acontecimento.(...)A emancipação imediata e absoluta dos escravos, que aliás pode vir a ser um fato indeclinável e súbito na hipótese de adiamento teimoso do problema, e provocador do ressentimento do mundo, seria louco arrojo que poria em convulsão o país, em desordem descomunal e em socorro a riqueza particular e pública, em miséria o povo, em bancarrota o estado(...) A emancipação gradual iniciada pelos ventres das escravas, e completadas por meios indiretos no correr de prazo não muito longo, e diretos no fim desse prazo com indenização garantida aos senhores”¹⁴.

Vemos, pelo prefácio, que a discussão sobre a escravidão estava na “ordem do dia”. Macedo parecia escrever tendo em conta os últimos acontecimentos da política nacional, que tinham colocado no poder o ministério de Itaboraí, conservador; sendo que ele próprio tinha sido

¹³ Expressão utilizada como título no prefácio de *As Vítimas-Algozes - Quadros da Escravidão*, escrito por Flora Süssekind, edição de 1988.

¹⁴ “Prefácio” in *As Vítimas-Algozes...* (grifo meu)

eleito deputado pela província do Rio de Janeiro e apoiara o ministério liberal de Zacarias. Este já havia mostrado ante à Coroa a sua disposição em implementar a reforma servil, ao contrário do ministério Itaboraí, resistente à reforma¹⁵.

Ao afirmar que a emancipação poderia se tornar um “fato súbito” no caso de um “adiamento do problema”, Macedo parece tentar explicar que à mudança de gabinete ministerial não poderia corresponder um recuo no que dissesse respeito à reforma servil. Mais do que isso, ao afirmar que “não há governo(...) que possa impedir o proceloso acontecimento”, Macedo parece estar, de antemão, defendendo o Imperador das críticas que, porventura, pudessem atingi-lo quando a Lei do Ventre Livre fosse implementada.

O que pretendia, então, era mostrar que a lei do Ventre Livre era, dentro das possibilidades, a melhor alternativa para a emancipação da escravidão, já que a abolição imediata além de trazer desordem para a produção agrícola, arruinaria de vez o Estado que, devido aos gastos com a guerra do Paraguai, se encontrava em situação financeira bastante desfavorável.

A defesa que fazia do Imperador era necessária diante da repercussão negativa que houve à Fala do Trono de 1867 e de 1868, quando, então, Pedro II tocou na questão da emancipação¹⁶. Esta era uma das principais preocupações de Macedo em um memorial dirigido ao Imperador em março de 1868:

¹⁵ Paula Beiguelman, “O encaminhamento político do problema da escravidão no Império” in Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II: o Brasil Monárquico, Volume 3: Reações e Transações, pp.205-207.

¹⁶ Sobre a repercussão à Fala do Trono de 1867, Francisco Iglésias comenta que “esta referência, vinda do Trono, ecoa entre parlamentares e no meio do povo e será em breve o problema número um da nação”; in “Vida Política”, *História Geral da Civilização Brasileira*, op. cit, p.105. Ver também José Murilo de Carvalho, segundo o qual, nas críticas ao projeto de emancipação gradual “o tema central da discussão foi a acusação, freqüentemente repetida, de que o projeto era de inspiração imperial e não nacional”, *Teatro de Sombras: a política imperial*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p.286.

“A emancipação dos escravos levada à efeito como V.Alt. Imperial entende e deseja, em escrupulosa moderação, com respeito à propriedade, e encetando-se pela liberdade dos ventres (...) é uma necessidade indeclinável; mas ainda encontrará a mais decidida oposição, acenderá sério ressentimento no ânimo dos lavradores menos esclarecidos, e a classe dos lavradores era e creio que ainda é a mais dedicada ao elemento monárquico de nosso sistema de governo. Essa oposição (...) poderão ser nocivos à Augusta Pessoa de V.Alt. Imperial; porque inconveniente se faz correr que é V.Alt. Imperial o ativo(...) e insistente instigador da emancipação”¹⁷

Macedo quer a emancipação, porém parece concordar com a tese de Zacarias de que “o rei reina e não governa”, ou seja, a responsabilidade pelos atos do poder moderador deveria caber aos ministros. Tinha clara consciência de que a classe proprietária ficaria bastante desgostosa com a lei do ventre livre e de que era ela quem sustentava o Estado. Com o intuito de diminuir o desgaste da figura do Imperador, acrescenta:

“A emancipação é uma inevitável e profunda revolução econômica, seus admiráveis e majestosos resultados serão colhidos e apreciados pelas gerações futuras: a geração atual pagará o preço de enormes sacrifícios essa bela vitória da humanidade e da civilização; saibam pois os ministros de V.Alt. Imperial assumir diante da geração atual toda a glória e todo peso da idéia emancipadora”.¹⁸

Ao que parece, os conselhos dados por Macedo a Pedro II – da necessidade de se promover a emancipação escrava através dos nascituros, com a indenização dos proprietários e com a responsabilidade atribuída ao gabinete ministerial –, tinham por base a atitude de José de Alencar, então ministro da justiça do gabinete Itaboraí. Alencar, sendo a favor da emancipação voluntária, se recusara a discutir durante o seu ministério a questão civil por ser abertamente contra qualquer lei que impusesse a emancipação aos senhores de escravos.¹⁹

¹⁷ Macedo, *Memorial sobre os negócios públicos dirigidos ao Imperador D. Pedro II por Joaquim Manuel de Macedo*, Rio de Janeiro, março de 1868, Arquivo do IHGB, Lata 333, Pasta 60.

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ Disse Alencar em discurso proferido na câmara em 13 de julho de 1871, opondo-se à lei de libertação do ventre: “Havendo-me oposto a esta idéia desde a primeira vez que assomou ao país, em 1867, (...) havendo na qualidade de Ministro resistido francamente à Coroa na promoção desta reforma, cujo projeto, elaborado pelo Conselho de Estado,

Nesse conjunto de três novelas, Macedo busca impressionar o leitor mais pelo realismo com que são escritas as histórias do que pela própria violência do enredo. Esse realismo com que são feitas as descrições- permitindo ao leitor do século XIX identificar os locais, as práticas sociais e as relações entre os personagens das tramas com a sua vida cotidiana- deveria ter o efeito de um retrato sem retoques (coisa que o leitor do romantismo não andava lá muito acostumado, principalmente no que dizia respeito à escravidão) ; nele o senhor deveria se reconhecer como o verdadeiro responsável pela criminalidade dos escravos, já que, no discurso de Macedo, a perversão é atribuída à escravidão e não à raça negra:

“(...) sua ingratidão e a sua perversidade não se explicam pela natureza da raça, o que seria absurdo; explicam-se pela condição de escravo, que corrompe e perverte o homem”²⁰

E o único agente social capaz de exterminar a escravidão era o próprio senhor:

“O negro escravo é assim.
Se não o quereis assim, acabai com a escravidão”²¹

Nesse caso, restaria ao senhor arcar com as dificuldades advindas da mudança na estrutura de trabalho e preservar suas famílias, ou então manter a escravidão e também a desmoralização da sociedade. É com o intuito de descrever as influências nocivas da manutenção da escravidão que são escritas as histórias:

“queremos agora contar-vos em alguns romances histórias verdadeiras que todos vós já sabeis, sendo certo que em as já saberdes é que pode consistir o único merecimento que porventura tenha este trabalho; porque na vossa ciência e na vossa consciência se hão de firmar as verdades que vamos dizer.”²²

mandei arquivar na Secretaria da Justiça para ser entregue ao meu sucessor(...)”, in José de Alencar, *Discursos Parlamentares*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1987, p.242, apud Sílvia Cristina Martins de Souza e Silva, *Idéias Encenadas- uma interpretação do Demônio Familiar*, de José de Alencar, Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp, 1996.

²⁰ *As Vítimas-Algozes*, p.18.

²¹ *Ibid.*, p.23.

²² *Ibid.*, p.1(grifo nosso).

O fato de Macedo ter consciência de que as histórias contadas já eram bastante conhecidas do seu público, parece descartar a possibilidade de que o autor pretendesse atingir seu leitor pela violência do enredo. Se aquela sociedade já estava cansada de saber das relações sociais impostas pela escravidão, como poderia se concretizar a sua intenção de manipular um suposto medo senhorial? Possivelmente, através da tentativa de mostrar como situações do cotidiano senhor-escravo, já bastante naturalizadas pela sociedade, poderiam desembocar em atos violentos do escravo contra o senhor. Nesse caso, a intenção do autor seria menos de atingir a consciência senhorial através de cenas de violências explícitas, do que de trazer para a casa de cada leitor o perigo iminente, levantando no senhor uma ponta de dúvida sobre cada escravo que possuísse, fosse este de confiança ou não.

Como exemplo desses retratos da escravidão podemos citar a descrição de uma venda e das relações que nela ocorrem em “Simeão- o crioulo”²³, a descrição de um ritual de candomblé em “Pai-raiol - o feiticeiro”, ou ainda as relações estabelecidas entre os escravos na cozinha, estas descritas nas três novelas e, mais detalhadamente, em “Lucinda- a mucama”.

A esse realismo é acrescido a argumentação do narrador, que, explicando a atitude de cada “traidor” da classe senhorial - escravos e livres que tinham relações de cumplicidade com os crimes cometidos por escravos -, e culpando a instituição da escravidão pela desgraça de muitas famílias, acentua o caráter propagandístico da obra.

As Vitimas-Algozes foi o único romance de Macedo em que o autor pretendeu discutir especificamente as relações entre a escravidão e a família senhorial. Entretanto, desde o começo de sua carreira como romancista esta temática vinha sendo abordada. Já 1844, em *A Moreninha*, seu primeiro romance publicado, Macedo constrói um personagem escravo - o “moleque Tobias”- que buscava obter dinheiro em troca dos favores concedidos a Fabrício, um pretendente

de a senhora. Abaixo lemos um trecho do romance, uma carta de Fabrício a seu amigo Augusto, onde descreve a enrascada em que se metera ao solicitar a ajuda de um escravo alcoviteiro:

“Pinta na tua imaginação, Augusto, um crioulo de 16 anos, todo vestido de branco com a cara mais negra e mais lustrosa do que um botim envernizado, tendo, além disso, dois olhos belos, grandes, vivíssimos e cuja esclerótica era branca como o papel em que te escrevo, com lábios grossos e de nácar, ocultando duas ordens de finos e claros dentes, que fariam inveja a uma baiana; dá-lhe a ligeireza, a inquietação e rapidez de movimentos de um macaco e terás feito idéia desse diabo de azeviche, que se chama Tobias.

Não me foi preciso chamá-lo: bastou um movimento de olhos para que Tobias viesse a mim, rindo-se desavergonhadamente. Levei-o para um canto.

-Tu pertences àquelas senhoras que estão no camarote, a cuja porta encostavas?....perguntei.

-Sim, senhor, me respondeu ele, e elas moram na rua de... nº.... ao lado esquerdo de quem vai para cima.

-E quem são?...

-São duas filhas de uma senhora viúva, que também aí está e que se chama a Ilma. Sra. d. Luísa. O meu senhor era negociante e o pai de minha senhora é padre.

-Como se chama a senhora que está vestida de branco?

-A sra. d. Joana..tem 17 anos, e morre por casar.

-Quem te disse isso?...

- Pelos olhos se conhece quem tem lombrigas, meu senhor!...

-Como se chamas?

- Tobias, escravo de meu senhor, crioulo de qualidade, fiel como um cão e vivo como um gato.

(...) Finalmente, sr. Augusto dos meus pecados, o negócio adiantou-se, e hoje, tarde me arrependo e não sei como me livre de semelhante entaladela, pois o Tobias não me sai da porta. Já não tenho tempo de exercer meu classismo; há três meses não como empadas e , apesar de minhas economias, ando sempre com as algibeiras a tocar matinas. (...)”²⁴

A citação é longa, mas através dela podemos perceber a descrição de uma situação que, dada a frequência com que aparece nos romances, deve ter sido bastante comum no século XIX: a função de garoto de recados a que se prestavam os escravos domésticos em situações de encontros amorosos. Tobias, ao ser solicitado por um desconhecido, não hesita em fornecer

²³ “Crioulo” era a denominação dada ao negro brasileiro descendente de africanos, isto é, não mestiço.

²⁴ Macedo, *A Moreninha*, São Paulo, Ed. Ática, 1998, pp.23-24.

informações íntimas sobre suas senhoras. O que poderia ser visto como uma grande mazela da escravidão, foi colocado neste romance de 1844 de forma bastante pitoresca. Como veremos, essa mesma situação foi descrita em *As Vítimas-Algozes*, só que neste caso a situação foi abordada como resultado da inveja e dissimulação de uma escrava doméstica, colocando em risco a honra da sinhá-moça.

É importante ressaltar que a intenção de Joaquim Manuel de Macedo ao escrever *A Moreninha* é muito diferente da sua intenção ao escrever *As Vítimas-Algozes*. A esta diferença corresponde uma modificação no estilo, ainda que as duas obras se caracterizem por um esforço, por parte do autor, em moralizar o seu público. Sem dúvida, esta tentativa de moralização é mais acentuada em *As Vítimas-Algozes*, quando, então, era necessário provar que, com a existência da escravidão, seria impossível se construir uma sociedade com base em valores éticos e morais.

Enquanto *A Moreninha* é uma obra característica do romantismo brasileiro, *As Vítimas-Algozes* é considerada uma antecipação da literatura naturalista. Este naturalismo, tem como base um certo determinismo social, sendo esta uma característica-chave para o desenvolvimento das teses anti-escravagistas de Macedo, contidas em *As Vítimas Algozes*. Neste romance, a experiência da escravidão tirava a humanidade do negro, fazia com que fossem destruídos todos os valores morais.

Ingratidão, selvageria e perniciosidade : os males da escravidão

“Simeão- o crioulo”

A primeira novela de *As Vítimas Algozes* é intitulada “Simeão, o crioulo”. Nela, Macedo narra a estória de um escravo, Simeão, que fora criado pela família senhorial após a morte de sua

mãe escrava, ama-de-leite da única filha dos senhores. Simeão, criado junto com a sinhazinha, fora escravo criado em meio a uma relação permissiva, a quem fora prometida a alforria quando da morte do senhor.

A promessa de alforria, demorando a tornar-se realidade, desencadeou uma série de crimes cometidos por Simeão contra a família do senhor.

A novela começa com a descrição de uma venda localizada nos arredores da fazenda, onde se passa boa parte da trama. A venda é, nesta novela, o principal cenário das relações entre escravos, homens livres vadios e , à noite, também é freqüentada por quilombolas. A venda parece ter sido pinçada da vida real, e esta era ,sem dúvida, a intenção do autor, que pretendia que o senhor reconhecesse ao seu redor uma venda como aquela. A cada reconhecimento, tornava-se maior o poder de persuasão do livro:

“A venda de que falo é uma taberna especialíssima que não poderia existir, manter-se, medrar em outras condições locais, e em outras condições do trabalho rural(...) Essa parasita das fazendas e estabelecimentos agrícolas das vizinhanças facilmente se pode conhecer(...) Em todas [as vendas] porém aparece humilde no fundo do quase vazio bojo a porta baixa que comunica pelo corredor imundo com dous ou mais quartos escuros, onde se recolhem as pingues colheitas agrícolas do vendalhão que aliás não tem lavoura.”²⁵

Macedo chama a venda de parasita, por ser sustentada pelo furto dos escravos às lavouras dos senhores e que, portanto, só existia como consequência da escravidão. Os escravos davam os produtos dos furtos em troca de aguardente, fumo e “chorados vinténs”. Segundo Macedo, a venda funcionaria também como espécie de “válvula de escape” do escravo onde “sem ela, os suicídios de escravos espantariam pelas suas proporções”. Da expressão “chorados vinténs” podemos deduzir que os escravos, preferencialmente, queriam o pagamento em dinheiro. O que fica ainda mais claro se atentarmos para o fato de que, na década de 1860, a economia entre os

²⁵Ibid., p.9.

escravos e a compra da própria alforria já eram uma prática costumeira, tornando-se lei em 1871.²⁶

Em seu trabalho sobre os quilombos no Rio de Janeiro do século XIX, Flávio dos Santos Gomes mostrou como nas vendas e tavernas de beira de estradas se desenvolveu uma rede de relações entre taberneiros, escravos, escravos fugitivos e quilombolas²⁷. O autor mostra que essas relações permitiram aos quilombolas não só uma forma de subsistência como também de proteção. Sobre esse último aspecto, Macedo também demonstrou ter consciência:

“A venda não dorme: às horas mortas da noite vêm os quilombolas, os escravos fugidos e acoutados nas florestas, trazer o tributo de suas depredações vizinhas ou distantes ao vendelhão que apura nelas segunda colheita que não semeou e que tem sempre de reserva para os quilombolas recursos de alimentação de que eles não podem prescindir, e também não raras vezes a pólvora e o chumbo para a resistência nos casos de ataque aos quilombos. (...) o vendelhão é em regra a vigilância protetora do quilombola e o seu espião dissimulado que tem interesse em contrariar a polícia(...)”²⁸

Sabendo-se que uma das estratégias senhoriais de dominação era o incentivo à desunião entre escravos, deveria causar verdadeiro temor a existência de relações entre os escravos de sua fazenda e escravos aquilombados:

“(...) é nessas reuniões, é neste foco de peste moral que se premeditam e planejam os crimes que ensangüentam e alvoroçam as fazendas. Na hipótese de uma insurreição de escravos, a venda nunca seria alheia ao tremendo acontecimento.”²⁹

A etnicidade é um dado importante na descrição dos personagens: Simeão é descrito como um crioulo de “pura raça africana”, cujas características haviam sido “modificadas

²⁶ Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade*, p. 108.

²⁷ Flávio dos Santos Gomes, “Quilombos no Rio de Janeiro do século XIX” in João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs), *Liberdade por um fio – História dos Quilombos no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 1996. Sobre as relações entre as vendas e roubos de escravos, ver também Emília Viotti da Costa, “O escravo na grande lavoura” In *História geral da Civilização Brasileira*, op. cit, p.151.

²⁸ *As Últimas-Argojes*, p.10.

²⁹ *Ibid*, p.11.

favoravelmente pelo clima em que nascera”. Ou seja, Macedo faz, também nessa estória, uma gradação entre a civilidade do negro africano e do negro brasileiro. Desse modo afirma Macedo que:

“Os crioulos são muito mais inteligentes que os negros da África”³⁰

Entretanto, essa maior inteligência do crioulo não servia, nesse momento, para glorificar o país, como serviria um pouco mais tarde em *Noções de Corografia do Brasil*³¹. Pois, aqui Macedo quer mostrar que a escravidão corrompia o escravo, tornando-o imoral. Nesse sentido, o autor explicava que um escravo inteligente poderia causar danos muito maiores à família senhorial, como podemos perceber através da seguinte passagem:

“Toda escravidão é perversa; mas a escravidão inteligente é dez vezes mais perversa do que a escravidão brutal. Uma odeia por instinto; a outra por instinto e com reflexão”³²

O que Macedo pretendia mostrar com esta estória é que, mesmo criado com atenção e carinho, Simeão não poderia fugir à regra das relações escravistas, porque além da impossibilidade de não se relacionar com outros escravos, também não recebera educação para que nele fosse criado o amor pelo trabalho. A esse respeito, há uma passagem significativa para entendermos a posição de Simeão:

“Simeão, o crioulo mimoso, perdido, malcriado pelas afetuosas condescendências e fraquezas dos senhores da casa, pervertido pelos deboches da venda e pelo veneno da crápula, ingrato pela condição de escravo, sem educação e sem hábito

³⁰ *As Vítimas-Algozes*, p.58.

³¹ Neste livro, escrito em 1873, Macedo associa um aumento no padrão de civilidade ao nascimento de negros no Brasil e à miscigenação, tentando mostrar que a existência de um grande número de negros não se constituía em empecilho para o desenvolvimento do país. Nesse caso, o crioulo era mais civilizado que o africano e o mestiço mais civilizado do que o crioulo. Esse tema foi desenvolvido no primeiro capítulo desta tese.

³² *As Vítimas-Algozes*, p.58.

de trabalho, contando com a liberdade, e não conseguindo, era um perverso armado loucamente contra seus senhores pelas mãos dos senhores.”³³

Simeão, o escravo mimado pelos senhores era ao mesmo tempo o “pervertido pelo deboches da venda e pelo veneno da crápula”. Macedo parece atentar para o fato de que os privilégios concedidos a alguns escravos poderiam contribuir para o desentendimento entre estes e os outros escravos.

Fazia parte da lógica senhorial a concessão de privilégios a escravos domésticos. A fidelidade do escravo doméstico ao senhor tinha como meta a alforria, ao mesmo tempo em que fazia com que esse se sentisse menos escravo do que seus companheiros de cativeiro. Já, para o senhor, a concessão desses privilégios servia não só para obter a fidelidade dos escravos beneficiados como também para minar uma união escrava, na medida em que criava hierarquias dentro da escravaria. A princípio simples, esta relação acaba por se revelar bastante complexa, já que o que o senhor encarava como concessão era, muitas vezes, interpretado pelo escravo como uma espécie de direito adquirido, o que acabava servindo, neste caso, para minar o próprio poderio senhorial, se nos lembrarmos que a condição jurídica do escravo era a de “coisa” e, como tal, desprovida de direitos.³⁴

Um dos motivos, apontados pelo Macedo-narrador, para o desfecho da estória de Simeão foi a não educação deste. Com isso Macedo vai contra a idéia de que o amor paternal dado ao

³³Ibid., p.57.

³⁴ Hebe Maria Matos, *História da Vida Privada no Brasil, Vol.II*, p.354. É interessante perceber que a prerrogativa senhorial de concessão de privilégios foi sendo, em muitos aspectos, substituída pelo próprio projeto estatal de emancipação gradual, como podemos perceber pela lei da não separação da família escrava, o direito ao pecúlio e à compra de alforria, bem como a posterior proibição do açoite. Vide Robert Conrad, *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

filho da escrava não seja válido, para ele esse amor é necessário, porém não era o bastante, seria necessário:

“(...) inocular no coração do pequeno escravo predileto as noções do dever , o ensino da religião, a virtude da paciência, a obrigação do trabalho que moraliza e nobilita o homem, do trabalho não do homem máquina, mas do homem inteligência e coração”.³⁵

Em contraste com o amor cego, sem a complementação da educação, que:

“Não educa o escravo simpático ou preferido, que o abandona aos sentimentos baixos, às inspirações malévolas da escravidão(...)”

Macedo demonstra ter ampla consciência das relações entre os escravos e do problema da não-educação destes. Desse modo, percebemos que para Macedo a liberdade teria o poder de regenerar um escravo imoral, devendo entretanto ser complementada pela educação. Nesse sentido, o diálogo estabelecido entre a senhora viúva e o seu genro - na véspera do vigésimo primeiro aniversário de Simeão- é exemplar:

“ – Eu tinha um desejo, meu filho; mas não o realizarei sem a sua aprovação.
Aprovo-o desde já: qual é ele?
Dar amanhã a liberdade a Simeão. (...)
Aprova então?
Sem dúvida; mas devo dizer que só ele perderá com o benefício que lhe quer fazer: perdão outra vez; Simeão está mal preparado para ser feliz com a liberdade; entretanto a liberdade é santa e regeneradora.
E nós não lhe fecharemos a porta; se ele quiser e há de querer, ficará conosco”³⁶

O autor ressaltava que não bastaria dar a carta de alforria ao escravo, era necessário também educá-lo, para que pudesse aprender a usufruir da liberdade. O fato da alforria ser dada quando da maioridade de Simeão, torna esse diálogo muito interessante, pois, de acordo com a Lei do Ventre Livre, de 1871, era nesta idade que o “ingênuo” deveria sair da tutela do senhor.

³⁵ *As Vítimas-Algozes*, p.57.

³⁶ *Ibid.*, p. 60.

Apesar de, em ambas situações – no romance de Macedo e na lei - existir a possibilidade do ingênuo continuar trabalhando na fazenda em que crescera após sair da tutela senhorial, no caso do romance o liberto não havia sido preparado para viver em liberdade, e era essa a lição que o leitor/senhor deveria aprender. O objetivo de Macedo era o mesmo da Lei do Ventre Livre, quando ao atingir a maioridade o ingênuo já deveria ter sido preparado para usufruir a liberdade. Com isso, Macedo sugere ao seu leitor - no caso, senhores - que a libertação do ventre escravo, além de ser um ganho no que se referia à moralização da sociedade, não implicaria necessariamente em perda de mão-de-obra. A necessidade da aprendizagem de um ofício, não só do escravo como também dos homens livres, foi ressaltada em outro diálogo do livro, em uma conversa entre o escravo Simeão e seu comparsa livre, o Barbudo:

“ (...) - Se morrer o velho, a liberdade que ele te vai deixar tem ares de benção seguida de pontapé! (...) Não te mandaram ensinar ofício, fizeram de ti um famoso vadio, como eu, e agora se vieres a ficar forro, escorregarás da alforria para a miséria...hem?...”³⁷

Nesse ponto Macedo fez uma profunda crítica à sociedade em que vivia, pois, ao mostrar que o liberto sem trabalho poderia vir a viver em uma situação pior do que a de escravo, o autor trazia à tona o problema da população livre, desempregada, e o pior, em desacordo com os padrões de moralidade necessários a um país civilizado. Atentando para isso, mostra a necessidade de se educar o escravo, para que esse possa se tornar livre sem se tornar um “vadio”.³⁸

³⁷ Ibid., p.37.

³⁸ Ao comentar o romance *As Vítimas-Algozes*, Luiz Felipe de Alencastro ressaltou que “Macedo sustentava que a escravidão era péssima porque tornava o cativo um criminoso, verdugo de seus senhores. De vítimas os escravos passavam a ser algozes; era preciso se desembaraçar deles, largá-los na natureza.” Parece claro que tudo o que Macedo não queria era que eles fossem largados na natureza, já que ele responsabilizava os senhores pela falta de educação e de moralização dos seus escravos. Luiz F. Alencastro, “Vida e ordem privada no Império” in *História da Vida Privada no Brasil. Vol.2*, São Paulo, Cia das Letras, 1998, p.91.

No final da estória, Simeão é condenado à forca, enquanto seu comparsa, Barbudo, por ser livre, é mandado para a casa de correção. Macedo faz uma crítica direta à lei de exceção, que na falta de outra penalidade levava o escravo à morte:

“É imoral a sociedade que mata; porque ensina a matar. É imoral a exceção na lei na regra mortífera contra o escravo; porque é uma iniquidade de mais imposta embora pela necessidade de aterrar os escravos, necessidade que manifesta as aberrações de todas as noções do direito e da justiça, a que a existência da escravidão obriga a sociedade, a quem castiga, a quem se vinga, corrompendo-a.”³⁹

Macedo se referia à lei de 10 de junho de 1835⁴⁰, criada em decorrência do temor senhorial frente a um aumento na frequência de homicídios de senhores e feitores praticados pelos escravos. Afirmava essa lei, em seu artigo primeiro:

“Serão punidos com pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem qualquer outra grave ofensa física, a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes que em sua companhia morarem, administrador, feitor, e as suas mulheres que com eles viverem. Se o ferimento ou ofensa física forem leves, a pena será de açoites, à proporção das circunstâncias, mais ou menos agravantes.”⁴¹

Ao discorrer sobre a lei de 1835, Lana L. G. Lima afirma que esta, a partir de 1857, foi usualmente substituída pela pena das galés perpétuas. A partir de então, para que a pena de morte fosse executada, era necessário o pronunciamento do Poder Moderador, ficando claro, apesar disso, que a lei de 1835 não havia sido abolida. Sabemos que o livro foi escrito em 1869,

³⁹ *As Vítimas-Algozes*, p.67.

⁴⁰ Ver Lana Lage da Gama Lima, *Rebeldia Negra e Abolicionismo*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1981, p.48; Célia Marinho de Azevedo, *Onda negra, Medo Branco*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p.183; Evaristo de Moraes, *A Campanha Abolicionista*, Brasília, editora Universidade de Brasília, 1986, pp 174-176; Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade*, São Paulo, Cia das Letras, 1990, pp.33, 178.

⁴¹ Perdígão Malheiro, *A Escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social (1866-1867)*, Petrópolis, vozes/INL, 1976, p. 43, apud Lana L.G. Lima, op. cit.

portanto, quando a lei que levava o escravo à pena de morte já não era de uso habitual. Entretanto, em casos de crimes graves ela ainda poderia ser aplicada.

O debate acerca da lei de exceção estava na ordem do dia. Na época da publicação de *As Vítimas-Algozes* várias tentativas estavam sendo feitas no sentido de se abolir a lei de 1835. Em 1867, Malheiro propôs um projeto de abolição da lei de exceção e da substituição da pena de açoites pela de prisão com trabalho. Um ano depois, concordando com Malheiro, Nabuco de Araújo, tendo por base estatísticas, argumentou que esta lei não contribuía para a diminuição da criminalidade escrava⁴².

Qual seria a intenção de Macedo, ao construir um personagem escravo que é levado à força? Primeiramente, criticar a permanência da própria exceção da lei em relação ao escravo, que mata o escravo criminoso, podendo deixar vivo o seu cúmplice. Além de criticar a própria existência da pena de morte que, como vimos, para o autor não tinha um efeito exemplar, ou pior tinha um efeito deseducativo: “é imoral a sociedade que mata; porque ensina a matar”⁴³.

A sua segunda intenção é a de culpar a própria sociedade por aquela situação, já que, para o autor, era a escravidão que corrompia o homem. Macedo deixa claro que sendo Simeão escravo e seu comparsa livre, a pena de morte recaiu sobre a pessoa errada já que o Barbudo tivera a chance - dada pela liberdade- de ser virtuoso, enquanto que Simeão, escravo, só por uma exceção não seria “ingrato ou perverso”. Desse modo, resumiu a situação:

“Simeão foi o mais ingrato e perverso dos homens. Pois eu vos digo que Simeão, se não fosse escravo, poderia não ter sido nem ingrato, nem perverso. Há por certo alguns homens livres que são perversos; exemplo: o Barbudo. Essa perversidade é porém uma exceção no homem livre.”⁴⁴

⁴² Evaristo de Moraes, op.cit., p.175.

⁴³ *As Vítimas-Algozes*, p. 67.

⁴⁴ Ibid., p. 67.

“Pai-Raiol - o feiticeiro”

“Pai-Raiol, o feiticeiro” é a segunda novela da trilogia *As Vítimas-Algozes*, nela Macedo narra a estória de uma família residente nos arredores da Corte, que, ao comprar um lote de 20 escravos, levou consigo um negro africano feiticeiro- Pai-Raiol. Este, um dos amantes de Esméria, escrava doméstica que viera para a fazenda no mesmo lote de Pai-Raiol e que ganhara a confiança de sua nova senhora ao mesmo tempo em que se tornara amante do seu senhor. Aos poucos, Pai-Raiol, utilizando-se de seus poderes de feiticeiro, obriga Esméria a praticar uma série de crimes contra a família senhorial, ao mesmo tempo em que ele próprio pratica outra série de crimes contra a propriedade do senhor. A novela chega ao fim após o envenenamento da senhora e dos filhos do casal e o concubinato do senhor com a escrava Esméria, quando então vêm à tona todos os crimes praticados por Pai-Raiol e por Esméria.

Ao comentar a descrição de Pai-Raiol, Flora Süssekind mostra como nesse livro esse personagem “funciona como uma espécie de paradigma de um negro só negro. De um quase monstro, portanto, para olhos que se querem brancos, só brancos. E enxergam sua diferença como deformidade, exagero, desproporção, feiúra”⁴⁵. Segue-se a descrição de Pai-Raiol:

“Era um negro africano de trinta e dois anos de idade(...) de baixa estatura, tinha o corpo exageradamente maior que as pernas; a cabeça grande, os olhos vesgos, mas brilhantes e impossíveis de se resistir à fixidade do seu olhar pela impressão incômoda do estrabismo duplo, e por não sabermos a fluência do seu magnetismo infernal; quanto ao mais, mostrava os caracteres físicos de sua raça; trazia porém nas faces cicatrizes vultosas(...) um golpe de azorrague lhe partira pelo meio o lábio superior(...)”⁴⁶

⁴⁵ Flora Süssekind, “As Vítimas-Algozes e o Imaginário do Medo”, p. XXXI.

⁴⁶ *As Vítimas-Algozes*, p. 82.

Apesar da descrição de Pai-Raiol ser extremamente pesada, principalmente se comparada com a de Simeão, crioulo, não podemos concordar com a conclusão a que chegou Sússekind, isto devido à descrição, nesta mesma novela, de um outro personagem também africano. Segue a descrição de tio Alberto:

“O tio Alberto representava o contraste mais completo do Pai-Raiol: era um escravo africano de trinta anos de idade, e de alta estatura; tinha a fronte elevada, os olhos grandes e brilhantes, a cor preta um pouco luzidia, os dentes brancos e perfeitos, largas espáduas, grossos e bem torneados braços possantes e formas justamente proporcionais: era bonito para sua raça, um Hércules negro em suma”.⁴⁷

Sem dúvida, o fato de Pai-Raiol ser um feiticeiro, fez com que Macedo utilizasse um maior número de palavras de carga semântica negativa para descrevê-lo. Devemos perceber que os caracteres físicos naturais, a que aludiu Sússekind, não foram vinculados por Macedo à africanidade de Pai-Raiol, caso contrário, não teria esse escrito poucas linhas depois que “quanto ao mais, mostrava os caracteres físicos de sua raça”. Desse modo, caracteres físicos pessoais atribuídos à Pai-Raiol são potencializados por qualidades advindas do fato de ser ele um feiticeiro (fixidade do seu olhar ; fluência de seu magnetismo infernal) e, além disso, já bastante marcado pelos castigos da escravidão (cicatrices vultosas na face ; lábio deformado), diferentemente do tio Alberto, um personagem que trabalhava “assíduo e diligente para escapar ao castigo que se ufanava de nunca ter provado”.

Em um artigo que trata sobre uma invasão policial à um candomblé, João J. Reis mostrou que era comum entre os senhores a associação entre a prática do candomblé e a rebelião escrava, além do entendimento da feitiçaria como “arte diabólica”.⁴⁸ Talvez daí viesse o esforço de Macedo em descrever tão pejorativamente o personagem Pai-Raiol, possuidor de um

⁴⁷ *As Vítimas-Algozes*, p. 131.

“magnetismo infernal” e, pela crença, capaz de manipular seus colegas de cativeiro através do uso da feitiçaria.

Porém, Macedo vai além disso, mostrando que a crença na feitiçaria extrapolava os limites da senzala, influenciando a população livre:

“No Brasil, a gente livre mais rude nega, como o faz a civilizada, a mão e o tratamento fraternal ao escravo; mas adotou e conserva as fantasias pavorosas, as superstições dos míseros africanos, entre os quais avulta por mais perigosa e nociva a crença no feitiço(...) Não são somente escravos que concorrem a essas turvas, insensatas e peçonhentas solenidades da feitiçaria: há gente simples, crédula, supersticiosa que se escraviza às práticas do feitiço, e vai aos fatais candombes sacrificar seu brio, sua moralidade, e sua saúde, além do dinheiro que às mãos cheias entrega ao feiteceiro-mestre.”⁴⁹

Através dessa passagem Macedo mostrava que muitas vezes a população livre se aproximava mais dos costumes culturais vindos da senzala do que os preconizados pela elite. Ao tentar manipular o medo senhorial da má influência do escravo sobre a sociedade e consequentemente sobre a sua família, Macedo deixa transparecer o seu próprio medo: o de um Brasil que ia, aos poucos, sendo africanizado.

A explicação encontrada pelo autor para a influência negra nos costumes brancos era que apesar de o homem branco tentar reduzir “o homem à coisa”⁵⁰, não o conseguiu, porque, ainda que escravo em relação ao corpo, o negro tinha a liberdade em relação à alma, o que lhe permitiu conservar os costumes trazidos da África. Ao tratar dos costumes africanos trazidos para o Brasil, mais uma vez Macedo tenta mostrar a necessidade de civilizar os escravos através do ensinamento de uma moral católica, como fica claro na seguinte passagem:

“(...) mas o africano vendido, escravo pelo corpo, livre sempre pela alma, de que não se cuidou, que não se esclareceu, em que não se fez acender a luz da religião

⁴⁸ João José Reis, “Nas malhas do poder escravista: a invasão do candomblé do Accú” in J.J. Reis e Eduardo Silva, *Negociação e Conflito – a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Cia das Letras, 1989, pp.40-46.

⁴⁹ *As Vítimas-Algozes*, op. cit., pp.74-75.

⁵⁰ *As Vítimas-Algozes*, p.73.

única verdadeira, conservou puro e ilesos os costumes, seus erros, seus prejuízos selvagens, e inoculou-os todos na terra da proscrição e do cativeiro”⁵¹

Portanto, a culpa de qualquer atitude praticada pelo escravo, criminosa ou que viesse a corromper a sociedade, recaía sobre a sociedade patriarcal, já que caberia a esta educar e moralizar um povo “selvagem”, sendo esta, inclusive, uma das justificativas para a manutenção da escravidão no Brasil. Como hábitos selvagens, Macedo descreve a prática do feitiço, o curandeirismo e a língua bárbara que acabava corrompendo a língua senhorial:

“(…) a prepotência do importador que vendeu e do comprador que tomou e pagou o escravo, pode pela força que não é direito, reduzir o homem à coisa (...) mas não pode separar do homem importado os costumes, as crenças absurdas(...) conservou puro e ilesos os costumes, seus erros, seus prejuízos selvagens(...) um corrompeu a língua falada pelos senhores(...) outro corrompeu as santas crenças religiosas do povo(...) propagou a alucinação do feitiço”⁵²

Entretanto, para civilizar os escravos era necessário primeiro libertá-los. Macedo parece atentar para o fato de que a escravidão gerava resistência; isso significava que, para acabar com os costumes trazidos da África, era necessário primeiro apagar todas as “sombras” da escravidão. É dessa forma que ele tenta mostrar a necessidade da emancipação:

“Essa prática de feitiçaria organizada(...) é uma peste que nos veio com os escravos d’África, que desmoraliza(...) e que há de resistir invencível a todas as repressões, enquanto houver escravos no Brasil, e ainda depois da emancipação dos escravos, enquanto a luz sagrada da liberdade não destruir todas as sombras, todos os vestígios negros que trouxe da África as superstições, os erros, as misérias, e as torvidades da selvaticueza.”⁵³

Aqui percebemos um eixo de interpretação diferente do da novela “Simeão, o crioulo”. Ao escrever uma estória em que o personagem central já era nascido no Brasil, Macedo

⁵¹ *As Vítimas-Algozes*, p.73.

⁵² *As Vítimas-Algozes*, p.73.

⁵³ *As Vítimas-Algozes*, p. 75.

argumentou no sentido de mostrar como a escravidão podia facilmente corromper um escravo levando-o a praticar crimes. Já em “Pai-Raiol, o feiticeiro”- estória onde o protagonista é africano - Macedo trabalha no sentido de provar que, independente do ato criminal, o contato com costumes africanos, considerados por ele bárbaros, já seria o bastante para prejudicar a família senhorial.

Temos que levar em conta que em nenhuma das novelas que compõe o livro o ato criminal se liga ao fato do criminoso ser negro, a não ser pelo fato de ser o negro também escravo. Nesse caso, é mais provável que Pai-Raiol servisse mais como um paradigma de um escravo, só escravo do que de um “negro, só negro”, como afirmou Süssekind. Tinha ele mais intensamente as características pela quais Macedo mais condenava a escravidão: a manutenção dos costumes trazidos da África, no caso a feitiçaria e a língua bárbara; o não ser afeiçoado ao trabalho, o que explicava a deformidade física produzida pelos castigos. Ambas as características servem para mostrar o que queria Macedo: culpar o senhor pela não educação do escravo. Afinal, por ter trinta e dois anos e o tráfico ter sido extinto em 1850, temos que Pai-Raiol já estaria, no mínimo, a 19 anos no Brasil e, ainda assim, preservava seus costumes.

O que Macedo fez, foi dar uma explicação sociológica para os crimes cometidos pelos escravos, buscando assustar o senhor, ao afirmar que mesmo um negro de boa índole era levado no Brasil, devido à influência da escravidão, a se entregar aos vícios e à criminalidade. Tal era o caso de tio Alberto:

“ Alberto era um homem negro de natureza nobre a altiva, mas já estragados pelos venenos da escravidão: como os outros escravos seus parceiros, já tinha manchado as mãos com o furto, os lábios com a mentira, o coração com o desenfreamento da luxúria torpe, o estômago e a cabeça com o abuso do aguardente. De suas qualidades por assim dizer inatas, só restavam os vestígios nos defeitos opostos(...)”⁵⁴

⁵⁴ *As Vítimas-Algozes*, p. 131.

Contudo, a crítica de Macedo não se dirige apenas aos costumes imorais dos cativos, ela se dirige também aos costumes dos senhores de escravos, cuja preocupação com a moral estaria abaixo da preocupação em acumular bens, o que os fazia comprar escravos sem se preocupar com a moral desses ou ainda com a sua influência sobre a família do senhor.

Uma das partes mais significativas desta novela é aquela em que Macedo entra em uma discussão a respeito da escolha entre uma relação benéfica ou coercitiva no trato com o escravo.⁵⁵ Macedo levanta a questão para, em seguida, descartar ambas as possibilidades: a beneficência não seria possível porque, para o autor, a escravidão trazia consigo um ressentimento, e com este a natural ingratidão dos escravos; a severidade também não resolveria, porque provocaria vinganças mais violentas por parte dos escravos.

Descartando tanto a coerção quanto a beneficência, ainda sobriaria ao senhor o caminho da educação. Entretanto, Macedo explica que, em relação ao escravo, a educação sem a liberdade também não seria possível, pois, ao educá-lo no sentido do cumprimento do seu dever, o senhor também o estaria educando no sentido dos direitos do homem, desse modo:

“(...)se fizesséis instruir vossos escravos na religião de seus deveres, instruí-los-íeis também e necessariamente na religião de seus direitos de homens, e teríeis educado e preparado a resistência inteligente do oprimido”⁵⁶

Através desta argumentação, Macedo tenta desconstruir qualquer argumento escravista para justificar a manutenção da escravidão, tentando mostrar que nem a tolerância, nem a repressão, e ainda menos a educação poderiam vir a conter a “vingança” dos escravos, fosse ela

⁵⁵ A esse respeito João José Reis mostrou como a discussão a respeito das atitudes repressivas ou tolerantes no trato com os escravos foi comum durante todo o século XIX, já que para aquela sociedade disto dependia a possibilidade de se conter uma rebelião escrava, pp. 37-38. João José Reis, *Negociação e Conflito*.

⁵⁶ *As Vítimas-álgozes*, p.111.

proposital ou não. Nesse parágrafo também transparece a idéia de que conservar os escravos na ignorância era uma das formas, utilizadas pelos senhores, para melhor manter a dominação.

Ou seja, a única saída para o senhor , que desejasse proteger a si mesmo e à sua família, seria alcançada através da libertação e da educação e moralização de seus escravos.

“Lucinda - A mucama”

A última das novelas que compõe o livro chama-se “Lucinda , a mucama”. Nela o autor descreve a influência perniciosa de uma escrava doméstica sobre Cândida, a filha do senhor. Passo a passo Lucinda corrompe os costumes de Cândida, levando a uma desmoralização da família.

Cândida, a filha dos senhores, tivera uma educação exemplar, principalmente, ressalta o narrador, pelo fato de não ter tido contato com escravas. Quando do seu aniversário de onze anos, a garota ganhara de presente uma mucama, um ano mais velha do que ela e que, justamente com a finalidade de se tornar uma mucama, havia sido educada em uma instituição da Corte. Instituição essa onde a proprietária zelava pela moral das alunas, não as deixando sair à rua. Entretanto, as aprendizes dormiam todas juntas, as novas e também as mais velhas, dessas relações nasceu a perniciosidade de Lucinda:

“suas irmãs, as escravas com quem convivera, algumas das quais muito mais velhas do que ela, tinham-lhe dado as lições de sua corrupção, de seus costumes licenciosos, e a inoculação da imoralidade, que a fizera indigna de se aproximar de uma senhora honesta, quanto mais de uma inocente menina”⁵⁷

⁵⁷ *As Vítimas-Algozes*, p.167.

O narrador de “Lucinda- a mucama” descreve o processo de corrupção dos costumes senhoriais através da influência perniciosa da mucama Lucinda sobre Cândida, a sinhá-moça. Paulatinamente, Lucinda corrompe a educação de Cândida através do ensinamento da dissimulação e da luxúria, processo que culmina na sedução de Cândida por Souvanel, este um vigarista francês cúmplice de Lucinda.

A explicação dada por Macedo para o comportamento de Lucinda era que esta, por ser mais inteligente do que as outras escravas, fôra escolhida para ser mucama e, como tal, tinha inveja da inocência da senhora, querendo, por isso, desmoralizá-la. Desse modo, escreve Macedo que:

“Finalmente, a mucama compreende por instinto que essa profanação da inocência, essas conversações lúbricas que às ocultas de seus pais a menina permite, estabelecem maiores condições de confiança, que lhe aproveitam, e por isso mesmo que humilham a senhora, ensoberbecem a escrava.”⁵⁸

Ao escrever uma estória onde as relações perniciosas entre a escrava e a jovem senhora não são percebidas pelos seus pais, Macedo parece ter como objetivo incutir nos senhores a dúvida a respeito dos seus escravos domésticos de confiança. Para isso, uma característica, presente em quase todas as descrições dos escravos traidores de Macedo, é fundamental: a dissimulação. Dissimulação essa que Cândida aprendera com Lucinda, e que, por isso, não permitira que a família desconfiasse das atitudes da filha.

Ao expor a capacidade do escravo de dissimular, Macedo parece atentar para o fato desta característica ter sido minuciosamente desenvolvida como forma de resistência escrava frente ao aparato social (físico, ideológico e legislativo) de que dispunha o senhor. Através da dissimulação o escravo era capaz de se fazer submisso aos olhos do senhor ao mesmo tempo em que, por

⁵⁸ *As Vítimas-Algozes*, p.177.

pequenos atos de desobediência cotidiana, tentava realizar os seus desejos. Nesse sentido, o “inviolável” poderio senhorial estava limitado, na prática, pela negociação com o escravo.⁵⁹

A dissimulação é, dentre as características atribuídas ao caráter do escravo, a qualidade mais presente em *As Vítimas-Algozes*. A explicação para isso é assim exposta por Macedo:

“Ninguém dissimula melhor do que o escravo: sua condição sempre passiva, a obrigação da obediência sem limite e sem reflexão, o temor do castigo, a necessidade de esconder o ressentimento para não excitar a cólera ameaçadora do senhor, o hábito da mentira, enfim, fazem do escravo o tipo da dissimulação”⁶⁰.

E dentre os protagonistas escravos, Lucinda era o protótipo da dissimulação. Nesse personagem esta característica é acentuada devido a três fatores: primeiro, à sua maior inteligência e instrução- Lucinda sabia ler, o que facilitava a manipulação de cartas e bilhetes; segundo, a uma maior liberdade de ação, advinda de sua condição de mucama e; terceiro, devido à estreiteza das suas relações com a sinhá-moça, que lhe permitia conhecer muito bem a lógica senhorial e, por conseguinte, fazer uso de suas fraquezas.

A intimidade das relações entre senhores e escravos, dada a natureza da escravidão doméstica, foi bastante demonstrada por Macedo nas histórias de Simeão e de Lucinda, ambos crioulos. A esse respeito, João José Reis sugeriu que para os crioulos e ainda mais para os mestiços (esses não citados nestas novelas de Macedo) era mais fácil experimentar a face paternalista da escravidão do que para o africano. Isso porque se esperava dos crioulos e mestiços uma proximidade cultural com o civilizado mundo dos brancos, diferentemente dos africanos, considerados bárbaros.⁶¹

⁵⁹ João José Reis, *Negociação e Conflito*, p.32.

⁶⁰ *As Vítimas –Algozes*, p.59.

⁶¹ João José Reis, *Negociação e conflito*, pp.45-46.

Também nesta novela, Macedo retoma a descrição do ambiente da cozinha e da venda, com o objetivo de mostrar aos senhores como surgiam os boatos capazes de desmoralizar uma família:

“Os escravos de Florêncio foram os primeiros a propalar na cozinha, e logo depois nas vendas, a multiplicidade de namorados de Cândida(...) as revelações dos escravos na cozinha e nas vendas espalharam-se além, e Cândida sem o suspeitar teve em breve estabelecida e firmada a sua fama de astuta e consumada namoradeira”⁶²

A mucama Lucinda encaminha o namoro de Cândida com Souvanel, primeiro em troca de dinheiro e depois em troca da alforria, caso este conseguisse desposar a sinhá-moça. Era bastante comum, na literatura brasileira do século XIX, a figura do escravo que levava recados e promovia encontros amorosos em troca de dinheiro, favores e privilégios. Como vimos anteriormente, há exemplos na própria obra de Macedo, como pudemos perceber em *A Moreninha*. Só que lá o que era uma cena pitoresca, torna-se aqui ato pernicioso. Essa modificação de enfoque se deve às diferentes intenções do autor.

Souvanel é descrito primeiramente como um francês, louro, de olhos cintilantes, aspecto agradável, bom trajar, inteligente porém de instrução superficial, para depois, com o decorrer da narrativa se revelar pobre, jogador e ladrão, que queria casar-se com Cândida devido ao seu dote e à posterior herança.⁶³

O fato de Souvanel ser francês realça ainda mais os tons nacionalistas com que Macedo conta as suas histórias. Segue-se a descrição de Souvanel:

“Egoísta e frio especulador, descrente em religião, alheio às noções do dever, desdenhando dos brasileiros em refalsado segredo, ambicioso de riqueza(...)”⁶⁴

⁶² *As Vítimas-Algozes*, p.190.

⁶³ *Ibid.*, p.205 e 211

⁶⁴ *Ibid.*, p.211.

Souvanel é justamente o contrário do que desejava Macedo para seus leitores, em termos de moralidade. Neste parágrafo a propaganda dos valores morais da família, da pátria, da honestidade e da ética para o trabalho é clara.

Lucinda, mesmo ciente do mau-caráter de Souvanel, cria uma situação para que Cândida seja deflorada e o seu casamento com Souvanel torne-se necessário. Ao final da estória, Souvanel é preso, Lucinda e um págem –cúmplice seu- fogem e, dias depois, são encontrados e mandados para a casa de correção.

Também nesta novela Macedo culpa a escravidão pela situação criada por Lucinda:

“Lucinda não é que tem a maior culpa: ela é o que a fizeram ser, escrava, e conseqüentemente foco de peste; porque não pode haver moralidade, honra, culto do dever na escravidão, que é a negação de tudo isso. Que importa ao escravo o dever, se ele não tem direitos?”⁶⁵

O tema do estrangeiro sem caráter é muito diferente da exaltação do estrangeiro feito pelos imigrantistas da década de 1870 e de 1880⁶⁶. O próprio Macedo, como vimos no primeiro capítulo, era a favor da imigração. Nesse caso, talvez o autor quisesse mostrar que a vinda indiscriminada de estrangeiros para o país poderia vir a agravar o problema da existência de uma moral já tão deturpada.

A representação do escravo como algoz e a nacionalidade brasileira

Embora descrevesse pejorativamente as características físicas e morais dos escravos, a argumentação de Macedo em muito se diferenciava das doutrinas raciais do século passado. Isto

⁶⁵Ibid., p.268.

⁶⁶ Sobre os projetos imigrantistas ver Célia Marinho Azevedo, *Onda Negra, Medo Branco – o negro no imaginário das elites*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1987, cap.1.

pode ser percebido pelo fato de o narrador de *As Vítimas-Algozes*, por várias vezes, nas três novelas, caracterizar o negro, fosse ele africano ou não, como inteligente:

“o negro aticou a inteligência para fazer o mal, vendo-se escravo”⁶⁷

O que não o impediu, entretanto, de expressar a superioridade física do branco em relação ao negro, principalmente se fosse ele africano, já que o clima serviria nesse discurso para “abrandar” os caracteres da raça negra, como podemos perceber através das passagens abaixo:

“Esméria era uma crioula de vinte anos com as rudes feições da sua raça abrandadas pela influência da nova geração em mais suave clima”⁶⁸

“Tereza não era uma senhora formosa; mas, posta mesmo de lado a superioridade física de raça, era bem-feita, engraçada e mimosa de rosto e de figura a não admitir comparação com a crioula.”⁶⁹

De todo modo, ao caracterizar o negro como inteligente, Macedo abriu a possibilidade de trabalhar o medo dos senhores de revoltas escravas nessas três novelas. Isso porque, sendo o negro inteligente, ele tinha condições de tramar, enganar, persuadir e, enfim, trair os seus senhores. Pois, de acordo com Macedo:

“O escravo, não nos cansaremos de o repetir, é antes de tudo inimigo natural de seu senhor”⁷⁰

Devemos ressaltar que Macedo mostrava uma oposição social entre escravos e senhores, e não racial. Era o escravo que era inimigo do senhor e não o negro que era inimigo do branco. Caso contrário, a liberdade não seria capaz de regenerar o escravo.

Podemos perceber que as teses de Macedo, apesar de terem pontos em comum com as teorias raciais do século XIX, tais como a influência do meio e a superioridade branca,

⁶⁷ *As Vítimas-Algozes*, p.77.

⁶⁸ *Ibid.*, p.84.

⁶⁹ *Ibid.*, p.99.

⁷⁰ *Ibid.*, p.78.

diferenciavam-se destas por uma certa gradação de valores. Tomando como exemplo as teorias poligenistas do Conde de Gobineau, e comparando-as com as teses presentes na obra de Macedo, percebemos que, apesar do determinismo de ambos em relação à influência do meio, elas diferem em um ponto fundamental. Para o Conde de Gobineau, na miscigenação predominaria as características negativas da “raça inferior”⁷¹, enquanto para Macedo o crioulo e, mais ainda, o mestiço teriam os defeitos da “raça inferior” amenizados. Essa espécie de adaptação das teorias raciais- que tanta repercussão tiveram no Brasil- é justificada pelo fato de Macedo, fazendo parte da elite ilustrada do país, querer validar o Brasil enquanto nação apta ao progresso, ao passo que Gobineau previa o fim da nação justamente devido a essa desregrada mestiçagem⁷².

Concordar com Gobineau, no que se referia ao futuro dos mestiços, seria o mesmo que colocar o projeto nacionalista brasileiro, com o qual o romantismo pactuava, de lado. Haja vista que, para Gobineau, até mesmo a elite brasileira era composta por mestiços⁷³.

Nesse sentido, a tentativa de diferenciar o escravo africano do crioulo revela não apenas o nacionalismo literário de Macedo, como também a escolha de um modelo evolutivo, no que se referia às teorias raciais. Essa escolha é significativa, porque abria a possibilidade de, após a emancipação, através da educação e moralização e também de uma possível miscigenação, haver uma melhoria dos aspectos físicos e morais da raça negra, podendo o resultado dessa melhoria engrossar o número de cidadãos brasileiros.

⁷¹ Lilia Moritz Schwarcz, *O Espetáculo das Raças*, São Paulo, Cia das Letras, 1993, p.56.

⁷² Para Gobineau, o mestiço era um ser biologicamente inferior, com extinção prevista após poucas gerações. A saída para a nação brasileira, segundo ele, seria o incentivo à imigração e o não-cruzamento entre as diferentes raças. Vide George Raeders, *O Brasil de 1873 segundo Gobineau*, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1988.

⁷³ Como pode ser percebido através do seguinte comentário de Gobineau, em Relatório ao Ministro dos Assuntos Estrangeiros em Paris: “É preciso convir que a maior parte do que se nomeia ‘Brasileiros’ se compõe de sangue misturado, mulatos, quarterões caboclos de graus diferentes. Nós os encontramos em todas as situações sociais(...)”, apud prefácio de Flora Süssekind, *As Vítimas-Algozes*, p.30.

O tema da miscigenação não foi abordado por Macedo em *As Vítimas-Algozes*. Por ser uma obra de propaganda a favor da emancipação escrava em que Macedo apelava para os interesses da família do senhor, nela, mais do que em nenhuma outra obra, Macedo adotou o ponto de vista senhorial. É provável que fosse este o motivo do seu silêncio acerca da miscigenação nesta obra, já que a miscigenação se constituía em verdadeiro tabu para a elite da época. Já no romance *As Mulheres de Mantilha*, escrito um ano depois de *As Vítimas-Algozes*, em 1870, o tema foi abordado. Ainda que nele a miscigenação ocorresse fora da elite, é bastante significativa a construção de personagens pertencentes a uma família pobre e mestiça que possuía uma moral exemplar. Esta família servia como exemplo de que a miscigenação poderia ser uma solução bastante viável para a sociedade brasileira.

A tese da miscigenação foi mais explicitada no livro *Noções de Corografia do Brasil*, onde Macedo, referindo-se à formação do povo brasileiro, associa a mudança de ambiente – o nascimento no Brasil- e o branqueamento da população a um aumento no padrão de civilidade. Desse modo, escreve o autor:

“(…)O gentio é como dantes refratário à civilização; os negros da África que ainda existem também o são: mas os crioulos, filhos destes, já apresentam notável inteligência, e os mestiços igualam o europeu e sua descendência em capacidade, força e extensão das faculdades intelectuais(…) iguais perante a Lei, iguais perante a razão, pela Filosofia e pelos direitos constituídos, todos os cidadãos brasileiros, procedentes dessas variedades da raça humana, têm ainda por fundamento de glória cívica, que cada uma de tais variedades conta no Brasil heróis ou notabilidades(…)”⁷⁴

Através do estudo de *As Vítimas -Algozes - Quadros da Escravidão* podemos perceber que Macedo tentava, através dessa obra, convencer o leitor sobre a necessidade e urgência da emancipação da escravidão, utilizando para isso, um discurso moralista no qual o escravo era a representação da maioria dos males que pudessem afetar a moral da família branca. Desse

⁷⁴ Joaquim Manuel de Macedo, *Noções de Corografia do Brasil*, Rio de Janeiro, 1873, p. 207.

discurso moralista emergem diversas teses, tais como: a defesa da família, o enaltecimento da Pátria, o caráter do brasileiro, a humanidade do negro, a necessidade da liberdade, a ética do trabalho ,etc.

As Vítimas-Algozes é um romance de tese , o que significa, de acordo com Silviano Santiago, que a idéia que foi desenvolvida durante o romance – ou seja, da necessidade da emancipação gradual dos escravos com a devida indenização dos senhores - já estava amadurecida antes do ato da escrita.⁷⁵

O nacionalismo é uma característica muito importante em *As Vítimas-Algozes* porque o argumento utilizado pelo autor tem por base a formação, ou melhor dizendo, a preocupação com a “deformação” dos costumes dos brasileiros pelos costumes africanos, ou ainda por pessoas corruptas de uma outra cultura, como, por exemplo, pelo personagem Souvanel.

A representação do escravo como inimigo doméstico não era novidade na época da publicação de *As Vítimas-Algozes*. Ao analisar os projetos emancipacionistas, Célia Azevedo mostrou que desde o início do século XIX a temática do escravo como inimigo doméstico já era bastante freqüente no discurso da elite⁷⁶.

Na literatura, a primeira obra a tratar, como assunto principal, a influência do escravo na família foi a comédia *O Demônio Familiar*, de José de Alencar⁷⁷. Escrita e encenada em 1857, esta peça cria situações do cotidiano senhor-escravo parecidas com as expostas, posteriormente, por Macedo em *As Vítimas-Algozes*. Apesar de ter feito representações do escravo muito parecidas com as elaboradas por Alencar, Macedo se distanciou da argumentação de Alencar em pontos cruciais. Nesse sentido, o romance de Macedo mais do que recebeu uma influência

⁷⁵ Silviano Santiago, “Desvios da Ficção” in José do Patrocínio, *Mota Coqueiro ou a pena de morte*, Rio de Janeiro, Francisco Alves/INL, 1977, p.12.

⁷⁶ Célia Marinho Azevedo, *Onda Negra, Medo Branco*, cap.1.

passiva da comédia de Alencar, na verdade parece dialogar com ela, evidenciando, por trás das divergências, projetos políticos conflitantes.

Ambas fazem uma representação do escravo doméstico, tratando a escravidão como uma questão moral. Ambas ressaltam a capacidade do escravo de dissimular e mesmo de persuadir seus senhores, de modo a atingirem seus objetivos; além do que, nas duas o escravo é representado como cheio de vícios, uma imagem vinculada à própria idéia de não civilizado.

Pedro, o escravo protagonista - a personificação do demônio doméstico de Alencar-, exerce uma influência perigosa sobre a filha do senhor, ameaçando destruir a inocência da menina, tal como a influência exercida por Lucinda sobre Cândida. Também como Simeão e Lucinda, Pedro- sendo escravo doméstico- é capaz de entender detalhadamente os códigos senhoriais, fazendo-se passar pelo o que o senhor quisesse que ele fosse. Em ambas as obras, o que fica implícito, através dessa forma de ação dos personagens escravos, é a limitação do poder senhorial.

Contudo, as similaridades acabam aqui. Para Alencar o negro perigoso deveria ser educado e moralizado para depois poder ser libertado. Nesse percurso, o senhor era incumbido da educação e, portanto, só caberia a ele a iniciativa de alforriar seus escravos. Ao fazer uma análise minuciosa de *O Demônio Familiar*, Sílvia Silva mostrou que Alencar se utilizava de duas idéias contraditórias “por um lado, o escravo como inimigo doméstico, sempre pronto a atacar mas, por outro lado, ao abordar o problema da educação do escravo, ele o transformava num elemento passivo”⁷⁸.

Como vimos, Macedo tinha idéias completamente diferentes, discordando uma por uma das teses de Alencar. Com essa finalidade mostrou que os senhores não educavam seus escravos,

⁷⁷ José de Alencar, *Obras Completas*,

⁷⁸ Sílvia Cristina Martins de Souza e Silva, *Idéias Encenadas...*, op. cit., p.95.

pelo contrário, muitas vezes utilizavam essa ignorância como forma de dominação. Nesse caso, a alforria não deveria depender do senhor, já que o interesse do senhor no escravo não era humanitário e sim egoísta.

Essas diferenças refletiram no tom com que Macedo pintou o seu romance. Sem dúvida ele se utilizou de cores muito mais carregadas que as de Alencar. A meta que Pedro queria atingir, ao tentar encaminhar o casamento dos filhos de seus senhores, era vir a ser cocheiro. Ou seja, por trás de toda a artimanha de Pedro, de toda a capacidade de persuadir, estava a subserviência. O desejo de Pedro acabava por ser limitado pela própria condição de escravo

Macedo parecia discordar muito de Alencar no que dizia respeito à essa passividade escrava. Os “algozes” de Macedo queriam desde a simples vingança, a sonhada alforria, dinheiro para- ainda que livre- não viver como escravo e até mesmo ocupar o lugar do senhor e da senhora. O que em Alencar tinha a leveza da comédia, ainda que por vezes pudesse provocar um “riso nervoso”, em Macedo tinha o peso de um romance pré-naturalista.

A urgência da emancipação é mostrada, por Macedo, justamente devido às metas que o escravo, enquanto inimigo doméstico, pretendesse atingir.

De acordo com Sússekind⁷⁹, em *As Vítimas-Algozes* existiria um triplo registro: o primeiro deles, dado o alto nível de exemplaridade, seria o esforço de coesão de uma camada da população, o segundo deles seria o temor senhorial, enquanto o terceiro registro seria o de mostrar o crescimento da resistência negra. Para Sússekind, esse último registro teria sido feito em parte “à revelia” de Macedo. Tese da qual discordamos já que, como vimos, o escravo era, para Macedo, um inimigo do senhor, capaz de enganar, persuadir, roubar, se aquilombar e matar.

⁷⁹ Ibid., p.XXVII.

Esse sem dúvida foi o mais importante registro dessa obra, pois é através desse registro que a obra pode ter atingido o seu objetivo: trabalhar o medo na classe senhorial de forma a fazer com que o Imperador encontrasse respaldo para a Lei do Ventre Livre.

A percepção do escravo como inimigo doméstico não surgiu com Macedo nem se encerrou com ele. Essa imagem foi bastante utilizada pelo movimento abolicionista brasileiro para mostrar urgência em se por um fim na escravidão. Como exemplo, podemos citar o livro *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco. Escrito em 1883, catorze anos após a publicação de *As Vítimas-Algozes* e doze após a promulgação da Lei do Ventre Livre, as teses acerca dos males causados pela escravidão na moral do brasileiro não diferem muito das de Macedo: em ambos a escravidão é apresentada como um problema moral, que corrompeu os costumes do país através de um processo de africanização, isto é, um processo visto como oposto à civilização; em ambos a escravidão contribuiu para que não fosse criada, no cidadão brasileiro, uma ética do trabalho; em ambos o escravo é apresentado como um inimigo natural do senhor; além do que os dois concordavam que a educação era o segundo passo a ser dado no caminho da moralização, sendo o primeiro passo a extinção da escravidão.

Entretanto, os dois diferem em um ponto estratégico. Para a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, cuja sede era a residência de Nabuco, “os homens sem liberdade eram privados da própria natureza humana”⁸⁰. Como, de acordo com o iluminismo, a liberdade era associada à

⁸⁰ Ver Célia Marinho Azevedo, “Irmão ou Inimigo: o escravo no imaginário escravista abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil” in *Revista USP*, Dossiê Povo negro- 300 anos, vol. 28, São Paulo, USP, 1996, p.100. A autora mostrou como as diferentes imagens foram formadas devido a processos históricos distintos, tais como: diferenças religiosas, diferenças étnicas, divergentes processos de conquista da independência política e a existência da escravidão em parte ou no total do território nacional.

razão, temos que para os abolicionistas brasileiros, o escravo tinha uma natureza “bestial”, sendo ora completamente passivo, ora violento⁸¹.

De acordo com Macedo, o escravo também tinha uma natureza animal:

“Os escravos só se deixam arrebatados pelo instinto animal, que por isso mesmo os impele mais violento”⁸²

Esse raciocínio também pode ser percebido na descrição da escrava Esméria:

“(...) era possessa do demônio da luxúria, que é o demônio torpe que desenfreada os instintos animais do escravo, únicos que o mantêm animal a despeito da prepotência que teima em reduzi-lo a simples coisa material”⁸³

Entretanto, para Macedo, o escravo era “livre sempre pela alma”. Provavelmente foi para ressaltar essa diferença que Macedo não admitiu, nesse seu romance, a existência de escravos passivos. Em *As Vítimas-Algozes*, a passividade indicava apenas dissimulação, quando passivos os escravos estariam sempre tramando algo contra o senhor. Nesse discurso, só por “prepotência” o senhor achava que subjugava completamente o escravo, reduzindo-o a “simples coisa material”.

Portanto, de acordo com Macedo, como não existia o escravo passivo, a educação só surtiria efeito quando o escravo fosse libertado e parasse de conviver com os vícios advindos da escravidão. Essa seria a única solução para que os negros pudessem contribuir positivamente na formação da nação brasileira. Desse modo, aconselhava aos senhores:

“Não condeneis o crioulo; condenai a escravidão.
O crioulo pode ser bom, há de ser bom amamentado, educado, regenerado pela liberdade.”

Em resumo, vimos que para Macedo o escravo brasileiro era inteligente e capaz de persuasão e reflexão. Se a humanidade do escravo lhe havia sido tirada em decorrência da própria condição de escravo, logo, para que pudesse vir a integrar a sociedade, ele deveria primeiramente

⁸¹ Ibidem, p.104.

⁸² *As Vítimas-Algozes*, p.42.

ser libertado – de modo a readquirir a sua humanidade – e educado moralmente através do ensino de uma moral católica.

Nesse sentido, é bastante significativo o plano dos senhores de Simeão de libertá-lo quando da sua maioridade (21 anos). O narrador explicou que o plano falhara porque Simeão não sabia dos planos dos senhores e porque não fora educado para viver em liberdade.

Se o negro deveria ser educado após ser libertado e se só após esta educação ele estaria pronto para usufruir dessa liberdade, contribuindo com a sociedade, fica implícito aqui que no intervalo compreendido entre a sua libertação e o seu preparo para viver como homem livre, o negro deveria ser educado sob a tutela de alguém. E, como vimos em “Simeão – o crioulo”, Macedo sugeria que o escravo deveria ter sido educado pelo senhor e que a idade para o usufruto da liberdade fosse aos 21 anos.

Ora, em termos gerais era esta a proposta da Lei do Ventre Livre. Ao estudar a origem do emancipacionismo, Robert Conrad mostrou que as discussões para um projeto emancipacionista se desenvolveram na década de 1860, quando a abolição da escravidão nos impérios português, dinamarquês e francês, bem como a Guerra Civil Americana tornavam cada vez mais difícil a sustentação da escravidão no Brasil. Em 1863, Malheiro propôs a libertação do ventre como solução para a questão servil. Em 1866, Pimenta Bueno (futuro Marquês de São Vicente) preparou, a pedido do Imperador, um projeto de libertação cuja base era o ventre livre, entretanto esse projeto foi arquivado. Em 1867, Nabuco de Araújo propôs outro projeto. Neste mesmo ano, Malheiro publicou o terceiro volume de *A escravidão no Brasil*, no qual traça um plano

⁸³ *As Vítimas-Algozes*, p.86.

reformista, contendo recomendações quase idênticas às propostas por São Vicente e Nabuco de Araújo e debatidas no Conselho de Estado.⁸⁴

Grande parte das idéias desenvolvidas no ensaio de Malheiro estão presentes em *As Vítimas-Algozes*, tais como a idéia de que o escravo nasce livre e é escravizado; a idéia de que o escravo conservava a liberdade pela natureza; a idéia da emancipação gradual através da libertação do ventre e da educação do escravo até sua maioridade e, também o argumento de que a emancipação dos escravos não acarretaria prejuízos para a lavoura⁸⁵.

Nesse caso, qual teria sido a contribuição de Macedo ao escrever *As Vítimas-Algozes*? Macedo trouxe a discussão jurídica para o plano doméstico, para a casa do senhor, fazendo uma apologia das idéias emancipacionistas através da demonstração da perversão social que a escravidão trazia consigo. Como romancista ele tentou contribuir com a emancipação, através da criação de personagens e de situações que demonstravam a necessidade da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, tentando demolir através da literatura, o aparato ideológico que sustentava a escravidão, tal como fizera Malheiro no plano jurídico.

⁸⁴ Robert Conrad, "A origem do emancipacionismo" in *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/INL, 1975.

⁸⁵ Perdigão Malheiro, *A Escravidão no Brasil*, Petrópolis, Ed. Vozes/INL, 1976, II volume.

Capítulo III

Instruir a mulher

“Sim, é necessário também dizer que, se a missão da mãe de família é árdua em toda parte do mundo, no Brasil é particularmente muito mais espinhosa, porque no Brasil cada homem guarda dentro de sua própria casa um inimigo do coração de seus filhos, um poderoso elemento de desmoralização; em uma palavra, porque no Brasil existe a escravidão.” (Macedo, Rosa, 1849)

“Ainda por este lado estava Macedo na corrente de seu tempo, que todo propendia para atribuir às obras literárias um fim educativo. Houve reação depois contra esse modo de proceder em coisas de arte.” (Sílvia Romero, História da Literatura Brasileira, 1873)

A mulher nos romances românticos

A mulher no romance político

A mulher no romance histórico

A função social da mulher nas obras de encomenda

A obra de Macedo, desde o início, foi marcada pela preocupação em moralizar a sociedade brasileira, considerada por ele em processo de formação, daí as críticas sociais presentes em sua obra. Além da crítica à manutenção da escravidão que, como vimos no capítulo anterior, era considerada por Macedo uma fonte de desmoralização, encontramos na obra desse autor a crítica ao casamento por interesse, à existência do dote, bem como ao direcionamento dado à educação feminina.

Macedo coloca-se na posição, acreditamos que única entre os literatos que escreviam em 1840 e 1850, de defensor de um maior papel designado à mulher na sociedade, na medida em que atribui a esta o papel de formar o caráter do cidadão brasileiro, reconhecendo na mulher uma igualdade intelectual em relação ao homem. É com vista nisto que Macedo critica o direcionamento dado à educação feminina.

Para compreendermos as críticas feitas por Macedo ao direcionamento da educação feminina é necessário termos em vista o contexto das mudanças na moral familiar ocorridas durante o século XIX.

A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, juntamente com o aparato administrativo português, deu início a uma série de modificações na sociedade colonial: o comércio foi intensificado através da abertura dos portos e da revogação da proibição da instalação de indústrias; a criação da Imprensa Régia possibilitou uma maior divulgação das idéias européias; a vida social transformou-se para atender aos hábitos da Corte, sendo introduzidos os salões, os bailes e os passeios coletivos. Além disso, foram criadas várias instituições culturais, tais como a Biblioteca Nacional, o Imperial Teatro São

João, a Academia Real de Desenho, Pintura e Escultura e os cursos médicos-cirúrgicos.¹ Esse processo de modernização teve continuidade com a Independência e com o Segundo Reinado quando, então, o crescimento da lavoura cafeeira no sudeste tornou possível investimentos em outras áreas -principalmente na área de transportes e urbanização-, reafirmando o Rio de Janeiro como centro político, econômico e cultural do Império.

O aumento da urbanização e a conseqüente intensificação da vida social fluminense suscitaram modificações na esfera familiar, que agora, mais aberta, permitia as idas das mulheres às festas, salões e teatros. De acordo com Wanderley Pinho, na década de 1840 a sociedade do Rio de Janeiro foi tomada por uma "febre das reuniões, dos bailes, dos concertos, das festas"².

É nesse contexto que a educação da mulher começa a se modificar. Durante o período colonial, a educação feminina predominante para a mulher de elite deveria ensiná-la a cozinhar, a bordar e ditar ordens às escravas domésticas, permitindo sua saída de casa apenas para ir à Igreja. Até a década de 1830, o analfabetismo entre as mulheres era considerado sinal de nobreza e de moralidade, na medida em que servia para impedir a correspondência entre namorados³. A primeira escola para o sexo feminino no Rio de Janeiro foi fundada somente em 1816, mas o hábito das jovens brasileiras de freqüentar a escola foi ainda mais tardio, só sendo amplamente aceito em meados do século XIX.

¹ Ver prefácio de Sérgio Buarque de Holanda, em Maria Beatriz Nizza da Silva, *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1977 e Antonio Paim, *Momentos Decisivos da História do Brasil*, São Paulo, Martins Fontes, 2000, pp.175-178.

² José de Araújo Wanderley Pinho, *Salões e Damas do II Reinado*, São Paulo, Martins Fontes, 1959, p.9.

³ Laurence Hallewel, *O Livro no Brasil*, São Paulo, T.A. Queiroz : EDUSP, 1985, p. 87. A esse respeito se pronunciou o correspondente "BLCK" da *Revista Ilustrada*, em 1886: "Não vão longe os tempos em que os honrados pais de família, cheios de preconceitos e horror à letra redonda, se opunham a que as filhas aprendessem a ler, sob o pretexto de que assim, não se corresponderiam com os namorados", *Revista*

Mas que tipo de educação recebia a mulher? Qual a diferença entre a educação dada às mulheres e aos homens?

Mesmo nas escolas, o *curriculum* relativo à educação feminina valorizava muito mais os trabalhos de agulha do que a instrução. Por este motivo muitos pais tiravam as suas filhas da escola quando estas haviam apenas aprendido rudemente a ler e a escrever, mas já sabiam coser e bordar. Chama a atenção o fato de no *curriculum* feminino para instrução básica- única que a mulher tinha acesso nas escolas- não constar o ensino de geometria e aritmética, nem o de filosofia. Disciplinas estas ensinadas no curso masculino equivalente⁴. A ausência destas disciplinas revelam os diferentes papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres: enquanto os primeiros eram instruídos para darem prosseguimento aos seus estudos no curso secundário e, depois, na faculdade; as segundas deveriam ser preparadas para o casamento e, para isso, não precisavam saber calcular (a não ser as quatro operações matemáticas), muito menos filosofar...

Entre os ensinamentos mais importantes, além de costuras e bordados, estavam o ensino de línguas estrangeiras- principalmente o francês-, as aulas de piano, de dança e de canto. Ensinamentos necessários para que a mulher pudesse mostrar nos salões, bailes e saraus o refinamento de sua educação. Apesar de na Corte existir o ensino elementar, secundário, jurídico, médico, superior e militar, às mulheres só era acessível o ensino elementar, já que o ensino em turmas mistas não era permitido e não havia escolas de nível

Ilustrada, n.425, 1886, apud Ducília Helena Schroeder Buitoni, *Mulher de Papel*, São Paulo, Edições Loyola, 1981, pp.16-17.

⁴ Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, *A Mulher na Sociedade de Classes- mito e realidade*, Rio de Janeiro, Vozes, 1976, p. 190-197.

secundário para mulheres.⁵ Na década de 1860, houve tentativas de alguns colégios femininos de organizar cursos secundários para mulheres, porém essas tentativas fracassaram por falta de alunos, ainda que os educadores tivessem tido a preocupação de tranquilizar os pais sobre as intenções da iniciativa: formar mães, que melhor educassem seus filhos.⁶

Durante o Segundo Reinado vemos, portanto, que a leitura fazia parte da educação da mulher de elite. Essa modificação no direcionamento da educação feminina em relação ao período colonial contribuiu bastante para o florescimento do mercado editorial brasileiro. Um dos espaços encontrados pela literatura era o lazer da mulher de elite. O que podemos perceber é que o começo da educação que incentivava a alfabetização da mulher de elite coincidiu com o surgimento do romance nacional (década de 1840), sendo um dos principais fatores, se não o principal, do sucesso da forma "romance" no Brasil.

Alguns editores perceberam esse "filão" editorial que era o entretenimento da mulher, e apostaram nisto. Um deles foi o editor Paula Brito, já citado no primeiro capítulo. Paula Brito fundou em 1832 a revista *A mulher do Simplicio; ou A fluminense exaltada*. De acordo com Hallewel esta foi a primeira revista feminina do país⁷, e que durou até 1846, ressurgindo em 1849 com outro nome, *A Marmota*, tendo durado, com pequenas modificações no nome⁸, até 1864, três anos após a morte de Paula Brito. Após termos visto,

⁵ Ingrid Stein, *Figuras Femininas em Machado de Assis*, Coleção Literatura e Teoria Literária, vol. 54, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p.24.

⁶ Maria de Lourdes Mariotto Haidar, *O ensino secundarista no Império brasileiro*, São Paulo, 1972.

⁷ Hallewel, *O Livro no Brasil*, p.89.

⁸ De 1849 a 1852 título da revista era *A marmota na Côte*, de 1852 a 1857, *Marmota Fluminense* e de 1857 a 1864, *A Marmota*. Ver Gondin, *Vida e Obra de Paula Brito*, p.44.

no primeiro capítulo, a efemeridade das revistas literário-científicas do país, não deixa de ser surpreendente a fidelidade do público feminino e, é claro, o seu poder de compra⁹.

As revistas femininas surgiram como forma de entretenimento, traziam sessões de literatura, poesias, bailes, teatro, moda, charadas, anedotas, etc¹⁰. No decorrer do século, com a fundação de revistas femininas por mulheres, é que o entretenimento vai dando lugar a um objetivo de contestação.

Macedo era colaborador da revista de Paula Brito, quando ainda era um estudante de medicina, antes, portanto, da publicação de *A Moreninha*. Ao publicar o seu primeiro romance, nosso autor já era familiar ao público feminino e, dada a sua participação na revista, os assuntos que interessavam as mulheres já eram conhecidos seus. Nesse sentido, não deve ter sido coincidência, Macedo descrever tanto as modas femininas, bem como em todos seus romances criar capítulos onde descreve teatros, bailes, saraus e namoros. Essas descrições de Macedo são bastante ressaltadas nos livros de História da literatura brasileira. Provavelmente, essas temáticas abordadas devem ter facilitado a venda de seus romances. Outra característica -essa pouco trabalhada pelos críticos literários-, deve também ter contribuído para o sucesso dos romances: o fato de Macedo criar protagonistas onde as características pessoais das personagens eram ressaltadas através de personalidades fortes.

Através da leitura dos romances de Macedo é possível perceber como o autor descrevia o papel da mulher na sociedade, que tipo de educação esta deveria receber, bem como a função dessa educação. Para isso o autor nos fornece uma gama de personagens

⁹ Ribeiro, *Mulheres de Papel*, p.59.

¹⁰ Dulcília Helena Schroeder Buitoni, *Mulher de Papel*, São Paulo, Edições Loyola, 1981, cap.2.

femininos de diferentes idades, diferentes classes sociais e que ocupavam diferentes posições dentro da família. Além disso, fica bastante clara a representação da família e do casamento como fundamentais para o funcionamento da sociedade brasileira do Segundo Reinado.

A mulher nos romances românticos

O romance *A Moreninha*, foi escrito e publicado em 1844. Nele, Macedo narra uma estória de amor entre uma moça de 14 anos¹¹ e um jovem estudante de medicina de 21 anos.

A protagonista da trama chama-se Carolina, sendo apelidada carinhosamente de "Moreninha". Descrita primeiramente como "quase" feia, a um olhar mais atento o leitor vai descobri-la simpática e, com o decorrer da trama, o leitor tende a achá-la bonita, por já estar envolvido pela personagem. É interessante perceber que as características físicas da Moreninha demonstram uma clara intenção nacionalista do autor, já que este, contrariando o ideal de beleza do romantismo europeu, cria uma personagem de tez morena e de cabelos negros e grossos.

A criação psicológica da personagem é de uma garota ágil, inteligente, espirituosa e caprichosa que, criada com os mimos da avó rica, obtém tudo o que deseja. Entretanto, devemos ressaltar, que estes caprichos cabem perfeitamente dentro do que é permitido pelos padrões da boa educação e que, apesar de caprichosa, a personagem é capaz de atos de grande generosidade. Exemplo disso encontramos no episódio em que Carolina faz questão de cuidar pessoalmente da sua ama-de-leite num momento de doença desta¹², e também no

¹¹ Macedo, *A Moreninha*, São Paulo, Ática, 1984. Na edição que utilizamos (1984) consta que a protagonista possui 15 anos, mas na primeira edição (1844) consta 14 anos.

¹² *Ibid.*, p.100.

episódio em que, quando criança, doou uma moeda de ouro à uma família cujos filhos passavam fome¹³.

Carolina tem quatorze anos e sua educação parece já estar completa, já que o autor não faz menção a nenhum tipo de aula que a garota receba, mas faz menção aos seus conhecimentos. Carolina sabe os trabalhos de costura e a leitura. É citada como leitora de Mary Wollstonecraft, o que talvez indique o conhecimento da língua inglesa, já que o autor não cita Nísia Floresta, apesar de a sua tradução já ter sido feita(1836) quando da publicação de *A Moreninha*.

É interessante perceber que mesmo citando Mary Wollstonecraft - uma escritora inglesa que pregou a igualdade de direitos entre homens e mulheres - o autor cria uma personagem feminina que, sendo inteligente e instruída, parece ter acabado os seus estudos aos 14 anos enquanto que seu irmão, Fabrício, de 21 anos, é estudante de medicina. A criação da personagem não destoia, portanto, do ideal de educação da época. Macedo, assim como outros escritores contemporâneos, mostrava que a educação feminina era voltada para o casamento, daí a precocidade com que as personagens femininas paravam de estudar. O autor tentava ser fiel à sua realidade na criação dos personagens, provavelmente com o intuito de facilitar a identificação dos seus leitores com os personagens das tramas dos romances. O que não significava dizer que Macedo concordasse com essa educação; caso contrário, dificilmente o autor criaria uma personagem leitora de Mary Wollstonecraft, como podemos perceber pelo trecho abaixo:

“(...) o meu lindo par se levanta do banco de relva em que descansava, vou tomar-lhe o braço; tenho-me singularmente divertido: a bela senhora é filósofa!...faze idéia! Já leu Mary de Wollstonecraft e, como esta defende o

¹³ Ibid., p.61.

direito das mulheres, agastou-se comigo, porque lhe pedi uma comenda para quando fosse ministra de Estado, e a patente de cirurgião de exército, no caso de chegar a ser general; mas enfim, fez as pazes, pois lhe prometi que, apenas me formasse, trabalharia para encartar-me na Assembléia Provincial e lá, em lugar das maçadas de pontes, estradas e canais, promoveria a discussão de uma mensagem ao Governo Geral, em prol dos tais direitos das mulheres(...)"¹⁴

Nesta fala de Augusto, percebemos a seriedade de Carolina em relação à leitura de Wollstonecraft, prova disto é ter se "agastado" com Augusto frente a ironia deste. Tendo feito as pazes somente após a promessa deste de lutar em prol dos direitos das mulheres.

Esta passagem torna-se ainda mais interessante se atentarmos para o fato de que a Filosofia não era uma matéria presente no *curriculum* das escolas de educação feminina. Muito menos filosofia feminista.

Ao trabalhar com a opinião dos homens de letras sobre a educação feminina através da análise do documento, *Poliantéia comemorativa da inauguração das aulas para o sexo feminino do Imperial Liceu de Artes e Ofícios*, onde consta a opinião sobre a educação feminina de 127 escritores brasileiros, Maria Thereza Bernardes constatou que as opiniões mais avançadas acerca da educação feminina tinham por base a sua importância para um casamento bem sucedido¹⁵.

A autora subdividiu as opiniões dos homens de letras, que constam na "Poliantéia" em seis grupos, expostos abaixo resumidamente¹⁶:

¹⁴Ibid., p.69.

¹⁵ Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes, *Mulheres de Ontem? Rio de Janeiro - Século XIX*, São Paulo, T.A. Queiroz, Editor, 1989, pp. 25-42. Ressaltamos que neste documento não consta a opinião de Joaquim Manuel de Macedo, provavelmente devido ao ano em que foi escrito (1881), quando o autor já se encontrava bastante debilitado.

¹⁶ Ibid., pp.25-34.

I)- Nove colaboradores. Autores que defendem a educação feminina como exclusiva para o lar. Revelam o temor de que a educação gere nas mulheres interesses intelectuais, científicos, profissionais e políticos. A 'razão de ser' da mulher seria o lar e a maternidade;

II)- Nove colaboradores. Idéias evasivas que nada dizem;

III)- Sete colaboradores. A educação para complementar a formação da mulher. Nesse grupo foram enquadrados Machado de Assis e Arthur Azevedo. Este último mostra a necessidade de a mulher "ultrapassar os limites de 'agulhas e alfinetes' para reinar nos salões, através de uma prosa mais erudita";

IV)- Dezesseis colaboradores. Educação para a preparação moral e religiosa. A educação deveria acentuar essas duas características com que a natureza já dotara a mulher. Os autores defendiam uma atuação benéfica da mulher junto ao homem;

V)- Sessenta e três colaboradores. A educação feminina deveria contribuir para dignificar a família, a nação e o mundo. Os autores pensam no engrandecimento da instituição familiar, bem como na formação do cidadão;

VI)- Vinte e três colaboradores. A educação feminina representaria a emancipação da mulher. Aqui Bernardes subdividiu as opiniões em três diferentes matizes:

a)Passagem da servidão e atrofiamento intelectual à liberdade;

b)Ao possuir um trabalho que permite a própria manutenção da mulher e da sua família isso serve como um fator de engrandecimento da pátria;

c)Possibilidade de a mulher vir a concorrer com o homem. Essa seria , por exemplo, a posição de Joaquim Nabuco.

Como já foi dito anteriormente, o nome de Macedo não consta na lista dos colaboradores da "Poliantéia", mas confrontando a opinião do autor – percebida através das representações feitas a partir das suas personagens femininas- com a classificação estabelecida por Bernardes para outros escritores da época veremos que, de acordo com a obra e com o período em que foi escrita, Macedo pode ser classificado em diferentes grupos.

Analisando os romances de Macedo, de acordo com a classificação estabelecida por Bernardes, percebemos que a representação da mulher, contida neste livro, poderia ser identificada tanto com os escritores do terceiro grupo como com os do quinto grupo. Ou seja, para Macedo a educação feminina representaria tanto um modo de complementar a formação da mulher quanto uma contribuição para dignificar a família, a nação e o mundo.

De acordo com Ingrid Stein, era justamente na faixa etária dos treze aos catorze anos que as jovens da elite, que tinham acesso à educação, completavam os seus estudos, quando, então, deveriam ser preparadas para o casamento¹⁷.

Todavia é necessário ressaltar que as opiniões das próprias “feministas” da época não diferiam muito das opiniões dos homens de letras, principalmente porque elas não possuíam um único discurso, como bem afirmou Maria Isaura Pereira de Queiroz no prefácio ao livro de Bernardes. De acordo com Queiroz, o movimento feminista brasileiro começou a se formar a partir de 1852 (publicação do primeiro jornal feminino), contendo opiniões variadas, e às vezes díspares, que iam desde a manutenção da mulher no lar até o seu ingresso irrestrito na vida profissional e pública. Entretanto, todas concordavam com a necessidade do aprimoramento da instrução feminina¹⁸.

A respeito da participação feminina na “Poliantéia”, Bernardes concluiu que as opiniões das mulheres eram parecidas com a dos homens, o que para a autora significava “a aceitação do próprio papel social voltado para a família e para o engrandecimento da pátria”¹⁹.

¹⁷ Ingrid Stein, *Ibid.*, p.26.

¹⁸ Maria Isaura Pereira de Queiroz, *Prefácio à Mulheres de Ontem?*, pp. XIV-XV.

¹⁹ Maria Bernardes, *Mulheres de Ontem?*, p.34.

A aceitação de um papel social voltado para a família e para a pátria não significa, obrigatoriamente, a aceitação da submissão feminina. Isso porque a mulher teria um papel social exclusivo seu, o de elemento moralizador da sociedade. A educação deveria vir a acentuar o que então, era visto como uma característica feminina- a superioridade moral-, servindo para a formação do cidadão.

Nesse sentido, podemos afirmar que Macedo caminha junto aos primórdios do movimento feminista brasileiro ao escrever, ainda em 1844, um romance em que a personagem é instruída, possui uma relativa independência, já que teve o direito de casar-se com quem queria, além do fato de ser leitora de uma escritora feminista.

Sobre a escolha do cônjuge é interessante perceber que o momento em que o romance *A Moreninha* foi escrito correspondia a uma fase de transição da moral tridentina, baseada na religiosidade e na aliança entre famílias, para a moral romântica, baseada nas relações amorosas. Estudando a transformação dessa moral em relação às práticas conjugais, Silvia Brügger mostra que a moral tridentina correspondeu aproximadamente ao período de 1750 a 1840, enquanto que à moral romântica corresponderia o período de 1840 em diante²⁰.

Segundo a autora, a principal novidade trazida com a difusão do discurso romântico foi a valorização dos sentimentos dos cônjuges, em contraposição a uma moral baseada em alianças familiares ou visando apenas a procriação.

Se, por um lado, podemos pensar que ao desejar Augusto como marido, Carolina não contrariava em nada os interesses da sua avó, já que este além de ser um membro da

elite era também um “bom partido” devido a ser um estudante de medicina , por outro lado, cabe ressaltar que ao tratar do casamento com o pai de Augusto, o que Dona Ana chamara a atenção foi, justamente, o fato de os dois se amarem . E o que fez o pai de Augusto concordar com a união foi a prova do amor do seu filho por Carolina.

Ou seja, mesmo tendo um discurso em que o amor foi priorizado, é significativo o fato de Macedo construir uma estória em que ambas as famílias concordassem com a união. O próprio momento em que os jovens puderam se encontrar - uma reunião familiar com convidados restritos - parece mostrar que o autor apesar de defender a escolha do cônjuge pelos filhos, limitava essa escolha às possibilidades aceitáveis pela família. Caberia, portanto, aos pais a responsabilidade de orientar a escolha dos filhos.

A segunda mais importante personagem feminina do romance *A Moreninha* é a avó de Carolina, Dona Ana. Essa é descrita como uma senhora “de espírito e de alguma instrução”, viúva de sessenta anos que vive com a neta na “ilha de...”, nos arredores da Corte e, por ser viúva, administra praticamente sozinha a chácara em que vive. Conta com a opinião do neto, Fabrício, para as tomadas de decisões, mas no romance fica claro que o poder de mando a ela pertence.

A esse respeito Stein mostra que até 1890 o direito civil no Brasil foi regido pelas Ordenações Filipinas, segundo a qual o marido era a “cabeça do casal”, a mulher só poderia vir a ocupar essa posição quando da morte do marido²¹.

²⁰ Silvia Maria Jardim Brügger, “Valores e Vivências Matrimoniais : O Triunfo do Discurso Amoroso (Bispado do Rio de Janeiro, 1750 – 1888)”, Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

²¹ Ingrid Stein, *Figuras Femininas em Machado de Assis*, pp. 27-28.

Em um estudo em que analisa a tradução de Nísia Floresta do livro de Wollstonecraft, Maria Lúcia G. Pallares-Burke afirmou em nota que Macedo “que no seu *A Moreninha* via a leitura de Mary Wollstonecraft por Carolina com certa simpatia(...) parece ter, com o tempo, recuado para uma posição mais explicitamente antifeminista. Seu livro, *Mulheres Célebres*(...) é disso um exemplo”²². Discordamos da autora e tentaremos mostrar que se em *A moreninha* Macedo preocupava-se com os direitos das mulheres, nos livros posteriores ele desenvolve argumentos em prol da modificação da educação feminina, sendo favorável à extensão da instrução da mulher e até mesmo a profissionalização desta, que defende em *Mulheres Célebres*.

Em 1845, apenas um ano após *A Moreninha*, Macedo publica um outro romance, *O moço loiro*, no qual critica o direcionamento da educação feminina através da criação de duas protagonistas com modelos de educação diferentes. Esses dois modelos foram apresentados pelo autor como formas encontradas pelos pais das protagonistas para protegê-las dos males advindos da sociedade de corte, a saber: a falsidade das amizades nos salões; a lisonja, que leva à vaidade, que por sua vez leva à ambição; a tentativa de sedução por parte dos pretendentes interessados no dote e os efeitos da sedução na mulher perdida.

Honorina e Raquel eram primas, ambas ricas, uma criada na Corte e outra no campo, que diferentemente do padrão de educação da época, receberam instrução além do ensino elementar, como podemos perceber pela fala de Raquel:

“Ambas temos dezesseis anos; mas tu és muito mais nova que eu. Nossos pais nos amam com amor igual, quiseram ambos dar-nos maior felicidade possível; ricos, como são, desejaram que nós tivéssemos todas as prendas peculiares ao nosso sexo, e mais ainda, que nosso espírito fosse afincadamente

²² Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, *Nísia Floresta, O carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*, São Paulo, Hucitec, 1996, p.192, nota 44.

cultivado; de modo que nós adquirimos o dobro de instrução, que soem ter nossas patricias com a educação ordinária.”²³

Em comum, as protagonistas do romance tinham a educação esmerada, “o dobro” da “educação ordinária”, e isso o autor apoiava. Porém, a instrução não é vista pelo autor como suficiente para preparar a mulher para a vida em sociedade, é necessário orientação dos pais. Neste caso, qual o direcionamento desta educação? Ficamos mais uma vez com a fala de Raquel, referindo-se à Honorina, a prima do campo:

“Nós trilhamos caminhos completamente opostos: começarei por ti, Honorina. Tu tinhas um avô (...) homem do século passado, que chegara até o nosso com todas as velhas idéias firmes e inabaláveis. Ele combateu a vontade de teu pai(...) e para que este conseguisse ver-te instruída, foi preciso conceder que toda a instrução te fosse dada debaixo dos olhos do teu avô. Esse bom velho via o mundo cheio de mentiras e traição(...) e tremendo pelo seu querido anjo (...) ele te escondeu dos homens(...) e aos quinze anos eras bela, sem saber que o eras; alegre, sem conhecer o mundo(...) porque enfim nunca se havia queimado a teus pés o turíbulo lisonjeiro dessas reuniões perigosas, onde reina uma febre de vaidade tão fatal como contagiosa(...)graças à tua educação, tu és a própria virtude, não conheces o vício; mas ah! Por isso mesmo dificilmente escaparás de suas redes!...”²⁴

Vejamos agora a educação que recebera Raquel, a prima da Corte:

“meu pai viu, também medroso, o mundo cheio de mentiras e traições(...) mas em lugar de esconder-me dos homens, levou-me para o meio deles(...) conduziu-me à borda dos abismos, e fez-me medir com os olhos o seu fundo até recuar horrorizada!...Portanto, Honorina, tua educação te faz muito mais nova do que eu; eu vi o mundo desde que raciocinei, e tu agora ouviste falar dele; tu temes o vício pelos teus espinhos, oh! Honorina, é preciso temê-lo ainda mais pelas suas flores!...”²⁵

Ao tentar abrir os olhos de suas leitoras, mostrando o quão fugazes eram as relações estabelecidas nos bailes e salões, pode nos parecer que Macedo defendia o tipo de educação

²³ Macedo, *O moço loiro*, Rio de Janeiro, Tecnoprint Gráfica S.A., s.d., p.58.

²⁴ *Ibid.*, pp.58-59.

dada a Raquel, a qual a preparara para fugir das armadilhas do mundo cortesão. Entretanto, Macedo, na posição de narrador onisciente, também discorda dessa orientação educacional, desse modo conclui:

“A educação tinha arrojado essas moças para dois extremos, ambos perigosos. Uma acostumada a ouvir com santo amor filial todos os conselhos de seu pai desde os primeiros anos; afeita a olhar o mundo sempre pelo lado pior; tendo aprendido a amar a virtude, menos pelo encanto desta, do que pelo horror, que deve inspirar o vício (...) abafou(...) dentro do coração os sentimentos brilhantes, arrojados e ardentes, próprios da sua idade. (...) A outra, criada longe do bulício da sociedade (...) sonhou com um mundo...com cem amigas, com um belo mancebo...(...) pensava em amor (...) separava desse ente ideal (...)toda idéia material e bruta...”²⁶

Ou seja, se Honorina, devido a uma excessiva ingenuidade, não fora preparada para enfrentar as mazelas sociais, podendo tornar-se presa fácil de sedutores e interesseiros, Raquel também não fora preparada para o casamento, desconfiada de tudo e de todos, perdera a sua sensibilidade, não acreditando na existência do amor. No final da trama, a virtude de Honorina é preservada graças ao auxílio de Raquel, mas, esta, devido à sua criação não encontra o seu par amoroso.

O que fica claro na criação dessas personagens era que ainda que criticasse a educação de clausura dos tempos coloniais, Macedo também não concordava com a educação voltada apenas para as prendas de salão, ambiente que incentivaria a vaidade e a falsidade, corrompendo moralmente a mulher.

O mesmo teor da crítica à sociedade de Corte está presente no romance *Vicentina*, escrito em 1853 e ambientado em 1847. Nele, Macedo narra a história de Vicentina, uma moça a quem, por uma deficiência de formação moral de seus pais, não foi ensinada a se

²⁵ Ibid., pp. 60-61.

²⁶ Ibid., p.65.

defender do ambiente nocivo das festas. A família de Vicentina, deslumbrada com o luxo das festas deixa-se corromper por aquele ambiente, levando a filha, recém saída da infância, a freqüentar o mesmo ambiente:

“ Os pais(...) não se lembraram de que uma menina inocente e ingênua corre verdadeiros perigos no meio das lisonjas, das intrigas, das mentiras, e das seduições, que nas salas de um baile penetram nos corações com o ar que se respira! Levaram-na pois consigo e abandonaram-na quase sem defesa à embriaguez dessas festas e desses prazeres, em que se pode, sim, conservar a virtude, mas onde quase nunca se conserva a inocência!” ²⁷

Através desta citação vemos que Macedo estabelece uma diferenciação entre “mocência” e “virtude”, em que para que fosse inocente a moça deveria desconhecer o mundo imoral enquanto que para que fosse virtuosa ela deveria conhecer esse mundo sem, entretanto, se deixar influenciar por ele.

Para o autor, para que uma moça pudesse freqüentar os ambientes das festas, tão comuns na Corte, ela precisaria ser, primeiramente, orientada pelos pais para que soubesse diferenciar as verdades das mentiras, deveria ter uma sólida formação moral para não se deixar influenciar pelo meio. Como os pais de Vicentina não eram exemplos de moral, também não souberam educar a filha para que esta soubesse preservar sua “virtude” .

O resultado é que Vicentina foi seduzida, dopada e deflorada, com a cumplicidade de Fabiana, que se dizia sua amiga. Já “perdida” e grávida, Vicentina é obrigada a se afastar da sociedade, até o momento em que se vê obrigada a aparecer, com o intuito de impedir que o seu “sedutor” fizesse outra “vítima”. Nas palavras de Tânia Serra, em *Vicentina* a temática é a da “heroína pecadora redimida pelo sofrimento”²⁸.

²⁷ Macedo, *Vicentina*, São Paulo, Melhoramentos, 1965, p.304.

²⁸ Serra, Joaquim Manuel de Macedo ou Os Dois Macedos- *A Luneta Mágica do II Reinado*, p.68.

Mas para que uma sociedade seja moralizada, não era só a educação feminina que deveria ser levada em conta. Neste romance, o “sedutor” é um rapaz que não tivera acesso a uma educação moral por parte dos pais. Segue-se a descrição de Frederico:

“Tendo perdido seus pais quando sua educação estava apenas em meio, e havendo recebido de herança uma pequena fortuna, esse homem votou as horas que devia consagrar ao trabalho, somente ao jogo, aos prazeres menos lícitos e a toda espécie de devassidão; dentro em pouco adquiriu uma celebridade vergonhosa, e todos o apontavam como um sedutor.”²⁹

Esse romance teve direito a uma crítica extremamente favorável, escrita nas páginas da *Guanabara*, assinada por J.C.F.Pinheiro:

“O plano é simples e de suma moralidade: é uma lição dada às moças para que aprendam a se preservar das serpentes, que se introduzem por entre as flores, que sussurram aos seus ouvidos palavras fementidas(...) Em resumo: a *Vicentina* é (...) um romance cuja leitura recomendamos às nossas jovens compatriotas como um poderoso antídoto contra o veneno corrosivo da sociedade em que vivemos.”³⁰

Em *Vicentina*, Macedo mostrou a triste estória de uma jovem decaída devido às intrigas cortesãs e, ainda que arrependida, uma vez “perdida” não mais teria condições de pertencer à sociedade.

Em 1861, Macedo publica outro romance com a mesma temática, *Veneno das Flores*³¹. Só que neste, a crítica social é ainda mais contundente, pois a culpa da sedução deixa de pertencer somente à vítima e a sua família, para pertencer a toda sociedade, que bane a vítima e acolhe o sedutor. Neste romance, Macedo narra a estória de Juliana, uma moça que depois de seduzida, preferira a morte a casar-se com um rapaz de bem a fim de

²⁹ *Vicentina*, p.305.

³⁰ J.C.F.Pinheiro, “*Vicentina*” in *Guanabara*, tomo III, n.1, 1855, pp.17-20.

³¹ Macedo, *Veneno das Flores*, São Paulo, Livraria Martins Editora, s.d.

limpar a sua desonra. O autor não era favorável ao suicídio, mas afirma que se este ocorrera foi por Juliana ter sido vítima da sociedade:

“Admitindo-se mesmo que o suicídio seja sempre um ato de loucura, é fácil provar que a depravação dos costumes e uma educação defeituosa e ruim podem levar o homem, por um caminho em cujo termo não poucas vezes a razão chegue a alienar-se, e o abismo do suicídio abra-se para receber o desesperado(...) a história de cada suicida é a história íntima dos vícios que corrompem a sociedade”³²

Vejamos, qual a educação recebida por Juliana:

“Ela era o que a educação que lhe haviam dado a tinha feito. Filha única, foi objeto de idolatria para seus pais; desde criança suas vontades e caprichos foram leis de amor no seio da família (...)”³³

Além disso, Juliana também fora instruída:

“Seu pai deu-lhe mestres que abrilhantaram-lhe o espírito, e ensinaram-lhe bastante para que ela aos quinze anos se pudesse reputar mais instruída do que em geral o são as senhoras”³⁴

Macedo chama a atenção para a falta da educação moral na educação feminina, entendida como uma moral religiosa. Para o autor a instrução era necessária, porém não era o suficiente:

“O pai de Juliana era um homem ilustrado, mas discípulo da escola de Voltaire(...) não querendo compreender que esse gigante demolidor misturou em suas doutrinas grandes verdades com funestos erros; que em sua gloriosa guerra contra o fanatismo foi em arrojo atacar também a pureza da religião; que no seu facho de civilizador incendiário havia fogo do céu e fogo do inferno; o pai de Juliana enregelou o coração de sua filha com um horrível ceticismo que nele plantou.”³⁵

³²Ibid., p.487.

³³ Ibid., p.490.

³⁴ Ibid., p.490.

³⁵ Ibid., p.490.

A falta da educação religiosa, fez com que Juliana se encantasse com o mundo da sociedade, tornando-se vaidosa e ambiciosa de riquezas³⁶. A ambição por riquezas fez com que Juliana se deixasse seduzir pelo filho de um rico negociante, que a pedira em casamento. Após se entregar ao sedutor, Juliana descobriu que este estava comprometido com uma moça rica, com quem se casaria dentro de dois meses. Exposta a situação do romance, Macedo critica severamente a sociedade:

“Na sedução a seduzida é a vítima, o sedutor é um algoz. E entre a vítima e um algoz, a equidade, a generosidade e a moral não podem hesitar. (...) A sociedade que se chama boa, a sociedade que pune a vítima, abraça o algoz; a sociedade que repele a mulher seduzida, festeja o sedutor!...Não é moralizada uma tal sociedade; não e não.”³⁷

E nessa sua crítica, acaba por demonstrar a idealização de uma sociedade menos centralizada no ponto de vista masculino:

“É uma sociedade injusta e cruel, escrava da tirania dos homens, corrompida e ignóbil. O crime é sempre um crime, seja ele praticado por um homem, como por uma mulher.”³⁸

A mulher no romance político

Em 1868, Macedo publica um livro bastante diferente daqueles em que tratava de histórias românticas. Mas também nele há uma personagem feminina que se sobressai. *Memórias do Sobrinho do Meu Tio*³⁹ é um romance político publicado em 1869, no qual o

³⁶ Ibid., p.497.

³⁷ Ibid.,p.520.

³⁸ Ibid.,p.520.

³⁹ Joaquim Manuel de Macedo, *Memórias do Sobrinho do Meu Tio*, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1995. Este romance é continuação de *A Carteira do meu tio*, publicado em 1855.

autor narra a trajetória de um político carreirista que recebera uma herança do tio, o “sobrinho do tio”. Neste livro são claras as suas críticas aos políticos brasileiros e às suas formas de ascensão social, como, por exemplo, o casamento. A esse respeito, Mattos ressaltou a importância do casamento como um meio de se realizar alianças entre as grandes famílias e, dessa forma, garantir a separação entre a classe de representantes e a de representados⁴⁰.

A principal personagem feminina do romance, Chiquinha, é a sobrinha do tio que recebera a herança juntamente com o seu primo. A estória trata do casamento dos primos como uma aliança econômica e social para alcançarem a riqueza e o “status” desejados por ambos. Ou seja, neste livro o casamento entre os primos não pode ser enquadrado nem no casamento por amor, nem nos relativos à alianças familiares a contragosto dos noivos. Este casamento ocorreria por vontade dos próprios noivos de juntarem suas heranças.

Se em *A Moreninha*, Macedo descrevia personagens instruídas e inteligentes e fez, ao citar Mary Wollstonecraft, uma propaganda em relação às idéias feministas, em *Memórias do Sobrinho do Meu Tio*, tanto o caráter propagandístico da obra em relação ao direcionamento da educação feminina quanto as críticas ao sistema patriarcal brasileiro são muito mais contundentes. É o que se pode notar através do parágrafo abaixo, onde o autor descreve a situação social da mulher nos diferentes estágios da sua vida:

“Que diabo é a mulher na nossa sociedade?

Moça solteira é uma boneca, com que se brinca: diverti-nos, tocando ao piano, e dançando conosco na sala, e se não é simplesmente boneca, é uma infeliz que começa a desmoralizar-se passeando a conversar com desmiolados, que pensam ser cortesia namorar com todas as moças.

⁴⁰ Mattos, *O tempo saquarema*, p.188.

Jovem casada calcula o futuro pela lua-de-mel e no fim de quatro ou seis meses se desengana, e passa as noites a chorar desenganos, enquanto o marido aplaude e namora as ninfas do Alcazar.

Esposa e mãe de família é a mais graduada escrava da casa; às vezes dizem que ela é rainha; mas é rainha que tem por cetro a chave da dispensa.

Esta é a regra geral, e eu tenho o maior prazer em dar parabéns às exceções, que as há sem dúvida.”⁴¹

Através dessa passagem podemos perceber a explícita crítica do autor em relação à situação da mulher na sua sociedade. Além disso, podemos perceber como, implicitamente, o autor representa o casamento como um dos alicerces dessa sociedade. Isso fica claro se notarmos que, nesta passagem, o autor apresenta o casamento como a única possibilidade de modificações na vida de uma mulher no decorrer de sua vida.

A esse respeito, Bernardes notou, ao trabalhar com romances de diversos autores contemporâneos de Macedo, que o principal fator de distinção das personagens femininas da elite nos romances é justamente as situações sociais ligadas ao estado civil e à família⁴². As personagens poderiam mudar de situação social através do casamento ou do enviuvamento. De acordo com Bernardes, a única personagem feminina da elite que possuía uma estabilidade no decorrer de toda a trama seria a personagem da mundana. Esse seria por exemplo o caso da personagem de uma cortesã criada por Macedo em *As Mulheres de Mantilha*, que veremos mais adiante.

Em *Memórias do Sobrinho do Meu Tio*, Macedo trata da influência da mulher no casamento, na sociedade, nos negócios e na política, contrapondo-se à idéia da inferioridade da mulher em relação ao homem. Neste romance o autor descreve o casamento como uma forma de ascensão social para a mulher, o que pode ser percebido em dois momentos

⁴¹ *Memórias do Sobrinho do Meu Tio*, p.105.

⁴² Bernardes, *Mulheres de Ontem?*, p.47.

distintos do livro. O primeiro deles é o episódio do casamento de Chiquinha com o seu primo. Apesar de capaz e de possuir uma boa herança, para que Chiquinha pudesse vir a realizar os seus desejos era necessário estar casada, pois, desse modo, ela poderia agir através da sua influência sobre o marido.

O segundo deles é o episódio em que o Sobrinho do Tio desconfia de uma aliança com um político de nome Bisnaga, pelo fato deste possuir uma filha solteira de 40 anos⁴³. A ironia com que Macedo descreve uma moça solteira de quarenta anos nos revela como o celibato era mal visto na sociedade da época. De acordo com Stein⁴⁴ isso se justifica pelo fato da sociedade da época estar fundada numa ordem que tinha por base o casamento e a família. Nesse sentido, permanecer solteira significaria nunca possuir uma vida minimamente independente, estando sujeita sempre ao domínio paterno, ou ainda a uma vida desprovida de função social, já que o papel feminino dentro da casa seria sempre desempenhado pela mãe.

Ou seja, se tanto para a mulher quanto para o homem o casamento representava uma forma de ascensão social, para a mulher essa era a única forma de ascensão, já que não havia a possibilidade de exercer atividades em que o seu mérito pessoal pudesse ser destacado, como havia para o homem.

A descrição de Chiquinha é de uma jovem que tivera a mesma educação do primo, entretanto, era mais inteligente, mais astuta e, por isso, mais influente que aquele. Era, portanto, capaz de planejar, de articular alianças e, principalmente, de dissimular. Desse modo é descrita por Macedo como:

⁴³ Macedo, *Memórias...*, p.319.

⁴⁴ Ingrid Stein, *Figuras Femininas em Machado de Assis*, pp. 30-31.

“Maquiavel metido em saias de balão”⁴⁵

A perspicácia de Chiquinha era tanta, que no momento em que a vaidade fez com que tivesse o desejo de tornar-se baronesa, ela foi capaz de tramar uma queda de Gabinete, através de intrigas nos salões freqüentados pelos políticos do Império. É então descrita pelo narrador onisciente como:

“A Talleyrand feminina”⁴⁶

Entretanto, após descobrir que seu marido a estava traindo no “Alcazar”, Chiquinha volta atrás nos seus planos de baronato.

Claro está que Chiquinha não era um personagem exemplar, no sentido de que sua moral pudesse ser copiada. Entretanto, cabe notar que em relação à capacidade intelectual, a personagem Chiquinha não fora construída como uma exceção entre as mulheres, pelo contrário; nesse romance Macedo descreve a mulher com uma maior capacidade de observação do que o homem. Entretanto, para que essa capacidade fosse desenvolvida seria necessário instrução. Nesse sentido, a obra parece ser uma verdadeira propaganda para que os senhores incentivassem a educação feminina, de modo a terem na sua esposa uma poderosa aliada.

Porém, se por um lado o livro funciona como uma propaganda para a educação feminina, já que a mulher não é descrita como inferior ao homem, por outro lado há nele uma forte crítica ao direcionamento desta educação. Macedo parece criticar a educação

⁴⁵ Macedo, *Memórias...*, p.132.

⁴⁶ *Ibid.*, p.510.

feminina de total submissão ao homem, a qual, segundo transparece no romance, seria inútil, como podemos perceber através da passagem:

“não há vigilância masculina que se equipare à astúcia de uma mulher”⁴⁷

Nesta passagem percebemos que o autor representa a mulher como sendo mais astuta do que o homem, por isso a vigilância não dá conta de controlar a mulher. O autor parece querer mostrar que a única forma de controle é através de uma educação moralizadora.

Nesse sentido, Macedo critica a educação em que são alimentados hábitos fúteis e ambiciosos. Estão presentes nessas críticas uma tentativa de moralização da sociedade brasileira como um todo, não só em relação à mulher como também em relação à moral masculina. Isso porque o que fez com que o Sobrinho do Tio não conseguisse o ministério tão desejado foi o desrespeito à esposa com a sua visita ao “Alcazar”⁴⁸. Esse episódio serve também como um exemplo da representação, neste romance, da superioridade moral da mulher em relação ao homem, ainda que, devido à ambição, nenhum dos dois personagens fossem exemplos morais. Entretanto, mesmo ambiciosa Chiquinha era fiel ao seu marido.

Retomando a classificação, estabelecida por Maria Thereza Bernardes e exposta anteriormente, percebemos que a posição de Macedo, contida em *Memórias do Sobrinho*

⁴⁷ Ibid., p.508.

⁴⁸ O Alcazar ou Alcazar Francês foi fundado em 1862 e depois foi denominado Teatro Lírico Francês, nele se apresentavam dançarinas francesas, que vieram substituir as mulheres açorianas na prática da prostituição. Ver Frédéric Mauro, *O Brasil no Tempo de Dom Pedro II*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p.232. Para Macedo, o Alcazar era verdadeiro foco de desmoralização: “Maligna foi sob todos os pontos de vista a influência do Alcazar, venenosa planta francesa que veio medrar e propagar-se tanto na cidade do Rio de Janeiro. O Alcazar, o teatro dos trocadilhos obscenos, dos cancãs e das exibições de mulheres seminuas, corrompeu os costumes e atizou a imoralidade. (...) Determinou a decadência da arte dramática e a depravação do gosto.” in *Memórias da Rua do Ouvidor*, Brasília, Ed.UnB, 1988, p.112.

do Meu Tio, se assemelharia à dos autores do IV grupo, no sentido de que a mulher educada poderia ser uma forte aliada do marido para o engrandecimento de ambos.

A mulher no romance histórico

*As Mulheres de Mantilha*⁴⁹ é um romance histórico publicado em 1870 por Macedo, onde o autor, diferentemente dos outros romances aqui analisados, narra várias histórias diferentes, todas girando em torno das atitudes do personagem Alexandre Cardoso, oficial-de-sala do Vice-rei Conde Álvares da Cunha. Por narrar várias histórias, onde estão presentes personagens de diferentes classes sociais, esse romance é o que nos fornece mais elementos para percebermos a sociedade como um todo na visão de Macedo.

Utilizando como pano de fundo a sociedade colonial, a principal história narrada por Macedo, neste romance, é de uma jovem perseguida pelo déspota Alexandre Cardoso.

Apesar de a narrativa se passar no século XVIII, de 1763 a 1767 (período do governo do Conde da Cunha), esse romance é essencial para a nossa pesquisa. Isso é possível não só pelo fato de Macedo, escrevendo *a posteriori*, pretender mostrar o progresso da sociedade do século XIX em relação ao XVIII, como também pelo fato de que, sendo um romance histórico, o autor tem a intenção de ser muito mais explicativo, o que faz com que as suas opiniões a respeito da sociedade sejam mais explícitas.

É interessante perceber como nesse livro estão presentes temas iluministas tais como: a crítica ao despotismo, a noção de progresso da humanidade, a defesa da educação

⁴⁹ *As Mulheres de Mantilha*, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1965.

e da liberdade de expressão, a crítica ao enclausuramento feminino e a desvalorização da nobreza de sangue em prol da valorização da nobreza de “espírito”.

A personagem perseguida por Alexandre Cardoso, com a qual este pretendia casar-se, chama-se Inês e é descrita como a filha mais nova de um rico comerciante, Jerônimo Lírio, que enriquecera através de seu próprio trabalho e da fidelidade ao seu patrão.

Descrito como uma pessoa íntegra, mas de costumes austeros, Jerônimo Lírio deixara a educação das filhas Irene e Inês sob a responsabilidade da mãe. A educação das garotas é descrita por Macedo:

“(...) a mãe educou as filhas no sacrário do lar doméstico; ensinou-lhes quanto sabia, a rezar, a coser, e abordar, a tocar o cravo e a guitarra, a dançar o minuete, e danças do tempo, a preparar delicadíssimos doces, a governar a casa e nada mais; não sabendo ler, deixou-as na mesma triste ignorância.”⁵⁰

Através dessa passagem podemos perceber, claramente, que o autor não concordava com a educação feminina que se baseava apenas no ensinamento de prendas domésticas. Neste mesmo romance, ao versar sobre os casamentos arranjados pelos pais, Macedo mostra a importância da leitura para a liberdade individual da mulher. O autor vai mais além, afirmando que o padrão da educação feminina do século XVIII era aquele onde o ensino das letras não era incluso, tendo como função manter a submissão da mulher. Esta tese do autor pode ser percebida através do seguinte trecho:

“(...)no século passado eram freqüentes os casamentos feitos assim, e não havia quem se lembrasse de censurar essa prática absurda e muitas vezes fatal; especialmente na nobreza e no comércio rico a autoridade dos pais não queria reconhecer limites, e amesquinhava até o extremo a condição da mulher que, aliás, era educada com o preciso cuidado para não revoltar-se

⁵⁰ Ibid., p.32.

contra a inaudita prepotência; basta lembrar que era de regra que as filhas não aprendessem a ler e ainda menos a escrever.”⁵¹

Vale ressaltar que tanto a leitura quanto a escrita são descritas pelo autor como práticas que poderiam minar uma educação de clausura.

Com relação à visão da leitura pela mulher como algo subversivo, Ingrid Stein cita em seu trabalho a opinião de um higienista do século XIX, que aconselhava aos pais a proibição da leitura de romances e folhetins pelas moças na puberdade por “falsificar o entendimento das meninas, e apartá-las dos deveres que a natureza e a sociedade impõem ao sexo”⁵². Se pensarmos no romance como um instrumento poderoso de difusão de idéias, veremos o quanto o romantismo pode ter sido subversivo ao questionar as práticas matrimoniais vigentes, pregando normas conjugais que tinham por base o amor e não a aliança entre famílias.

Pelo mesmo motivo a escrita, se aprendida pela mulher, poderia ser uma prática perigosa para o controle do poder familiar sobre as filhas, já que facilitaria encontros, namoros e compromissos sem a autorização dos pais. Tanto em *A Moreninha* quanto em *As Mulheres de Mantilha* há descrições de várias personagens que eram pagas para entregar bilhetes, o que parecia ser uma prática comum na sociedade do século XIX.

Com o intuito de mostrar o progresso nos costumes, Macedo descreve o “atraso e a rudeza da sociedade do Rio de Janeiro”⁵³, cuja arquitetura era pensada para enclausurar as famílias, permitindo às mulheres verem sem serem vistas. Isso se deveria, segundo o autor, aos costumes dos portugueses que:

⁵¹ Ibid., p.31.

⁵² José Tavares de Mello, *Considerações sobre a higiene da mulher durante a puberdade, e aparecimento periódico do fluxo catamenial*, apud Ingrid Stein, *Figuras Femininas em machado de Assis*, pp. 45-46.

“conservavam no sangue os germes de turvo ciúme mourisco, que rouba a mulher à admiração e aos cultos dos homens e a condena à escravidão do zelo brutal”⁵⁴

Além da família de Jerônimo Lírio, outra personagem significativa, para o entendimento do ideal de educação feminina difundida pelo romancista, é a da cortesã Maria de... . Essa é descrita como uma mulher inteligente e instruída, descendente da mais alta nobreza que, por capricho e por revolta, virara amante do Conde de Bobadela e, depois, uma cortesã.

A estória de Maria de...é de uma mulher que, por pertencer a nobreza, recebera o mais alto grau de instrução feminina da sua época e , apesar disso, abandonara a sua condição de nobre, tornando-se uma mundana. A causa da modificação da personagem teria sido uma decepção amorosa. Aos quinze anos de idade, Maria se apaixonou por um rapaz pobre, pouco mais velho do que ela, tendo sido obrigada por seus pais a se separar dele devido à condição social do rapaz. Aqui, assim como em *A Moreninha*, Macedo está a defender o casamento por amor, mostrando que conseqüências funestas poderiam ter a proibição da escolha do cônjuge por parte dos nubentes.

Por outro lado podemos ver nessa estória, mais uma vez, a tentativa de moralização da sociedade feita por Macedo. O autor defende tanto a instrução feminina quanto o ensinamento de uma moral que não alimentasse nas mulheres o capricho e a vaidade.

Nesse ponto, devemos ressaltar que uma boa moral, para o autor, não era privilégio da elite. Afinal de contas Maria de... era nobre, enquanto que Emiliania - uma

⁵³ Macedo, *As Mulheres de Mantilha*, op. cit., p.25.

⁵⁴ Ibid., p.162.

personagem que fora vítima de um estupro por parte de Alexandre Cardoso -, descrita como uma “bonita rapariga de côr, que tinha pretensões a viver muito honestamente”⁵⁵ era filha de um carpinteiro.

Ao utilizar a palavra “pretensão”, Macedo parece querer denunciar o fato de que, mesmo possuindo uma boa moral, a uma mulher pobre era praticamente negada a possibilidade de uma vida “honesta”, nos padrões da elite. A esse respeito, Ingrid Stein mostra que pelo fato de as mulheres da elite terem de permanecer virgens até o casamento, o contato sexual dos homens da elite se dava com escravas e mulheres pobres⁵⁶. Além do que, até o final do Império, o casamento formalizado pela Igreja permanecia como privilégio da elite.

Outra crítica fundamental em relação ao casamento e à educação feminina, presente nesta obra de Macedo, refere-se à existência de casas de recolhimento feminino. Há um trecho do romance em que o personagem Jerônimo Lírio pensa em salvaguardar a honra de sua família, internando-as no Convento da Ajuda, caso viesse a faltar. Desse modo, Macedo descreve essas instituições:

“(...) instituições de casas de recolhimento forçado para muitas esposas e filhas, verdadeiros cárceres em que a vontade dos pais e dos maridos tinham recurso seguro, que servia à sua prepotência.

Realmente a época não era lisonjeira para o belo sexo, que desde alguns anos, ressentido e desgostoso, aproveitava então o sentimento geral de reprovação do governo do conde da Cunha, e tomava parte considerável na oposição de murmurações e de acerbas censuras.”⁵⁷

⁵⁵ Ibid., p.81 [grifo nosso].

⁵⁶ Ingrid Stein, *Figuras Femininas em Machado de Assis*, p.23.

⁵⁷ Macedo, *As Mulheres de Mantilha*, op. cit., p.184. Sobre as práticas de reclusão ver Leila Mezan Algranti, *Honradas e Devotas: mulheres na Colônia*, Rio de Janeiro: José Olympio/ Brasília:Edunb, 1993.

Através dessa passagem também podemos perceber que a representação que Macedo faz da mulher é a de alguém a quem, mesmo tendo sido negado o direito à instrução, é capaz de tomar decisões políticas.

A função social da mulher nas obras de encomenda

Em *Noções de Corografia do Brasil*- obra não ficcional de Macedo escrita em 1873 e que já trabalhamos no primeiro capítulo desta dissertação-, há no capítulo “Civilização e População” um item especialmente dedicado à mulher brasileira. Neste documento, Macedo explicita suas opiniões sobre a educação feminina e sobre o papel da mulher na sociedade que, como vimos, era tema recorrente de seus romances.

Primeiramente, qual a intenção de Macedo, escrevendo sobre a nação, chamar a atenção para a mulher brasileira? Ao que parece mostrar a superioridade moral desta e sua influência sobre o cidadão:

“Fora imperdoável olvido por termo à matéria deste capítulo sem ter por breves momentos considerado também a mulher ; a mulher que na condição de mãe exerce tão considerável influência na civilização e no futuro das nações.”⁵⁸

Ao mesmo tempo, Macedo parecia tentar defender o Brasil das críticas de viajantes, nas quais era lugar comum criticar o enclausuramento e a falta de instrução da mulher brasileira. Com o intuito de fazer esta defesa, ele escreve:

“Os antigos, anacrônicos e opressivos costumes portugueses, que faziam trazer as senhoras, mães e filhas, segregadas à sociedade, encerradas no seio do lar doméstico, só visíveis pelos parente e amigos de escolhas, e

⁵⁸ *Noções de Corografia do Brasil*, p. 208.

apenas adivinhadas nas Igrejas e nos espetáculos públicos através de suas ricas ou simples mantilhas(...) esses costumes rudes do cativo da mulher, a quem em regra o pai designava o marido, estão desde muito condenados no Brasil, onde nas capitais e nas cidades vive-se, pratica-se e observa-se em relação às famílias, e às senhoras os mesmos preceitos de boa, acessível e esmerada sociedade”⁵⁹

Vemos, portanto, a intenção de Macedo de mostrar o “estado de civilização” a que chegava o Brasil. Mas será que Macedo acreditava nessa “esmerada sociedade”? Esses elogios são contraditórios em relação ao que o autor vinha criticando nos romances: a vaidade, a luxúria e as relações interesseiras da sociedade cortesã.

Para melhor entendermos como Macedo via a sociedade vamos recorrer a uma carta escrita em 1865, dirigida “a um amigo”:

“(…)nenhum dos pretendidos homens de Estado valem uma letra do alfabeto(...) e algumas raríssimas exceções nada podem fazer contra a corrente da desmoralização. Mas ao menos é positivo(...) que temos no povo incrível patriotismo(...) nossos teatros vão cada vez pior, e não há esperança de regeneração”⁶⁰

Em outra carta, esta escrita em 1876, vemos que a desilusão de Macedo com a situação social e moral do país ia aumentando.

“O nosso Brasil vai mal: a desmoralização aumenta e propaga-se de modo a fazer medo! Pode-se fazer idéia da corrupção dos costumes pelos teatros: que teatros!...já aí não há: há espetáculos repugnantes com mulheres seminuas e a palavra sem pudor faz o encanto das platéias!...(…) Tudo está prostituído! ...eu que fui sempre e sou liberal, já disse isso a júri no nosso país! (...) Creio que aí em Portugal as coisas não são menos feias, que toda a Europa se acha mais ou menos afetada do mesmo

⁵⁹ Ibid., p.210.

⁶⁰ Carta de Joaquim Manuel de Macedo a um amigo, Rio de Janeiro, 5 de março de 1865. Creio ser esse amigo Manuel de Araújo Porto Alegre, devido ao seguinte comentário na carta “Já sei que o seu Colombo está pronto. Quando aparece impresso?”, sendo *Colombo* o nome de uma obra de Porto Alegre.

mal (...) pois se já não há fé em Deus, e se a zomba de quem acredita na eternidade!...”⁶¹

Vemos por estas cartas a desilusão de Macedo em relação à sociedade. É por isso que o que o autor diz acerca das mulheres e da sociedade em *Noções de Corografia do Brasil* torna-se tão precioso, pois esse livro funciona como testemunho do que almejava Macedo para a sociedade. Uma sociedade moralizada, com mulheres educadas que soubessem imprimir valores éticos ao cidadão, como podemos perceber através da seguinte passagem:

“É certo que no Brasil a educação dada à mulher ainda não a prepara calculadamente para torná-la da altura intelectual e moral de sua grandiosa função social, como primeira e absoluta diretora do espírito e dos sentimentos, como rainha da infância e alma dos futuros cidadãos, que serão os responsáveis pelos destinos da pátria; mas aonde é que na Europa já se educa a mulher sob este transcendente ponto de vista?...em semelhante assunto o desmazelo brasileiro é o desmazelo europeu.”⁶²

É interessante percebermos que a luta em prol de uma melhor educação para a mulher não era vista pelo autor como cópia do modelo europeu, já que a Europa também ainda não havia alcançado aquele estágio de civilização.

Como forma de desenvolver o sentimento moral nas moças, Macedo escreveu o livro *Mulheres Célebres*, publicado em 1878. Escrito a pedido do Governo Imperial “para uso nas escolas de instrução primária do sexo feminino do Município da Corte”⁶³, como diz a folha de rosto da primeira edição, nele Macedo escreve pequenas biografias de vinte e cinco mulheres através da história. Seriam exemplos de conduta moral a serem seguidos.

⁶¹ Carta de Joaquim Manuel de Macedo a um amigo, Niterói, 19 de junho de 1876.

⁶² Macedo, *Noções de Corografia do Brasil*, p. 210.

⁶³ Macedo, *Mulheres Célebres*, Editora Garnier, 1878.

No prefácio do livro o autor deixa claro as suas intenções e a nobre função da mulher:

“É positivo que ao menos para as meninas de classe superior nas escolas de instrução primária há grande e muito sensível pobreza de livros de leitura que, excitando interesse pela natureza de seus assuntos, sejam fontes de princípios morais, de lições de benemerescências e de virtudes, e apropriados a inteligências já esclarecidas bastante para refletir sobre o que lêem, e consciolosamente aceitar juízos e apreciações dos fatos(...)”

Aqui, como em *A Moreninha*, Macedo ressalta a capacidade de reflexão da mulher.

E vai além, ao comentar no mesmo prefácio os resultados do concurso para professor adjunto para o ensino nas escolas primárias:

“Sem a menor dúvida(...) as jovens candidatas excederam os candidatos do outro sexo (...) demonstrando praticamente que a mulher é pelo menos igual ao homem em capacidade intelectual para o magistério de instrução primária, sendo naturalmente superior, muito superior a ele em capacidade moral e adequada para o ensino e a educação dos meninos na escola primária.”⁶⁴

Neste trecho, Macedo defende a profissionalização feminina, ainda que se referisse apenas ao magistério primário. Para a época esta não poderia ser considerada uma atitude antifeminista, como julgou Pallares-Burke.⁶⁵ Dulcília Buitoni, ao trabalhar com a representação da mulher na imprensa feminina brasileira, mostrou que no século XIX existiam claramente dois posicionamentos bem definidos: o tradicional “que não permite liberdade de ação fora do lar e que engrandece as virtudes domésticas e as qualidades

⁶⁴ Ibid., p.21.

⁶⁵ Citada na página 107 deste capítulo.

‘femininas’”; e o progressista “que defende os direitos das mulheres dando grande ênfase à educação”⁶⁶.

Um exemplo do direcionamento progressista seria o jornal *O Sexo Feminino*, semanário literário, recreativo e noticioso dedicados aos interesses da mulher, de propriedade de Francisca Senhorinha da Mota Diniz que, além de redatora do jornal, era também fundadora e diretora do Colégio Santa Isabel, no Rio de Janeiro⁶⁷. Nele lemos as seguintes reivindicações :

“Queremos a nossa emancipação- a regeneração dos costumes;
Queremos reaver nossos direitos perdidos;
Queremos a educação verdadeira que não se nos tem dado a fim de
que possamos também educar nossos filhos;
Queremos a instrução para conhecermos nossos direitos, e deles
usarmos em ocasião oportuna;
Queremos conhecer os negócios de nosso casal, para bem administra-
los quando a isso formos obrigadas;
Queremos ser companheiras dos nosso maridos, e não escravas;
Queremos saber o como se fazem os negócios fora de casa;
Só o que não queremos é continuar a viver enganadas.

Outro exemplo seria dado no jornal *A Família*, de 1888, propriedade de Josephina Álvares de Azevedo, irmã do poeta Álvares de Azevedo:

“O Brasil atravessa nesse momento uma das fases mais importantes do seu desenvolvimento; Isto é, a generosa propaganda em favor da mulher. Porém se o principal progresso é a educação e só se poderá realizar esse gigantesco passo de tão sublime evolução, com a educação das mulheres. É indispensável educa-la.(...) E não é só isso! : _ A mulher que rodeada de sua família, se instrui pra instruir, que engrandece sua alma para exercer toda a sua influência pela prática das virtudes torna-se digna do respeito dos homens(...)”⁶⁸

⁶⁶ Buitoni, *Mulher de Papel*, pp.28-29.

⁶⁷ Informações biográficas extraídas de Bernardes, op. cit., “Apêndice”, p.194.

⁶⁸ Apud, Buitoni, *Mulher de Papel*, p.31.

O teor desses textos são bastante parecidos com os de Macedo. Neles vemos a defesa da educação feminina tanto como forma de respeito à individualidade feminina quanto como interesse em moralizar a sociedade, através da educação dos filhos.

A comparação da situação da mulher com a escrava também já havia sido denunciada por Macedo, bem como a necessidade da mulher se tornar companheira do marido. Tendo começado a divulgar essas idéias ainda em 1844, está claro que Macedo não assumiu uma postura antifeminista, pelo contrário, divulgou durante toda a sua vida idéias que continuavam sendo proclamadas pela imprensa feminista em datas posteriores à sua morte.

Conclusão

“Mas vós chamais a educação uma segunda natureza, e sabeis que ela tem a força e poder de domar, de corrigir, e de corromper o instinto” (Macedo, Veneno da Flores, p.487).

Com o desenvolvimento dessa dissertação, através da análise dos romances de Joaquim Manuel de Macedo, nos foi possível perceber como o autor tentava convencer o leitor tanto da necessidade da abolição da escravidão, quanto da necessidade da educação feminina para uma formação moral da Nação Brasileira.

Na obra de Macedo, a mulher e o negro brasileiro, aparecem como seres inteligentes e capazes de atuar na sociedade em que vivem, sendo necessário, para essa participação, uma educação voltada para a moral e os bons costumes.

Entretanto há entre esses dois “personagens” uma diferença fundamental. Enquanto que o negro deveria ser educado para que perdesse os seus costumes africanos, considerados nocivos à sociedade brasileira, a mulher deveria ser educada para que tivesse condições, moral e intelectual, de vir a formar o cidadão brasileiro.

A mulher é vista como possuidora, por natureza, de uma moral superior à do homem. A crítica ao direcionamento da educação feminina, feita pelo autor, era pelo fato dessa incentivar a vaidade e a futilidade à mulher, fazendo-a perder o que seria a sua função original: zelar pela moral. O autor pretendia uma educação voltada não só para prendas domésticas, como também para as letras, ou as prendas do espírito, tendo por base uma moral católica.

Em relação à mulher, nos romances de Macedo há vários exemplos de uma moral exemplar, enquanto que em relação à integração do negro na sociedade, o único exemplo é o da família de Emiliania, contido no livro *As Mulheres de Mantilha*, escrito em 1870. Ainda que único, esse exemplo é extremamente significativo, pois retrata uma família de moral exemplar, apesar de serem pobres e mestiços. Sem dúvida o fato do carpinteiro, Marcos Fulgêncio (pai de Emiliania), ser livre pesou na descrição de sua boa moral.

A representação dessa família não destoa das teses presentes nos livros *As Vítimas-Algozes-quadros da escravidão* e *Noções de Corografia do Brasil*.

No primeiro, escrito em 1869, como mostramos no segundo capítulo desta dissertação, Macedo tentava convencer o senhor a abolir a escravidão, defendendo a integração do negro na sociedade através da libertação e da educação. Há nesse livro uma gradação de valores entre o africano e o “crioulo”, através da qual se percebe o peso que Macedo dava ao fator meio ambiente na formação dos homens.

No segundo, escrito em 1873, Macedo faz a defesa da miscigenação, estabelecendo uma hierarquia entre negros da África, “crioulos” e mestiços, estes últimos iguais aos brancos em “capacidade, força e extensão das faculdades intelectuais”. Aqui, ao defender a miscigenação, Macedo acrescenta o fator racial na formação dos homens. Desse modo, o crioulo seria mais inteligente que o africano (mudança ambiental), e o mestiço mais capaz do que o crioulo (mudança racial).

Nesse sentido, a criação dos personagens da família de Marcos Fulgêncio seria uma representação de que suas teses, presentes de forma clara no outros dois livros, poderiam dar certo, já que esse seria o exemplo de uma família de moral exemplar, composta por mestiços - regenerados pela liberdade, pelo ambiente e pela miscigenação.

Apesar de utilizar o fator racial como diferenciador entre “crioulos” e mestiços, essa diferença é atribuída à faculdade intelectual. Do ponto de vista moral, o autor não acreditava em diferenciações raciais, como podemos ver na frase já citada no segundo capítulo dessa dissertação: “ *a sua ingratidão e a sua perversidade [do escravo] não se explicam pela natureza da raça, o que seria absurdo; explicam-se pela condição de escravo, que corrompe e perverte o homem*”¹.

Ao condicionar a moralidade ao fator ambiental, Macedo abria a possibilidade de regeneração da sociedade brasileira, pois esta poderia ser modificada e melhorada em função da educação, que teria o poder de “*domar, de corrigir e de corromper o instinto*”.

Portanto- ainda que marcada por séculos de escravidão- através de um projeto educacional a sociedade brasileira estaria apta ao progresso. Nesse projeto a mulher era concebida como o elemento capaz de regenerar moralmente a sociedade. Para isso ela deveria ser educada e instruída.

¹ *As Vítimas-Algozes*, p.18.

FONTES PRIMÁRIAS

I. Manuscritas:

-*Memorial sobre os negócios públicos dirigidos ao Imperador D. Pedro II por Joaquim Manuel de Macedo*, Rio de Janeiro, março de 1868, Arquivo do IHGB, Lata 333, Pasta 60.

-*Carta de Joaquim Manuel de Macedo a um amigo*, Rio de Janeiro, 5 de março de 1865.

-*Carta de Joaquim Manuel de Macedo a um amigo*, Niterói, 19 de junho de 1876.

-*Carta de Joaquim Manuel de Macedo ao Conselheiro Lopes Neto*, Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1876.

II. Impressas

A- Obras Literárias:

ALENCAR, José de, "O Demônio Familiar" in *Obra Completa*, Rio de Janeiro, Aguilar, 1960.

MACEDO, Joaquim Manuel de, *A Moreninha*, São Paulo, Ed. Ática, 1998, 1ª edição 1844.

_____, *O moço loiro*, Rio de Janeiro, Tecnoprint Gráfica S.A, s.d., 1ª edição 1845.

_____, *Rosa*, São Paulo, Livraria Martins Editora, s.d., 1ª edição 1849.

_____, *Vicentina*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, s.d., 1ª edição 1853.

_____, *Veneno das Flores*, São Paulo, Livraria Martins Editora, s.d., 1ª edição 1861.

_____, *Memórias do Sobrinho do Meu Tio*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, 1ª edição 1868.

_____, *As Vítimas-Algozes - quadros da escravidão*, São Paulo, Ed. Scipione/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1991, 1ª edição 1869.

_____, *As Mulheres de Mantilha*, São Paulo, melhoramentos, 1965, 1ª edição 1870.

B-Periódicos:

- *A Província de São Paulo*, 10 de janeiro de 1880.
- *Minerva Brasiliense*, 1843-1845.
- *O Beija-flor*, vol.1, n.40, 1850.
- *O Guanabara*, 1849-1850.
- *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*- 1842 a 1882.

C-Artigos:

- "Parecer sobre o plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil" in *RIHGB*, vol.9, 1847.
- MACEDO, Joaquim M.de," Relatório do 1º secretário" in *RIHGB*, vol.19, suplemento, 1856.
- _____ "Dúvidas sobre alguns pontos da história Pátria" in *RIHGB*, vol.25, 1862.
- _____ "Discurso" in *RIHGB*, vol.32, II parte, 1869.
- _____ "Discurso" in *RIHGB*, vol 34, 1871.
- _____ "Discurso" in *RIHGB*, vol.41, II parte, 1878.
- TÁVORA, Flanklin, "Discurso" in *RIHGB*, vol.45,1882.

D- Livros:

- ABREU, Capistrano, *Carta à Rio Branco*, de 17 de abril de 1890 apud prefácio de Rodrigues, José Honório à edição de 1953, "Como nasceram os Capítulos de História Colonial", Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, São Paulo, Publifolha/Itatiaia, 2000.
- BLAKE, Sacramento, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893.
- BUENO, José Antônio Pimenta, *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, Senado Federal, Brasília, 1978.
- MACEDO, Joaquim Manuel de, *Ano Biográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1876, 3v.
- _____, *Lições de História do Brasil*, Rio de Janeiro, Domingos José Gomes Brandão, 1863.
- _____, *Memórias da Rua do Ouvidor*, Rio de Janeiro, Ediouro, s.d.

- _____, *Noções de Corografia do Brasil*, Rio de Janeiro, 1873.
- _____, *Mulheres Célebres*, Rio de Janeiro, Garnier, 1878.
- MALHEIRO, Perdigão, *A Escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social (1866-1867)*, Petrópolis, vozes/INL, 1976, II volume.
- MARTIUS, "Como se deve escrever a História do Brasil" in *O Estado do direito entre os autóctes do Brasil*, Belo Horizonte, Ed.Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1982.
- ROMERO, Sílvia, *História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro: José Olympio/Brasília:INL, 1980.
- SILVA, Inocência Francisco da, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, vol.IV, 1884.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e, *Projetos para o Brasil*, São Paulo, Cia das Letras/Publifolha, 2000.
- VARNHAGEN, *História Geral do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos, s.d.

FONTES SECUNDÁRIAS

- ALGRANTI, Leila Mezan, *Honradas e Devotas: mulheres na colônia*, Rio de Janeiro: José Olympio/ Brasília:Edunb, 1993.
- _____, *O Feitor Ausente- Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1988.
- AMORA, Soares, *A Literatura Brasileira, Vol.II, O Romantismo*, São Paulo, Editora Cultrix, 1973.
- AZEVEDO, Célia Marinho de, *Onda negra, medo branco*, São Paulo, Ed.Paz e Terra, 1987.
- BAKHTIN, Mikhail, *Questões de Literatura e Estética- A teoria do romance*, 3.edição, São Paulo, Editora Unesp/Hucitec, 1993.
- BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti, *Mulheres de Ontem? Rio de Janeiro - Século XIX*, São Paulo, T.A. Queiroz, Editor, 1989.

- BROCA, Brito, *Românticos, pré-românticos e ultra-românticos*, São Paulo, Pólis/INL/MEC, 1979.
- BROOKSHAW, David B, *Raça e Cor na Literatura Brasileira*, Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, 1983.
- BUTTONI, Dulcília Helena Schroeder, *Mulher de Papel*, São Paulo, Edições Loyola, 1981.
- BURKE, Maria Lúcia G. Pallares, *Nisia Floresta, O carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*, São Paulo, Hucitec, 1996.
- BURKE, Peter (org.), *A Escrita da História-novas perspectivas*, São Paulo, Unesp, 1992.
- CANDIDO, Antônio, *Formação da Literatura Brasileira: Momentos decisivos*, Vol. II, São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1975.
- _____, *Literatura e Sociedade*, São Paulo, T.AQueiroz/Publifolha, 2000.
- CARPEAUX, Otto M., *História da Literatura Ocidental*, Rio de Janeiro, Editorial Alhambra, 1986.
- CARVALHO, José Murilo de, *A Construção da Ordem*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- _____, *Teatro de Sombras: a política imperial*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- CARPEAUX, Otto Maria, *História da Literatura Ocidental: O Romantismo*, Rio de Janeiro, Alhambra, 1981.
- CASTRO, Paulo Pereira de, "A Experiência Republicana" in *História da Civilização Brasileira*, Tomo II, Vol. 2, Rio de Janeiro, Difel, 1985.
- CHALHOUB, Sidney, *Visões da Liberdade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- _____, e Pereira, Leonardo (orgs.), *A História Contada*, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1998.
- CHARTIER, Roger, *A História Cultural- Entre Práticas e Representações*, Rio de Janeiro, Difel, 1990.
- CONRAD, Robert, *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Emília Viotti da, "O escravo na grande lavoura" In *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol.3, São Paulo, Difel, 1985.
- _____, *Da Monarquia à República*, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- COSTA, Jurandir Freire, *Ordem Médica e Norma Familiar*, Rio de Janeiro, Graal, 1989.

- DIAS, Maria Odila da Silva Leite, *Quotidiano e Poder em São Paulo no Séc. XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1994.
- ELIAS, Nobert, *A Sociedade de Corte*, 3.edição, Lisboa, Ed. Estampa, 1995.
- FALCON, Francisco Calazans, *Iluminismo*, São Paulo, Ed. Ática, 1994.
- FURET, François, *A Oficina da História*, Lisboa, Ed. Gadiva, s.d.
- GENOVESE, Eugene, *A Terra Prometida- o mundo que os escravos criaram*, VolI, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- GOMES, Flávio dos Santos, "Quilombos no Rio de Janeiro do século XIX" in João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs), *Liberdade por um fio – História dos Quilombos no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 1996.
- GONDIM, Eunice Ribeiro, *Vida e Obra de Paula Brito*, Rio de Janeiro, Livraria Brasileira Editora, 1965.
- GOTLIB, Nábia Battela (org.), *A Mulher na Literatura*, Vol. III, Belo Horizonte, ANPOLL/VITAE/UFMG, 1990.
- HAHNER, June E., *A Mulher no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, Col. Retratos do Brasil, 1978.
- HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto, *O ensino secundarista no Império Brasileiro*, São Paulo, 1972.
- HALLEWEL, Laurence, *O livro no Brasil*, São Paulo, T:A:Queiroz/Edusp, 1985.
- HOBSBAWM, Eric, *Nações e Nacionalismo desde 1780*, São Paulo, Paz e Terra, 1991.
- HOLANDA, Heloísa Buarque de, *O Feminismo como Crítica da Cultura*, Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de,(org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II: o Brasil Monárquico, Volume 3, Difel, 1985.
- HUNT, Lynn, *A Nova História Cultural*, São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- IGLÉSIAS, Francisco, "Vida Política" in *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol3, São Paulo, Difel, 1985.
- LIMA, Lana Lage da Gama, *Rebeldia Negra e Abolicionismo*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1981.
- LOPES, Hélio, *A Divisão das Águas*, São Paulo, Itatiaia, 1978.

- MARTINS, Wilson, *História da Inteligência Brasileira*, vol.3, São Paulo, Cultrix/USP .
- MARSON, Izabel Andrade, *O Império do Progresso: a Revolução Praieira*, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- _____, *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político*, São Paulo, Moderna, 1980.
- MATTOS, Ilmar R. de, *Tempo Saquarema*, São Paulo, Hucitec/INL, 1987.
- _____(org.), *Histórias do ensino da História do Brasil*, Rio de Janeiro, Access, 1998.
- MEYER, Marlyse, *Folhetim- uma história*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- MORAES, Evaristo de, *A Campanha Abolicionista*, Brasília, editora Universidade de Brasília, 1986.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros, *Submissão e Resistência- A mulher na luta contra a escravidão*, São Paulo, Ed. Contexto, 1988.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari, *Estrangeiro em sua própria terra- representações do brasileiro (1870-1920)*, São Paulo, Annablume, 1998.
- ODÁLIA, Nilo, *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*, São Paulo, Unesp, 1997.
- PINASSI, Maria Orlanda, *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*, São Paulo, Unesp, 1998.
- PROENÇA, Cavalcanti, *Estudos Literários*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1971.
- PINHO, José de Araújo Wanderley, *Salões e Damas do II Reinado*, São Paulo, Martins Fontes, 1959.
- RAEDERS, George, *O Brasil de 1873 segundo Gobineau*, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1988.
- RIBEIRO, Luís Felipe, *Mulheres de Papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*, Niterói, Eduff, 1996.
- ROUANET, Maria Helena, *Eternamente em Berço Esplêndido- a fundação de uma literatura nacional*, São Paulo, Siciliano, 1991.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de Queiroz, *Prefácio à Mulheres de Ontem? Rio de Janeiro - Século XIX*, São Paulo, T.A. Queiroz, Editor, 1989.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, Petrópolis, Vozes, 1976.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, *O Espetáculo da Raça- Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

_____, *As Barbas do Imperador*, São Paulo, editora Companhia das Letras, 1999.

SERRA, Tânia Rebelo Costa, *Joaquim Manuel de Macedo ou Os Dois Macedos - A Luneta Mágica do II Reinado*, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

SEVCENKO, Nicolau, *Literatura como Missão*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.

SILVA, Eduardo e REIS, João José, *Negociação e Conflito- resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, cap. 5 e 6.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.

SLENES, Robert, *Na senzala uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

STEIN, Ingrid, *Figuras Femininas em Machado de Assis*, Coleção Literatura e Teoria Literária, vol. 54, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, , 1984.

SÜSSEKIND, Flora, *O Brasil não é longe daqui*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

VAINFAS, Ronaldo, *Ideologia e Escravidão-Os Letrados e a Sociedade Escravista no Brasil Colonial*, Petrópolis, Vozes, 1986.

VENTURA, Roberto, *Estilo Tropical*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

B-Capítulos e Artigos:

ALENCASTRO, Luís Felipe de, "Vida e ordem privada no Império" in *História da Vida Privada no Brasil*, vol.2, São Paulo, Companhia da Letras, 1998.

ALMEIDA, Filinto de, "Joaquim Manuel de Macedo" in *Suplemento Literário de A Manhã*, ano II, vol.II, n.13, p.203. RJ: 26/abril/1942.Reprodução de texto publicado n'A Noite, de 21/junho/1920. Macedo, romancista "honesto".

ALVES, Constâncio,"A Posição de Macedo na Literatura Brasileira" in *Suplemento Literário de A Manhã*, ano II, vol.II, n.13, p. 200

AZEVEDO, Célia M. Marinho de, "Irmão ou Inimigo: o escravo no imaginário escravista abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil" in *Revista USP*, Dossiê Povo negro- 300 anos, vol. 28, São Paulo, USP, 1996.

_____, "Maçonaria, cidadania e a questão racial no Brasil escravagista" in *Estudos Afro-asiáticos*, n.34, Rio de Janeiro, CEAA/Universidade Cândido Mendes, 1998.

- BEIGUELMAN, Paula, "O encaminhamento político do problema da escravidão no Império" in Holanda, Sérgio Buarque de (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol. 2, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- CASTRO, Hebe Maria Matos de, *História da Vida Privada no Brasil*, Vol.II, São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- CASTRO, Paulo Pereira de, "A experiência republicana" in Holanda, Sérgio Buarque de (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, Vol.2, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- DIAS, Maria Odila da Silva, "A Interiorização da Metrópole (1808-1853)" in MOTA, Carlos Guilherme (org.), *1822:Dimensões*, São Paulo, Perspectiva, 1986.
- GOMES, Flávio dos Santos, "Quilombos no Rio de Janeiro do século XIX" in João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs), *Liberdade por um fio – História dos Quilombos no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 1996.
- GUIMARÃES, Manuel Salgado, "Nação e Civilização nos Trópicos: O IHGB e o projeto de uma História Nacional" in *Estudos Históricos* (1), pp.5-21.
- LACAPRA, Dominick, "História e Romance" in *Revista de História Unicamp*, Dossiê História/Narrativa, Campinas, 1991.
- LINHARES, Temístocles, "Macedo e o Romance Brasileiro" In *Revista do Livro*, MEC/INL, n.10, 1958, n.14, 1959, e n.17,1960.
- MATTOS, Selma Rinaldi de, "Lições de Macedo. Uma pedagogia do súdito-cidadão no Império do Brasil" in Mattos, Ilmar Rohloff de (org.), *Histórias do ensino da História do Brasil*, Rio de Janeiro, Access, 1998.
- ODÁLIA, Nilo, "Biografia" in *Varnhagen*, São Paulo, Ed. Ática, 1996.
- SANTIAGO, Silviano, "Desvios da Ficção" in José do Patrocínio, *Mota Coqueiro ou a pena de morte*, Rio de Janeiro, Francisco Alves/INL, 1977, p.12.
- SCHAPOCHNIK, Nelson, "Como se escreve a história?" in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 13, n 25/26, setembro 92/ agosto93.
- SCOTT, Joan, "História das mulheres" in Burke, Peter (org.), *A Escrita da História-novas perspectivas*, São Paulo, Unesp, 1992.
- _____, "A Categoria de Gênero como instrumento útil de análise" in *Educação e Sociedade*, Universidade Federal de Minas Gerais, 1990.
- SÜSSEKIND, Flora, "Cronologia" in: Joaquim Manuel de Macedo, *Memórias do Sobrinho do Meu Tio*, São Paulo, Cia. Das Letras, 1995.

_____, "O escritor como genealogista" in Pizarro, Ana (org), *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*, Vol.2, São Paulo, ed.Memorial/Unicamp, 1994.

C- Dissertações e Teses:

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim, "Valores e Vivências Matrimoniais : O Triunfo do Discurso Amoroso (Bispado do Rio de Janeiro, 1750 – 1888)", Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de História da Universidade Federal Fluminense, 1995.

CANO, Jefferson, "O fardo dos homens de letras – o orbe literário e a construção do Império Brasileiro", Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SILVA, Silvia Cristina Martins de Souza e, "Idéias Encenadas- uma interpretação do Demônio Familiar de José de Alencar", Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, 1996.

TORRES, Valéria Aparecida Rocha, "Justiniano José da Rocha e a memória do período regencial", Dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, 1998.